UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Maria Izabel Feitosa Accioly

Catatau, fanzine e poesia: escrita nas prisões cearenses

São Carlos, maio de 2020

Maria Izabel Feitosa Accioly

Catatau, fanzine e poesia: escrita nas prisões cearenses

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Mattar Villela

São Carlos, maio de 2020

FICHA CATALOGRÁFICA

A172 Accioly, Maria Izabel Feitosa

Catatau, fanzine e poesia: escrita nas prisões cearenses / Maria Izabel Feitosa Accioly – 2020.

97 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador: Prof. Dr. Jorge Mattar Villela

Banca examinadora: Karina Biondi, Leonardo Almeida

Bibliografia

1. Antropologia. 2. Escrita na prisão. I. Accioly, Maria Izabel Feitosa. II. Título..

CDU 572

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial dessa dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Maria Izabel Feitosa Accioly

Catatau, fanzine e poesia: escrita nas prisões cearenses

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Antropologia Social.

Aprovada em:

Banca Examinadora:

Jorge Mattar Villela (Presidente)

Centro de Educação e Ciências Humanas – UFSCar

Karina Biondi (Membra)

Universidade Estadual do Maranhão

Leonardo Almeida (Membro)

Universidade Federal do Ceará

São Carlos, maio de 2020

DEDICATÓRIA

Para Vinícius, que me perdoou as ausências.

AGRADECIMENTOS

À CAPES, que financiou esta pesquisa. Sem este apoio o trabalho não seria possível.

Aos presos e presas com quem pesquisei. As trabalhadoras e trabalhadores das prisões cearenses. Gratidão por ter me recebido em suas salas e celas, por terem me falado sobre suas vidas e rotinas. Por ter mostrado seus papéis e letras.

A Jorge Villela por sua compreensão e paciência durante a orientação desta dissertação. Agradeço também pela acolhida de Ana Cláudia Marques, Olívia e Heloísa pelas risadas e conversas me emprestando o sentimento de família e casa quando a minha estava longe. Em São Carlos, casa era estar com as pessoas do Hybris, em especial Gabriela Marcurio, Sara Munhoz, Paula Araújo e Renan Martins. Agradeço pelas cervejas, pelos cafés e, principalmente, pelas leituras partilhadas em nossos encontros.

Ao Programa de Pós graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos. Fui a primeira aluna a ingressar no mestrado por ação afirmativa para negros. A posição é solitária: a única negra da minha turma. Encontrei apoio em especial na figura de Frederico Santos, negro doutorando, ingressante no mesmo semestre que eu. Reconheceria a risada e a voz do "guri" em qualquer lugar do mundo, Fred me fez ser menos "a única negra" e sou muito grata por isso.

A Karina Biondi que esteve na minha qualificação. Sua leitura foi determinante para os rumos deste trabalho. Agradeço muitíssimo sua generosidade e, ainda, por ter aceitado compor a banca de avaliação dessa dissertação junto a Leonardo Almeida, intelectual negro a quem nutro profunda admiração.

A Ana Luiza Silva, Breno Taveira Mesquita, Rafael Silveira, Igor Mascarenhas, Giovanna Santiago, Lilica Santos, Lorrayne Santos e Lucy Cavalcante. Eles são as maiores heranças que o Centro de Humanidades III da Universidade Federal do Ceará me deu. O apoio de vocês foi fundamental para manter um pouco de sanidade durante o processo de escrita. Em especial, gostaria de ressaltar a importância de Zwanga Nyack para mim. Poucas vezes na vida podemos dizer que encontramos alguém com quem podemos conversar com absoluta confiança. Sou muito grata aos ancestrais por terem colocado Zwanga em minha trajetória. Sua presença confortadora foi essencial nos dias finais da escrita deste trabalho.

A Fátima, Ricardo e Nathanael Rodrigues por me oferecer um espaço de afeto e respeito. Muitas das ideias aqui escritas surgiram na casa da família Rodrigues a quem eu

aprendi a amar. Sou grata a Jonathas que preencheu de significado a palavra companheiro. Obrigada por me amar em palavras e atos.

A Lilith e José, meus irmãos que dividem comigo o amor por Josefa Feitosa. A ela, nossa mãe, gratidão por ter me ensinado o que é força e coragem, por ter me mostrado o caminho para entrar e sair da prisão, por ter me mostrado como respeitar e como exigir respeito.

Ao Vinícius, agradeço por ter sido um filho compreensivo nos anos que duraram essa pesquisa. O trabalho do pesquisador é exigente. O trabalho de mãe também é. Concilia-los foi enlouquecedor. Obrigada por ter aprendido a ler meu silêncio, por muitas vezes ter falado comigo no olhar.

Compreendera que sua vida, um grão de areia lá no fundo do rio, só tomaria corpo, só engrandeceria, se se tornasse matéria argamassa de outras vidas. Descobria também que não bastava saber ler e assinar o nome. Da leitura era preciso tirar outra sabedoria. Era preciso autorizar o texto da própria vida, assim como era preciso ajudar a construir a história dos seus. E que era preciso continuar decifrando nos vestígios do tempo os sentidos de tudo que ficara para trás. E perceber que por baixo da assinatura do próprio punho, outras letras e marcas havia.

Conceição Evaristo em Ponciá Vicêncio

RESUMO

ACCIOLY, M. I. F. *"Catatau", fanzine e poesia: escrita nas prisões cearenses.* 2020. 95 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

Esta dissertação se dedica a descrever o que os presos cearenses escrevem, como escrevem, quais os efeitos que essa escrita produz e qual o lugar que ocupa no contexto prisional. Amplio o trabalho de campo etnográfico que venho realizando desde 2015 nas prisões cearenses que abrigam presos provisórios, com o propósito de investigar como a escrita pode exprimir uma experiência de vida encarcerada. Penso como esta experiência de estar preso é produzida, no sentimento de representação e pertença e na apresentação de diferentes perspectivas do que seja estar encarcerado. Assim, me debruço acerca dos modos como estes indivíduos criam as condições para realizarem a atividade da escrita em um ambiente de interdições cotidianas. Observo o que o papel, em seu conteúdo e forma, diz a respeito dessas pessoas, dos eventos que experienciam e das formas que se relacionam com os demais internos, os familiares e os profissionais que trabalham no presídio. Busco as narrativas de internos da Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Jucá Neto - CPPL III, situada em Itaitinga/CE, porém privilegio as que organizam sua vivência intramuros através da escrita configuradas nas produções de *catataus*, fanzines e dos manuscritos poéticos que lá circulam, bem como os de um custodiado que se tornou um de meus principais interlocutores, Adão.

Palavras-Chave: Prisão. Antropologia. Escrita. Literatura.

ABSTRACT

ACCIOLY, M. I. F. *"Catatau", fanzine and poetry: written in prisons in Ceará*. 2020. 95 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

This dissertation is dedicated to describe what prisoners from Ceará write, how they write and what effects this writing produces and what place it occupies in the prison context. I expand the ethnographic field work that I have been doing since 2015 in prisons in Ceará that house provisional prisoners in order to investigate how writing can express an incarcerated life experience. I think how this experience of being imprisoned is produced, in the feeling of representation and belonging and in the presentation of different perspectives of what it is to be imprisoned. Thus, I look at the ways in which these individuals create the conditions to carry out the activity of writing in a space of daily interdictions. I observe what the paper, in its content and form, says about these people, the events they experience in ways they live and the ways they relate to other inmates, their families and professionals who work in the prison. I seek the narratives of inmates of the Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Jucá Neto - CPPL III, located in Itaitinga/CE, but I privilege those who organize their intramural experience through writing configured in the productions of *catataus*, fanzines and poetic manuscripts that circulate there, as well as those of a custodian who became one of my main interlocutors, Adão.

Keywords: Prison. Anthropology. Writing. Literature.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa da Casa de Privação provisória de Liberdade III 32
Figura 2: *Catatau* pedindo itens alimentícios, de limpeza e higiene 38
Figura 3: Exemplo de caminho que um *catatau* trilha da ala até o ambulatório. 41
Figura 4: *Catatau* escrito no verso de embalagem de papelão. 42
Figura 5: *Catatau* em que o preso pede para que "cortem a visita" da esposa. 44
Figura 6: *Catatau* escrito por Adão para um outro preso chamado Fábio. 47
Figura 7: Capa do primeiro número do fanzine "Hóspedes de Auri". 53
Figura 8: Capa e editorial do fanzine Na casa dos mil e seiscentos homens 56
Figura 9: Capa do fanzine "Só babado", 5ª edição 57
Figura 10: Editorial do fanzine "Só babado", 5ª edição 57
Figura 11: Glossário 58
Figura 12: Capa e editorial do fanzine "Só babado", 6ª edição 59
Figura 13: Capa e editorial do fanzine "Só babado", edição de natal 60
Figura 14: Capa e editorial do fanzine "Só babado", edição 9 61
Figura 15: Capa e editorial da 10ª edição do fanzine "Só babado" 62
Figura 16: Foto de uma das páginas da nona edição do fanzine "Só babado" intitulada "A vida leva você para todos os lugares". 66
Figura 17: Páginas do livro de Adão. 74
Figura 18: Livro criado por Adão após higienização. 76
Figura 19: Registro de Anastácia 82
Figura 20: Monumento à voz de Anastácia, de Yhuri Cruz. 82

LISTA DE ABREVIATURAS

CAIRRC	I Curso Avançado de Intervenção Rápida em Recinto Carcerário
CIRRC	Curso de Intervenção Rápida em Recinto Carcerário
CNPq	Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPPL	Casa de Privação Provisória de Liberdade
CPPL I	Unidade Prisional Agente Luciano Andrade Lima
CPPL II	Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto
CPPL III	Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Jucá Neto
CPPL IV	Casa de Privação Provisória de Liberdade Agente Elias Alves da Silva
CV	Comando Vermelho
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FATENE	Faculdade de Tecnologia do Nordeste
FDN	Família do Norte
GBTT	Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
GDE	Guardiões do Estado
IPF	Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa
MNPCT	Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PCC	Primeiro Comando Capital
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PJPN	Penitenciária José Parada Neto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PUC Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducaivo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

Breve revisão de literatura sobre prisão e literatura no cárcere 18

Aspectos metodológicos 22

Imprevistos em campo 25

CAPÍTULO I. *CATATAU* 35

1.1. O Circuito dos *catataus* - escrita, circulação e transformação em documento 40

1.1.1. Da escrita 40

1.1.2. Circulação 41

1.1.3. Transformação em documentos oficiais 43

1.2. Das demandas e estratégias para obter sucesso 46

1.3. Reconhecimento 48

CAPÍTULO II. FANZINE 51

2.1 Origem dos fanzines 51

2.1.1 Criando na prisão 53

2.2. Sobre o conteúdo dos fanzines 55

2.2.1 Edições de fanzines produzidos nas prisões cearenses: 56

2.3. Fanzines e seu uso estratégico 63

CAPÍTULO III. POESIA 71

3.1. Um homem na estrada 71

3.2. Adão, o escriba 73

3.2.1 “Seu Piauí, lê aí o que o senhor tá escrevendo”: Fama e escrita 79

CONSIDERAÇÕES FINAIS 84

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 88

ANEXOS 95

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo aprofundar a compreensão da escrita de pessoas encarceradas no intuito de assimilar o que essa grafia indica a respeito do lugar de privação de pena, do sistema penitenciário e das transformações que a experiência no cárcere opera nessas pessoas.

Este trabalho dá continuidade à pesquisa de campo que foi base para a minha monografia para a conclusão do curso de graduação[1] em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará. No referido trabalho, descrevi o ambiente prisional e as dinâmicas entre internos e profissionais da unidade prisional, mas também entre alas e administração da unidade e da Secretaria de Justiça. Dentre esses atores, a perspectiva que mais me chamava atenção eram as expressas pelos internos sobre a vida dentro dos presídios, seus acordos e conflitos.

Ao realizar trabalho de campo em prisão, pude acompanhar os momentos antes, durante e após do que ficou conhecido no estado do Ceará como *crise penitenciária de 2016*. Em maio de 2016 os agentes penitenciários do Ceará entraram em greve. Foram suspensas as visitas – o que gerou insatisfação e posterior conflito entre as visitantes e a polícia militar. Em decorrência desse episódio, uma série de rebeliões foram deflagradas. Foi a primeira vez no estado em que todas as prisões *viraram* ao mesmo tempo. Na ocasião, prisões e favelas cearenses passaram por um processo que ficou conhecido como *pacificação*. Esse fenômeno se dava pela intensificação da atuação de organizações prisionais como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) que, ao dividirem o mercado ilícito de armas e drogas, operaram uma espécie de trégua e de reorganização no Ceará, principalmente na capital Fortaleza.

Durante esse período de *pacificação* foi necessário realizar uma extensão do meu trabalho de campo: precisei sair das unidades prisionais e estender minha pesquisa à favela do Pirambu[2], local de onde partiram os primeiros indicativos de trégua. Esse trabalho de campo resultou na pesquisa "Das guerras à pacificação nas dinâmicas criminais e lutas

[1] Também durante a graduação atuei no Laboratório de Estudos da Violência – LEV, sendo bolsista do Programa de Iniciação Científica/CNPq, entre julho de 2015 e dezembro de 2017.

[2] Favela à beira mar, o Pirambu é uma das comunidades mais antigas da cidade. Em pesquisa de 2011 realizada pelo IBGE, o bairro foi considerado o sétimo maior aglomerado urbano do Brasil contando com quase 43 mil habitantes.

faccionais armadas nas favelas à beira-mar em Fortaleza" (Sá; Accioly; Reis, 2016), onde constatamos que a *pacificação* reordenou o modo como os presos estavam agrupados nas prisões cearenses, além de uma nova divisão das comunidades, ruas e bairros conforme o estabelecido pelo CV e PCC. Nesse momento, ocorre também o fortalecimento de uma organização chamada Guardiões do Estado (GDE) e a chegada da Família do Norte (FDN) vinda do Amazonas que tensionam ainda mais o cenário local.

Nas entradas e saídas pelos muros da Casa de Privação, havia o constante trânsito dos escritos: fanzines[3], poesias[4], *catataus*[5]. Além das entrevistas e conversas com os internos dessa unidade prisional, considerei também esses materiais como formas de compreender a *crise penitenciária* acontecida no Ceará. Ao realizar a análise desse conjunto de escritos, percebi que, além de contar um momento específico na história do sistema penitenciário cearense, também representavam um importante documento dos modos como as pessoas encarceradas compreendiam suas vidas dentro dos muros da casa de privação de liberdade.

Esses escritos estão soltos, desconexos, pois não há no sistema penitenciário cearense nenhuma intenção/ação de guarda, simples reunião ou análise desse conjunto de expressões, algumas delas artísticas. Em grande parte, o material produzido pelos presos tem o lixo como seu destino final. Dessa forma, diminuem seu poder de testemunho e tem seu potencial artístico esvaziado pelo esquecimento. Não há diretriz específica sobre como tratar essas produções, o que inviabiliza e precariza ainda mais esses detentos com suas produções descartadas. Ademais, durante a realização da pesquisa que inspirou esta dissertação, era proibida a entrada de lápis, caneta, papel, caderno dentro das prisões do estado, o que dificulta a realização desta escrita, mas não a impede. Ao escrever, os presos desafiam o poder estabelecido pela administração da unidade e oferecem resistência à tentativa de silenciamento que lhes é imposta.

Interessada por essas práticas de escrita nas prisões cearenses, passei a refletir em a respeito dos presos e o que escrevem (Acioly, 2016). O que move uma pessoa à escrita? O que tem ela a dizer acerca de sua existência, experiência, relações e a respeito do espaço em

---

[3] O termo fanzine é um neologismo formado pela junção das palavras *fanatic* e *magazine*, do inglês, que significa revista do fã. É uma publicação independente e amadora, geralmente de pequena tiragem, impressa em fotocopiadora ou impressora. Sua edição pode ser realizada por indivíduos, grupos, associações para um público dirigido, podendo abordar um único tema ou vários.

[4] SÁ, L.; ACCIOLY, M. I. F.; AGUIAR, D. Relatos de si em situação de condenação punitiva: a trajetória de Adão. Linguagem em foco, v. 7, p. 35-46, 2016.

[5] Tipo de bilhete escrito pelos internos com destino à administração da unidade prisional, geralmente, para o setor de Serviço Social. Esses *catataus* funcionam como uma espécie de e-mail institucional da prisão inclusive alguns são anexados aos prontuários dos internos.

que vive? Para quem são remetidos esses escritos? Quais as consequências que a circulação desses escritos tem? Quais as consequências que o descarte desse material produzido pelos internos tem?

Dentre os tipos de suporte utilizados para a comunicação, os *catataus*, fanzines e poesias produzidos pelos presos, apresentam-se como uma via de compreensão do que é ser encarcerado no período atual, destacam também das dimensões políticas e das relações emaranhadas no cotidiano prisional e em toda vida social. Nesse sentido, foi importante para essa pesquisa, pensar a resistência cotidiana (Scott, 2000), compreendendo-a como um discurso oculto dos dominados e crítico à ordem social dada. Butler (2015) também me permite estabelecer uma compreensão de como as atitudes das internas e dos internos da Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Jucá Neto (CPPL III) estão relacionadas com as normas de "enquadramento" do que seria vida dentro do contexto prisional.

Assim, ao pensar sobre o contexto de escrita e a realidade prisional, remeto-me ao que disse o crítico literário Alfredo Bosi (2002, p. 26): "A resistência é um movimento interno ao foco narrativo, uma luz que ilumina o nó inextricável que ata o sujeito ao seu contexto existencial e histórico".

Durante a escrita desta dissertação, foi muito importante ter tido a oportunidade de ler o livro Vozes do Cárcere. O compilado de artigos, produzidos por intelectuais ligados às mais diversas áreas do saber, que se entrecruzam com o debate realizado pelo Direito, a respeito das condições de vida dos internos e das internas e das realidades que estes vivenciam cotidianamente, me permitiu uma aproximação metodológica para com a pesquisa descrita nesta dissertação. Pois o material de análise são cartas, bilhetes, escritos pelos presos que buscam contato com a Ouvidoria do DEPEN. A semelhança de material abordado me impulsionou a buscar em outras áreas, como a literatura, para melhor compreender o universo da escrita e da linguagem.

Utilizei estes conceitos na intenção de compreender como a escrita dentro das penitenciárias cearenses pelas pessoas privadas de liberdade simboliza o cotidiano de violações, acordos e conflitos. Da mesma forma, analisei a produção de subjetividade dessas pessoas nesses contextos. Recorro às considerações de Roger Chartier (1988) acerca da relação entre linguagem e sofrimento social. Juntamente dos trabalhos de Evaristo (2007), Kilomba (2019) e Seligman-Silva (2007) pude compreender como a linguagem e a literatura na sua forma mais específica, pode contribuir para o processo de elaboração dos traumas vividos por estas pessoas dentro do contexto prisional. Os escritos das apenadas e apenados

aqui descritos, nos permitem uma reflexão de que também possibilitam a esses indivíduos uma tentativa de se recriar e fazer vida (Butler, 2015).

Breve revisão de literatura sobre prisão e literatura no cárcere

Há grande atenção das Ciências Sociais para as questões acerca da prisão, entretanto, não existem ainda pesquisas antropológicas sobre os escritos advindos do cárcere. Um dos obstáculos para a construção desse conhecimento é a dificuldade do acesso ao material produzido pelos internos que, em sua maioria, circula apenas entre eles e a administração da unidade prisional e, como havia dito, são descartados logo após a leitura. Na efemeridade reside a singularidade dessas práticas de uma população prisional que, segundo dados da Secretaria de Administração Penitenciária do Ceará, encerrou o ano de 2019 custodiando 24.814 pessoas.

Apesar da numerosa bibliografia sobre a questão prisional, havia poucos estudos sobre os escritos nas prisões, em sua maioria, nas áreas da Literatura, mais precisamente sobre literatura de testemunho a qual é uma teoria importante para este trabalho (Pires, Freitas, 2018; Palmeira, 2009; Seligmann-Silva, 2006; Hossne, 2005).

Grandes autores da literatura que já eram escritores antes da experiência de cárcere e que, ao ganhar a liberdade, utilizam sua escrita para narrar o que viveram enquanto presos em hospícios (Barreto, 1956) ou prisões (Dostoievski[6], 1982; Ramos, 1994). Os títulos indicam o esforço de suas obras: rememorar tais experiências que, apesar de dolorosas, se tornaram importantes documentos que demonstravam a partir da perspectiva de quem vivenciou, momentos históricos como, por exemplo, a descrição que Graciliano Ramos[7] faz sobre a entrega de Olga Benário para a Gestapo.

Além dos livros escritos após o cárcere, há também as produções ocorridas enquanto se estava encarcerado, como as trocas de cartas (Artaud 1988, Frei Betto 2018) que parecem ser uma escrita ainda mais próxima da trama da vida, mais cotidiana. Em diferentes contextos, estilos de escrita e momentos políticos, tais obras apresentam um relevante testemunho sobre o que é estar privado de liberdade.

[6] O livro mais lido pelos internos do Sistema Penitenciário Federal é *Crime e Castigo*, de Fiódor Dostoievski. A obra narra a história de Raskólnikov dominado pela culpa, após cometer um assassinato.

[7] Em carta à escritora Marili Ramos, Graciliano diz: "Só conseguimos deitar no papel os nossos sentimentos, a nossa vida. Arte é sangue, é carne. Além disso, não há nada"

Essa literatura de testemunho se configura pelo vínculo estreito com a história e o mundo real; a indissociabilidade entre autor, narrador e personagem; a dimensão coletiva do relato e a supremacia do caráter ético sobre o estético. Uma das obras que marcam essa categoria é *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha* (Agamben, 2008). Este livro se dedica a compreender a estrutura do testemunho. Para o autor, o testemunho é condenado ao plano da linguagem não como efeito da impossibilidade de dizer, mas como uma relação entre o que é dizível e o que é indizível; entre o que se pode dizer e o que efetivamente se diz.

Ainda pensando na literatura de testemunho, destaco o livro *Nossa Senhora das Flores* (Genet, 1986), um relato autobiográfico em que Genet narra o período em que esteve na prisão. Em 1949, dedica a Simone de Beauvoir e Jean Paul Sartre seu livro mais célebre: *Diário de um Ladrão*. Sartre, que já acompanhava a trajetória de Genet, constrói uma análise biográfica e psicológica em *Saint Genet - Ator e Mártir*.

Também nesse sentido, há o livro organizado por Foucault, *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Publicado em 1973, trata da vida de Pierre Rivière e está organizado em duas partes: a primeira onde se apresentam os autos do processo, constando uma série de testemunhos de pessoas que conviviam com o acusado narrando sua conduta anterior ao crime, sua personalidade, hábitos e caráter; a reprodução de três relatórios em que autoridades médicas da época analisavam o caso; e um memorial redigido pelo próprio Rivière, descreve sua motivação para o triplo homicídio. Na segunda parte da obra há uma análise de pensadores[8] coordenados por Michel Foucault.

Destaco, no Brasil, as reflexões sobre Literatura de testemunho que emergem nos anos 1980, ganhando visibilidade principalmente no início dos anos 1990. Tais esforços estavam inclinados a analisar a literatura produzida nos cárceres brasileiros como a de Lima Barreto, Graciliano Ramos, Frei Betto, Alex Polari, algumas delas feitas no livro *Literatura e Resistência*, de Bosi (2002). A partir dos anos 2000, houve uma onda de publicações[9] de livros escritos por presos como *Diário de um detento: o livro*, de Jocenir; *Sobrevivente André du Rap (do Massacre do Carandiru)*, de André du Rap e Bruno Zeni; *Memórias de um sobrevivente*, de Luiz Alberto Mendes; e *Vidas do Carandiru: histórias reais* de Humberto Rodrigues.

[8] Além de Foucault, Blandine Barret-Kriegel, Gilbert Burlet-Torvic, Robert Castel, Jeanne Favret, Alexandre Fontana, Georgette Legée, Patrícia Moulin, Jean-Pierre Peter, Philippe Riot, Maryvonne Saison

[9] Sobre esse segundo grupo de publicações, é importante destacar que tornaram-se escritos após o período encarcerado.

A escrita de não-escritores, a escrita habitual, rotineira, que não se propõe literária, mas que, ainda assim, expressa muito sobre o universo prisional, não foram ainda objeto de análise nem da Literatura, nem da Antropologia, mas sim do Direito, que se propõe a realizar um estudo mais quantitativo com resultados próximos a um diagnóstico. O esforço de compreensão mais recente nesse sentido é o projeto Cartas do Cárcere[10] realizado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que analisou 8.818 cartas destinadas à Ouvidoria Nacional de Serviços Penais no ano de 2016 numa perspectiva próxima ao Direito e à Sociologia.

Conforme o Mapa do Encarceramento de 2015, o estado do Ceará ocupa o sétimo lugar em número de presos. O estado possui um conjunto de penitenciárias em expansão que conta com três institutos penais, cinco casas de privação, três penitenciárias, um hospital e um instituto psiquiátrico. Apesar do extenso complexo penitenciário, todas as unidades estão superlotadas.

Neste trabalho, entendo a escrita como uma ferramenta para a compreensão desse universo prisional, visto que há uma convergência entre a descrição literária autobiográfica e a compreensão de fatos sociais e culturais. Nesse caso, a escrita não é solitária[11] (Duras, 1993). Cotidianamente ao escrever, os presos estão cercados por seus pares. Nesses momentos buscam saber o tema dos textos, opinam sobre o que é escrito, demandam assuntos, contam histórias. Há uma partilha de sentido gerando identificação entre os sujeitos, mesmo que com histórias de vidas diversas. Segundo Sibilia (2008, p. 23), as escritas de si "não só testemunham, mas também organizam e concedem realidade à própria experiência. Essas narrativas tecem a vida do *eu* e, de alguma maneira, a realizam", desta forma, o *eu* existente na escrita prisional fala a voz de muitos.

Ademais, dediquei que a articulação dessa pesquisa antropológica se desse pelo entendimento da agência do encarcerado. Partindo dessa premissa, busco compreender os elos construídos entre as pessoas em situação de encarceramento e suas relações com a produção de práticas de resistência no contexto prisional. Observando que essa escrita é uma escrita de si, mas também da realidade social em que esses presos estão inseridos (Chartier, 1988). Uma escrita que é subjetiva, mas também intersubjetiva, coletiva, que atravessa as

[10] Pesquisa realizada entre setembro de 2017 e janeiro de 2018 a partir da leitura e análise das cartas remetidas à Ouvidoria Nacional de Serviços Penais por pessoas privadas de liberdade de todo o Brasil

[11] Duras alegava a necessidade de solidão para escrever e Dostoievski lamentava não ter tido nenhum momento sozinho enquanto esteve preso na Sibéria.

trajetórias e o cotidiano do universo de sujeitos naquele contexto. Considero que, por meio dessa grafia, os presos conferem sentido às suas existências e transformam em algo menos doloroso a experiência de estar encarcerado, além disso essa escrita opera como uma prática de resistência cotidiana visto que, institucionalmente, o ato de escrever é dificultado pela falta de recursos materiais.

As questões expostas nesta dissertação são pensadas à luz de autores que buscam compreender as particularidades da prisão fazendo análises da cultura prisional, do processo de prisionização e da insalubridade desse espaço, características comuns a maior parte das unidades prisionais brasileiras, além de outros aspectos desse amplo universo. Estas análises apontam que todas essas características influenciam no estado psicossocial dos aprisionados.

No Brasil, as intenções de pesquisa só ganharam maior volume nas últimas três décadas. Nos anos entre 1970 e 1980, os trabalhos sobre o contexto prisional brasileiro receberam forte influência de Foucault e Goffman, principalmente. Em *A questão penitenciária* (Thompson, 1976) se discute as implicações do encarceramento no Brasil. O autor também está preocupado com a discussão sobre a reforma penitenciária, pois os estudos desenvolvidos apontavam para a falha do ideal ressocializador da prisão (Marques, 2009).

Nos anos 1980, o foco estava na diferença entre trabalho e crime (Ibid.): os significados que estes tinham para os encarcerados e como isso refletia na estrutura física das prisões do país. Destaco também o livro *Cemitério dos Vivos***,** (Lemgruber, 1983) que desenvolve um estudo sobre a prisão feminina Talavera Bruce, situada no Rio de Janeiro. Além dessas importantes obras sobre o contexto prisional brasileiro, ressalto *A oficina do Diabo e outros estudos sobre criminalidade* (Coelho, 2005) no qual são descritas as dinâmicas das unidades prisionais do Rio de Janeiro, bem como mudanças políticas que as influenciaram.

Nos anos 90 as pesquisas mais relevantes preocupavam-se com as moléstias recorrentes nas prisões brasileiras e as desigualdades na justiça criminal no contexto de democratização (Adorno, 1996). Durante essa década, notadamente em São Paulo e Rio de Janeiro, surgiram pesquisas que explicam o surgimento de organizações de presos e as novas dinâmicas prisionais que, por vezes, tinham a intenção de ordenar e minimizar as violações e arbitrariedades acontecidas em contexto de encarceramento, além das consequentes rebeliões de presos (Goes, 2009, Barbosa, 2005; Aquino, Hirata, 2018).

Já nas últimas décadas os estudos prisionais se empenham em compreender o ponto de vista dos encarcerados, a composição de coletivos de presos organizados e as inúmeras

modificações nas dinâmicas dos prisioneiros, como o PCC (Biondi, 2010; Marques, 2009)[12]. Sobressaem-se também os estudos sobre a ampliação do sistema prisional através da inauguração de unidades no interior do país e as novas configurações de punição, como as prisões com Regime Disciplinar Diferenciado (Silvestre, 2011).

Além dessas temáticas, nos últimos anos o Brasil enfrenta um momento de "hiperencarceramento" (Garland, 2001) que tem como característica a seletividade penal: o foco em encarcerar grupos específicos e punir determinados tipos de crimes como, por exemplo, o tráfico de drogas. O sistema penal brasileiro constrange e seleciona certos atores sociais produzindo desigualdades quando se trata de segurança pública e sistema criminal. Como consequência dessa seletividade penal, o punitivismo se acentua na população pobre, preta e periférica (Borges, 2019). Esses sujeitos marginalizados, amontoados em prisões, têm suas trajetórias completamente transformadas pela experiência no cárcere. É para compreender esse processo que recorro à escrita de internos no universo prisional cearense.

O estudo da literatura[13] e da escrita prisional é importante para a compreensão da perspectiva de uma parcela da população que só cresce: a de encarcerados e encarceradas. Quando os prisioneiros cearenses objetivam em escrita o que testemunham na prisão, nos oferecem também a possibilidade de entender, no contexto atual, as prisões e as mazelas a que são submetidos os prisioneiros do país e o ponto de vista particular de quem vive a rotina na prisão.

Aspectos metodológicos

Em 2014 ingressei no curso de graduação em Ciências Sociais oferecido pela Universidade Federal do Ceará e no ano seguinte tornei-me bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Vinculada ao Laboratório de Estudos da Violência, pude desenvolver pesquisas relacionadas ao luto de mulheres que haviam perdido

[12] Ambos pesquisadores do Hybris, grupo de pesquisa sobre Conflitos, Violência e Socialidades de que faço parte. É um grupo interinstitucional (USP/UFSCar) liderado por Ana Cláudia Marques e Jorge Mattar Villela.

[13] Entendo aqui como literatura segundo Antonio Candido: "todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos de folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações." (CANDIDO, p.176)

filhos assassinados e a *pacificação*[14], como ficou conhecido o período de trégua firmado entre o PCC e o CV no estado do Ceará.

No terceiro semestre da graduação iniciei pesquisa no presídio. Apesar do ambiente hostil, entre grades e arames farpados, não posso afirmar que foi difícil entrar na CPPL III em 2015[15]. No começo do trabalho de campo eu acompanhava o expediente do setor de Serviço Social que era frequentado por estudantes de graduação, futuras assistentes sociais. Dessa forma, a minha presença era vista como mais uma daquelas meninas que vinham aprender o ofício com as *doutoras*[16]. Durante um ano, entre junho de 2015 e junho de 2016, visitei a CPPL III pelo menos uma vez por semana. Os fluxos e fronteiras da prisão eram cambiantes, desde a entrada, quando algumas vezes pediam meu documento de identidade, mas em outras ocasiões, uma acenada com a cabeça resolvia. Em alguns dias, acompanhava o trabalho na administração da unidade, já em outros, estava junto aos presos e presas, auxiliando os atendimentos e anotando demandas. Havia os dias em que eu pedia para conversar com alguém específico e dependia dos agentes penitenciários para fazer o trajeto, e outros em que eu conversava longamente no meio do pátio.

Durante o ano em que estive na CPPL III foi-me confiado um acervo[17] de *catataus*, fanzines[18] e poesias que hoje compõem o escopo de minha pesquisa de mestrado. Principalmente os internos, os agentes penitenciários e as assistentes sociais costumavam me mostrar esses papéis que vinham das celas, escritos por pessoas encarceradas naquela unidade. Observei estes papéis em seu contexto de produção, circulação e descarte. Eram em maioria, pedaços de papel higiênico, tampas de marmita, bulas, versos de caixas de remédios, pedaços de páginas de livros, pedaços de páginas de cadernos pautados e fanzines. Chegavam às minhas mãos depois de serem lidos por seus destinatários, mas que geralmente eram descartados. Eu pedia aos funcionários da unidade que, em vez de jogarem no lixo, guardassem para mim pois eu me interessava pelo que escreviam. Portanto, o acervo de que trato neste trabalho não foi construído apenas por mim, mas obviamente, por todas as pessoas[19] com quem eu convivi no trabalho de campo desenvolvido entre 2015 e 2016.

---

[14] O resultado dessa pesquisa foi apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia. Ver: SÁ, Leonardo; ACCIOLY, M. I. F.; BESSA, L. R. Das guerras à pacificação nas dinâmicas criminais e lutas faccionais armadas nas favelas à beira mar em Fortaleza. 2016.

[15] O primeiro diário de campo, onde relato a minha entrada na CPPL III consta nos anexos desta dissertação.

[16] As mulheres que trabalham no setor administrativo desta unidade eram geralmente chamadas de *doutoras*. Entre elas há o costume de usar jaleco.

[17] O acervo é composto por 218 *catataus*, 12 fanzines e um livro artesanal com 100 poesias.

[18] Espécie de mídia artesanal e independente. Os fanzines serão tema do terceiro capítulo desta qualificação.

[19] "O que chamamos de nossos dados são realmente a nossa própria construção das construções de Outras pessoas" (GEERTZ, 2008).

Uma das questões que me mobilizaram na segunda etapa da pesquisa foi a categorização[20] do material que compõe o acervo. Como relatei acima, os papéis eram diversos em seus usos, conteúdos e apresentações físicas. Considerando esses três fatores, decidi tratar dos *catataus* e fanzines enquanto documentos por seu caráter informativo e, na prática, oficial. Esses dois tipos de materiais do acervo da pesquisa são tratados pelos profissionais da unidade como um modo legítimo de comunicação[21].

Para essa classificação foi determinante a minha primeira estadia em campo em 2015/2016. Em uma das manhãs de trabalho, enquanto auxiliava o trabalho do setor de serviço social, a profissional do setor recebeu um *catatau* de um preso que solicitou por escrito em um verso de caixa de remédio, que a sua visita fosse suspensa pois sua esposa estava – segundo ele, lhe causando problemas. A requisição foi aceita e o pequeno papel foi grampeado à sua pasta como registro do seu pedido. Apesar de oficialmente o documento *catatau* não estar previsto nos itens da pasta, este foi incluso e, portanto, reconhecido.

Com relação aos fanzines, estes eram construídos em oficinas mediadas pelo setor de serviço social, o que indica o incentivo que este tipo de escrita recebia. Canetas, papéis, cola e tesoura, todos estes itens proibidos pela administração da unidade prisional, eram temporariamente permitidos durante as oficinas. A assistente social e a psicóloga levavam o material que era fornecido pela Secretaria de Justiça para a confecção dos fanzines e depois ele era rigorosamente recolhido.

As profissionais da CPPL III ficavam responsáveis por copiar o material e se empenhavam na divulgação e circulação dos fanzines mesmo quando estes documentavam rebeliões, denúncias de tortura e problemáticas que a unidade prisional enfrentava. Um dos fanzines, intitulado **Só Babado**, tornou-se um relevante documento por conter os relatos da rebelião de 2016 escrito por presos e presas da ala das pessoas Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GBTT).

Além dos *catataus* e fanzines, também tive acesso ao livro de poesias escrito por Adão, um dos internos da unidade prisional. O modo como foi construído, a partir de tampas de marmita e encadernado com fios plásticos, o próprio livro e sua manufatura me indicavam que aquele material não se tratava de um documento em si, mas de um artefato (Gell, 2001).

---

[20] Agradeço a centelha dessa reflexão à contribuição da prof. dr. Karina Biondi no momento da minha qualificação.

[21] Entretanto, como veremos no capítulo que trata especificamente sobre os *catataus*, este só serão devidamente reconhecidos como documentos legítimos, caso cumpram determinados critérios.

Pude observar que esse material era a materialização de trocas, negociações, relações, além da habilidade de quem o confeccionou com a escrita. O livro chama a atenção à primeira vista pelo modo como se apresenta: os fios plásticos que unem as tampas de papelão, além do cheiro forte – vestígios dos alimentos que por ali passaram. Depois de atraído pelo apelo do objeto, aí sim se descobrem os relatos de Adão em forma de poesia.

Trabalhar com este acervo me trouxe também a preocupação com a guarda e conservação adequada dos materiais. O livro, que um dia havia sido marmita e acondicionado alimento, já chegou até a mim sujo, engordurado e com restos de arroz e farinha. Precisei higienizar todo o acervo, separei por tipo de material e acondicionei em sacos plásticos.

Durante toda a pesquisa observei e analisei o aspecto plural e multifacetado desses materiais e seus potenciais enquanto geradores de conhecimento, de relações e de modos de vida. Analisei os documentos na intenção de recriar e problematizar situações e discursos. Levei em consideração as questões epistemológicas implicadas no debate a respeito dos momentos de campo e escrita e compreendo o fazer etnográfico enquanto ato imaginativo e, portanto, indissociado da minha subjetividade.

Imprevistos em campo

Após um ano realizando trabalho de campo na CPPL III, seguido de seis meses da escrita da monografia, eu estava exausta e adoecida. Em maior ou menor grau, não se pode passar pela prisão sem sequelas. Foi preciso um tempo afastada, uma saída de campo, para me recuperar. Esse período coincidiu com o ano em que estive fora de Fortaleza/CE para cursar as disciplinas do mestrado em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos/SP, à qual sou vinculada.

Em 2019 retornei a Fortaleza para realizar o trabalho de campo. No projeto de pesquisa, havia planejado voltar a frequentar a CPPL III com a intenção de dar continuidade às oficinas de fanzine, projeto desenvolvido pelo setor de Serviço Social com as presas e presos da unidade. Porém, após a rebelião de 2016 e a *pacificação*, tanto a estrutura das alas, quanto a administrativa da unidade prisional eram outras. Quando iniciei trabalho de campo na CPPL III, havia certa diversidade de pessoas cumprindo pena. A unidade prisional era dividida em seis alas[22] ou *ruas.* Cada uma dessas *ruas* tinha uma estrutura semelhante: vinte

[22] Percebi diferenças no tratamento dedicado a esses dois grupos de alas. Por exemplo, nas ruas E e F, o portão que conferia acesso ao espaço de banho de sol costumava ficar aberto, possibilitando que os internos

e seis celas, cada uma com capacidade para abrigar seis presos[23]. Alas A, B e C para homens já julgados, reincidentes e jovens que nunca foram presos; as alas D, E e F eram onde residiam os presos que respondiam por crimes sexuais, além das pessoas homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis e, por fim, a ala dos praticantes da religião evangélica, a *rua dos irmãos*. Esse modo de organizar as alas, deixando próximos ou juntos apenados por crimes sexuais e pessoas GBTT parece estar tornando-se um padrão que também foi observado por Guilherme Boldrin (2017) em sua dissertação. Nas prisões paulistas, bem como nas cearenses, há uma separação da ala GBTT das demais….

Naquela época, das seis alas, apenas uma abrigava pessoas que se diziam ligadas a organizações de presos, no caso, o PCC. Porém, ao final da minha primeira estadia em campo e após a rebelião de 2016, toda a unidade prisional era reconhecida e se reconhecia como uma "cadeia do PCC". De certo modo, a rebelião contribuiu para as transformações dessa unidade, visto que os internos das alas D, E e F, desafetos das ruas A, B e C, foram remanejados para outra unidade prisional. A particularidade dessa rebelião é que, pela primeira vez no estado do Ceará, todas as prisões *viraram* ao mesmo tempo, o que demonstrou articulação dos presos que, na ocasião, reivindicavam refeições dignas e melhor tratamento às *visitas*. Ademais, o modo como os motins e ataques ocorreram assemelham-se à megarrebelião do PCC ocorrida em maio de 2006 em São Paulo, pois houve simultaneamente atentados nas ruas, toque de recolher, incêndio a ônibus e órgãos públicos, além de assassinato de policiais (Biondi, 2017).

A composição prisional que relatei brevemente acima difere do modo como a CPPL III é estruturada atualmente. A partir de 2017, as unidades prisionais masculinas da região metropolitana de Fortaleza passaram a ser classificadas conforme o pertencimento à organização de presos[24]. É comum que ao chegar ao Centro de Detenção Provisória[25], o preso seja questionado se é vinculado ao PCC, ao CV ou ao GDE. Além da transformação do modo como as prisões e os presos se organizam, ocorreram também mudanças no contexto político do Estado com novas formas de gestão penitenciária que se mostraram ainda mais violentas.

---

acomodados circulassem entre as celas e esta área. Entretanto, nas ruas A e B, esse portão fica aberto apenas por alguns momentos do dia e na rua C, conhecida por *Babilônia*, esse acesso era sempre negado.

[23] É comum a superlotação das celas. Não havendo comarca para todos os presos, muitos se veem obrigados a dormir no chão ou, como dizem, dormir *na pista*.

[24] As unidades prisionais masculinas estão divididas do seguinte modo: CPPL 1 e CPPL 4 são alinhadas ao CV; CPPL 2, IPPO 2 e Unidade Professor José Sobreira de Amorim estão com a GDE; CPPL 3: PCC.

[25] Centro de Detenção Provisória é uma unidade que recebe os presos oriundos das delegacias antes de destiná-los à unidade onde cumprirão pena. Existe uma divisão por setores, onde cada setor corresponde a uma facção: CV, FDN, GDE e PCC.

Existem muitas diferenças entre os dois momentos em que estive em prisões: o primeiro campo que desenvolvi entre 2015 e 2016 e a pesquisa realizada em 2019; entretanto, há uma referência constante a uma "crise penitenciária" que se confunde com uma crise de segurança pública do estado do Ceará e, mais gravemente, na cidade de Fortaleza. O uso dessa suposta "crise" legitima algumas ações que recrudescem a violência e a tortura cotidiana sofrida pelas pessoas encarceradas.

Em 2016, a grande questão de segurança pública era a "chegada das *facções*[26]", a organização de presos e presas, o surgimento da assinatura "o crime do Ceará". Na época, a narrativa oficial da Secretaria de Justiça e do governador do estado era a de negar a existência dessas *facções*, assim como o ocorrido em São Paulo nos ataques de 2006. Em 2018 porém, o discurso era outro: após os constantes ataques a prédios públicos e ao transporte coletivo da cidade, o governador passou a admitir a presença de tais organizações e, para além disso, adotou o combate às *facções* como o objetivo principal de sua gestão, inclusive contando com intervenção da Força Nacional. Em 2019, reeleito, o governador criou a Secretaria de Administração Penitenciária sob o comando de Luís Mauro Albuquerque que, até 2018, era Secretário de Justiça do Rio Grande do Norte. No cargo anterior, Albuquerque fora denunciado duas vezes pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT)[27] sob alegação de que seus métodos eram similares aos utilizados em Abu Ghraib, no Iraque. Em 2017, Mauro Albuquerque atuou na intervenção do presídio de Alcaçuz logo após o massacre ocorrido na unidade prisional. No "Relatório de Monitoramento de Recomendações: Massacres Prisionais dos Estados do Amazonas, do Rio Grande do Norte e de Roraima"**,** publicado pelo MNPCT em 2018, há denúncias de *procedimentos* que vão desde revistas vexatórias até agressões nos dedos das mãos com fotos dos presos com dedos deformados, fraturados por recorrentes espancamentos.

Nesse contexto, o meu acesso enquanto pesquisadora às unidades prisionais do Estado estava absolutamente comprometido. Havia a denúncia por parte de familiares de que

[26] Esse é o termo que os presos usam para se referir aos seus grupos. Essa nomenclatura também é utilizada nas favelas e é adotado também pela mídia local.

[27] "O MNPCT é parte integrante do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, de acordo com a Lei nº 12.847, sancionada no dia 2 de agosto de 2013. Sua instituição atende a compromisso internacional assumido pelo Estado brasileiro em 2007, com a ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção Contra Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes da Organização das Nações Unidas – ONU. Suas atividades compreendem, entre outras, visitar estabelecimentos de privação de liberdade, elaborar de relatórios circunstanciados e de recomendações, e requerer à autoridade competente instauração de *procedimento* criminal e administrativo mediante a constatação de indícios da prática de tortura e de outros tratamentos e práticas cruéis, desumanos ou degradantes." Fonte: Relatório de Monitoramento de Recomendações: Massacres Prisionais dos Estados do Amazonas, do Rio Grande do Norte e de Roraima, 2018.

não era mais permitido entrar com determinados alimentos, medicamentos e muito menos, com papel e caneta. Os contatos que eu mantinha com a Pastoral Carcerária estavam fragilizados, os profissionais das unidades prisionais com quem eu tinha relação amistosa me alertaram para que eu sequer tentasse entrar, que "as coisas haviam mudado". Em conversa informal com uma amiga agente penitenciária ela me informou que o que mais estava diferente eram os *procedimentos*.

Em contato com um amigo que atua como agente penitenciário, ele me relatou que existem dois tipos de *procedimentos*: o que ocorre no cotidiano e o que determina um comando. No primeiro caso, o *procedimento* são as ações que cotidianamente o agente penitenciário executa, tais como conduzir o preso ao setor médico ou à delegacia. No segundo caso o *procedimento* indica uma ordem de comando que os presos devem executar. Ao entrar na rua o agente penitenciário grita a palavra "*procedimento*!" e, nesse momento, os internos devem se agrupar na cela sentados com as mãos entrelaçadas atrás do pescoço, mantendo a cabeça baixa, olhando para o chão e de costas para o portão de entrada. Quando realizam esse tipo de *procedimento,* ele relatou que costuma usar balaclava por temer a identificação. Esse tipo de procedimento de comando é destinado para conter início de motins e para fazer vistorias nas celas. Esses momentos, segundo relatado por este profissional, são mais tensos e exigem um maior preparo.

Em 2016, na minha primeira estadia em campo, esses procedimentos não eram padronizados. Era possível verificar que alguns agentes penitenciários realizavam seu trabalho de forma parecida, entretanto, isso se dava mais pelo costume e influência dos colegas do que por um treinamento. Em 2019, com a criação da Secretaria de Administração Penitenciária, começaram a ser ofertados cursos de aprimoramento para os agentes penitenciários tais como o I Curso de Intervenção Rápida em Recinto Carcerário (CIRRC) e o I Curso Avançado de Intervenção Rápida em Recinto Carcerário (CAIRRC). Neles, o agente penitenciário era ensinado sobre como agir em situação de possível motim, e também eram instruídos sobre o uso de armas não-letais, abordagem, técnicas de algemação e condução. A intenção desses cursos era tornar mais rigorosos e uniformes os *procedimentos* executados pelos agentes penitenciários. Na mesma época, em 2019, também foram registrados casos de tortura em diversas unidades prisionais cearenses, mas pouco foi feito no sentido de garantir a integridade física dos apenados.

Diante desse contexto, a entrada na prisão ficou dificultada pelo governo e seu alinhamento inconteste às práticas de tortura. Não era mais possível entrar no presídio como

antes, pois todas as solicitações de autorização de pesquisa estavam sendo negadas[28]. Perante esse problema, pensava em como poderia fazer pesquisa de campo. Resolvi recorrer à mesma alternativa que meus interlocutores presos haviam encontrado anteriormente para "circularem" por e através dos muros: *catataus*, fanzines e poesias. Retornei ao presídio a partir dos escritos que me foram confiados pelos presos e presas da CPPL III. Me dediquei a observar o meu acervo, junto aos diários de campo e as memórias dos dias em que estive na unidade prisional para continuar a realização da minha pesquisa. Além disso, retomei o contato com meus amigos que trabalham no sistema penitenciário e com alguns familiares de presos. Foi com a contribuição dessas pessoas que esse trabalho se tornou possível. A partir de seus relatos pude comparar também o modo como a unidade prisional se organizava estruturalmente antes e depois da tomada das *facções*.

As Casas de Privação Provisória de Liberdade

Fortaleza, 10 de agosto de 2015

Estou de carro, subindo uma ladeira e vejo muitas mulheres a pé. O trajeto é longo, precisamente um quilômetro e a subida, inclinada. Estamos no complexo de presídios da Itaitinga, cidade da Região Metropolitana de Fortaleza. À direita da entrada está a Casa de Privação Provisória de Liberdade Agente Luciano Andrade Lima, popularmente conhecida como CPPL I. Do lado esquerdo estão as Casas de Privação Provisórias de Liberdade (CPPLs) V e VI com obras quase concluídas. Em sequência está a Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto, denominada CPPL II.

No caminho, avisto cavalos pastando no mato crescido, alguns cachorros e porcos revirando as rampas do lixo que se acumulam no descampado. Não há muros na fachada, e através do alambrado percebo as edificações pintadas de cinza e verde. Chegamos ao topo, estamos na CPPL III, a unidade prisional mais distante da entrada.

Na frente da edificação, há uma guarita onde dois policiais militares se acomodam. Nela, sem atenção, uma televisão ladra sozinha. À direita da guarita, bem na entrada da unidade, há dois bancos de cimento semelhantes aos que encontramos em praças e um banheiro químico que serve aos familiares dos presos. Mais à frente há dois contêineres de lixo que ficam abarrotados nas segundas-feiras após os dias de visitas.

[28] Em contato com a agente penitenciária que trabalha no setor responsável, ouvi dela que "era melhor nem tentar", pois estavam negando todos. Estavam recebendo apenas *pro forma*, pois a recomendação era negar qualquer solicitação de pesquisa.

A guarita é uma das fronteiras para o acesso à unidade prisional, e além disso serve de cabine de vigilância de quem deseja se aproximar da unidade e de seus internos. Em conjunto com essa guarita existem mais oito de menor proporção, situadas em torres que circundam a unidade prisional. Ligadas umas às outras por arames em formas de espiral que seguem até o chão e a três metros deste, se acumulam em formato de pirâmide.

Passando pela guarita e cruzando o portão de entrada, vemos uma recepção onde uma profissional terceirizada atende a quem chega, prestando informações. Nos dias de visita, é ela quem consulta as carteiras de identificação que dão acesso aos visitantes, em sua maioria mulheres. À esquerda dessa recepção, há um corredor separado por um portão que só é liberado por um botão acionado pela recepcionista. Após essa grade, está um corredor que abriga as salas do setor administrativo. Assim como as outras unidades deste complexo penitenciário, a administração fica apartada das alas e dos espaços em que geralmente circulam os presos, conforme o chefe de segurança me relatou. O prédio foi assim projetado para proporcionar maior segurança aqueles que lá trabalham.

O setor administrativo da unidade é um pavilhão que se configura num corredor com salas dos dois lados. A primeira que avisto ao meu lado direito é a do diretor da unidade e em frente a ela, está a sala do Serviço Social, em cuja porta está afixado um saco plástico onde são depositados os *catataus*. Em seguida, a sala do setor administrativo que se encarrega de coordenar o trabalho dos prestadores de serviço terceirizado. Posteriormente está a "sala da educação", como é chamado o setor que verifica a quantidade de tempo que os internos trabalharam, a fim de realizar a remissão de pena. No lado oposto, há um banheiro em péssima condição de uso, bastante sujo e sem água, destinado aos trabalhadores da CPPL III.

Segue a essas salas um cômodo reservado aos funcionários da área de saúde, o que funciona apenas como apoio, não ocorrendo neste espaço nenhum tipo de atendimento aos internos da unidade prisional. No lado oposto a essas dependências está a sala do diretor adjunto e a sala dos defensores públicos, sendo o primeiro, responsável pelos processos de internos condenados, e os últimos trabalham a serviço dos presos provisórios. Além dessas, há a sala da informática onde um agente prisional realiza o videomonitoramento. Em seguida, a sala do chefe da disciplina responsável por coordenar os agentes penitenciários que prestam serviço na unidade. Ao lado dela, o alojamento destinado aos agentes penitenciários que se revezam no descanso, se acomodando em treliches que um pouco se assemelham à configuração das celas da unidade. É comum que esse espaço de descanso dos agentes seja disputado, visto que a jornada de trabalho destes é de 24 horas corridas, o que causa grande desgaste.

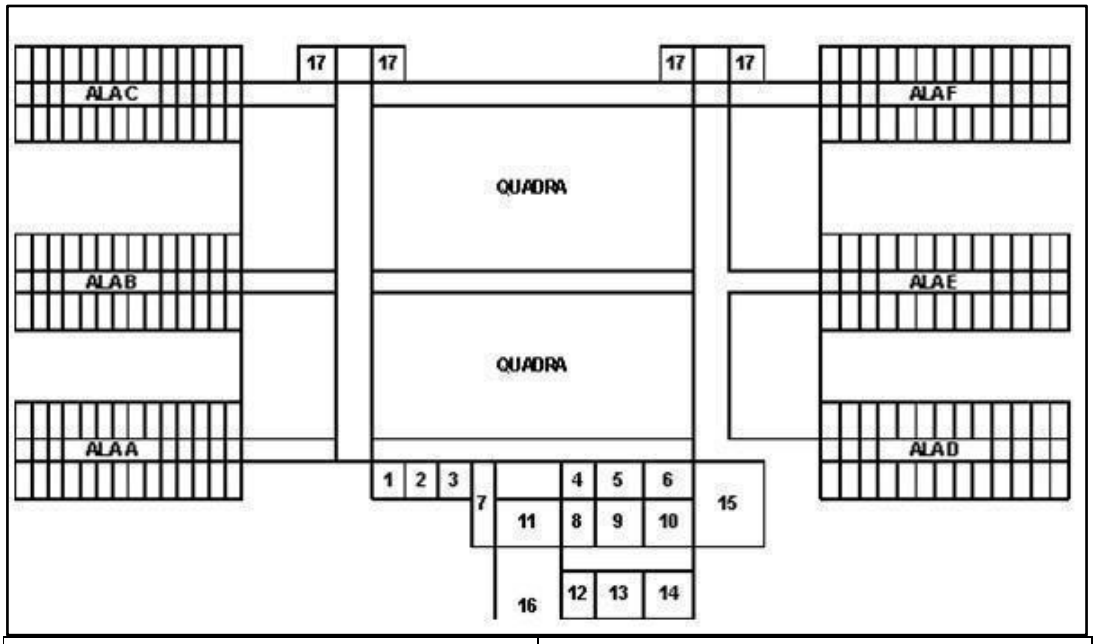
Ao final, situada ao lado deste alojamento, está um setor conhecido por DIPROM, onde estão alocados todos os prontuários[29] dos internos. A emissão de documentos que se referem aos prisioneiros também é da responsabilidade deste setor, bem como a emissão de documentos que servem de comunicação com os juízes.

Retornando à recepção, em direção à entrada para as alas há, do lado direito, uma espécie de catraca medindo aproximadamente 1,70m de altura. Transposta essa barreira, há um corredor que conduz a um espaço onde está alocado um *Body Scan* operado por duas agentes penitenciárias que observam detalhadamente os corpos que entram no presídio, sejam eles funcionários da unidade prisional, advogados ou visitantes. Dois grupos são dispensados das recorrentes revistas: os agentes penitenciários e os oficiais de justiça. Essa dispensa se dá em razão do grande número de entradas e saídas que esses profissionais fazem por essa fronteira, o que ocasionaria riscos à saúde deles, por conta da radiação.

Após essa revista há um corredor cercado por arames farpados até o teto medindo aproximadamente 100 metros e que leva até as alas. No final do corredor, há um espaço em que funcionam serviços ofertados aos internos da unidade – como a sala de atendimento psicológico, a farmácia, e a enfermaria e, anexo a esta, uma espécie de ambulatório onde ficam internados os presos que precisam de atendimento médico constante ou que estão em observação. Em sequência, estão alocados em uma sala os presos *cuspidos*, que foram expulsos das alas em que viviam. Além dessa categoria, ficam provisoriamente nesse espaço os internos que estão aguardando atendimento médico, psicológico, dentário ou que estão esperando serem conduzidos pelos agentes penitenciários para o Fórum e também para consultas e exames externos a unidade prisional. Nos corredores da unidade prisional por onde circulam os prisioneiros, há uma linha amarela pintada no chão. Quando algum detento precisa ser conduzido de um espaço a outro, ele deve seguir de cabeça baixa, algemado, com as mãos para trás e, literalmente, andar na linha.

Do *quadrante* avisto duas salas de aula e, em seguida, dois corredores que levam às *ruas* A, B, C D, E e F. Nas primeiras vezes em que estive nessa Casa de Privação de Liberdade, era comum me sentir perdida, achar as paredes todas parecidas como num labirinto. Com a ajuda de uma das estagiárias do setor de Serviço Social, construí o mapa que segue:

[29] Conjunto de documentos referente a cada interno da unidade, que pode ser composto pelo seu processo criminal, mas também por *catatau* enviados para a administração da unidade.



1 / 5 / 6 – SALAS DE AULA	12 – ADMINISTRAÇÃO ENFERMARIA
2 / 3 / 4 – PASSATEMPO	13 – AMBULATÓRIO
7 – PARLATÓRIO	14 – DESCANSO DO PROFISSIONAIS DA ENFERMARIA
8 – SALA PSICOLOGIA	15 – ENFERMARIA DOS PRESOS
9 – AMBULATÓRIO	16 – CORREDOR DE ACESSO À ADMINISTRAÇÃO DO PRESÍDIO
10 – ENFERMAGEM	17 – ISOLAMENTOS
11 – RECEPÇÃO DOS AGENTES	

Figura 1: Mapa da Casa de Privação provisória de Liberdade III

Em 2006, 2009, 2010 e 2012 foram criadas respectivamente a Unidade Prisional Agente Luciano Andrade Lima - CPPL I, a Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto - CPPL II, a Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Jucá Neto - CPPL III e a Casa de Privação Provisória de Liberdade Agente Elias Alves da Silva – CPPL IV. Ao total, essas unidades prisionais dispõem mais de três mil vagas

destinadas a homens indiciados, porém não julgados[30]. Todas as Casas de Privação Provisória de Liberdade têm uma estrutura igual ou parecida com a apresentada na figura acima. No Mutirão Carcerário promovido pelo Conselho Nacional de Justiça e realizado no Ceará entre 6 de agosto a 13 de setembro de 2013 foram vistoriadas 41 unidades prisionais do Ceará e analisados 14.433 processos de encarcerados (provisórios e condenados). No relatório consequente dessa ação, foi recomendada a construção de cinco unidades prisionais em seis meses, com a finalidade de reduzir a superlotação. No começo de 2019, as prisões do estado tinham capacidade para custodiar 9.736 pessoas, mas abrigava 20.407[31] presos e presas. Em sua maioria provisórios, os presos se acumulam nas Casas de Privação Provisória de Liberdade. A maioria dos homens presos provisoriamente correspondem ao estereótipo do que se convencionou chamar de *pirangueiro*: pessoa preta ou parda trajando camiseta de algodão e bermuda de veludo, pulseiras de linha com as cores da bandeira da Jamaica, cordão de prata no pescoço e boné, geralmente se locomove de bicicleta ou moto. No Ceará, o *pirangueiro* é sempre suspeito, lido como um criminoso em potencial (Aquino; Barreira, 2013). Segundo o último Censo Penitenciário realizado em 2014[32], o perfil do preso cearense é: jovem, negro, pobre, morador de periferia, com baixa escolarização, sem experiência com emprego formal e sem assistência jurídica. São essas pessoas nesse espaço que escrevem os *catataus*, fanzines e poesias dos quais trato neste trabalho. Esses escritos são carregados de sentido e demonstram o modo como funcionam e se organizam as práticas punitivas.

Na introdução desta dissertação apresentei meu problema de pesquisa, a saber, o que a escrita dos presos cearenses tem a revelar sobre eles e a experiência do cárcere. Descrevi o modo como eu enquanto pesquisadora, atuei na CPPL III, as dificuldades que enfrentei para continuar em campo e realizei uma comparação do modo como estava organizada a unidade prisional na minha primeira estadia em campo e nessa segunda temporada em campo.

Explicitar o modo como cheguei a campo e como este campo foi e é organizado permitirá ao leitor entender melhor em qual contexto os escritos que tratarei nos próximos capítulos foram produzidos. Estar ciente das mudanças que o sistema penitenciário enfrentou nos últimos anos é fundamental para compreender o modo como os catataus são escritos, suas funções e sua relevância na vida dos internos custodiados na CPPL III.

---

[30] Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, o percentual de presos provisórios no Ceará é de 53%, o que é acima da média nacional.

[31] Dados divulgados pela Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) em 12 de fevereiro de 2019.

[32] O Censo Penitenciário Cearense de 2014 não menciona organizações de presos ou *facções*.

No primeiro capítulo intitulado *Catatau*, trato sobre os bilhetes trocados entre os internos com os profissionais da unidade prisional. Analiso o modo como conseguem os papéis e canetas, o que é escrito nesses papéis, sua função dentro da unidade prisional. Ademais, discuto a maneira como estes bilhetes improvisados ganham caráter oficial nas mãos das assistentes sociais, defensores públicos e equipe médica da CPPL III, descrevendo assim o circuito pelo qual passam até chegarem aos seus destinos.

No segundo capítulo dedico minha atenção aos fanzines. Descrevo o que são, como entraram nas prisões cearenses, como sua confecção ocorre, sua função e como esse tipo de escrita circula entre os muros. Destaco uma particularidade dos fanzines: ao contrário dos *catataus*, a escrita dos fanzines é incentivada pela unidade prisional. Os papéis, canetas, tesouras e cola, itens proibidos, são temporariamente permitidos, sob a supervisão da assistente social que utiliza a escrita dos fanzines como um espaço de conversa em grupo e produção comunitária. Estes documentos também me possibilitaram perceber a forma como são usados para evidenciar os sofrimentos e os diversos acontecimentos que ocorrem dentro das unidades prisionais. Destaco aqui também, sua importância para compreensão do processo de *virada* dos presídios cearenses.

No terceiro capítulo recorro à perspectiva de Adão, poeta preso na CPPL III. Observo o modo como, através da escrita, Adão se relaciona e se movimenta na unidade prisional guiado pelo desejo de ser reconhecido enquanto escritor. Além de pensar na relação da fama e escrita, teço uma análise sobre o livro de Adão e a maneira como este se constituiu.

CAPÍTULO I

CATATAU

Neste capítulo trato da forma mais recorrente de escrita entre os internos da CPPL III – os *catataus*, uma espécie de bilhete. Nesta parte do texto descrevo o que são, a partir de quais materiais são construídos, do que tratam e qual a função desse tipo de bilhete para o funcionamento e comunicação dos apenados, bem como narro o circuito pelo qual esses bilhetes percorrem para chegarem no destino desejado. Ter apresentado a estrutura, os problemas e as pessoas que compõem a unidade prisional na introdução deste texto foram fundamentais para compreender, neste capítulo, os seus diversos modos, usos e sentidos.

Bilhetes em papéis rasgados, amontoados em um saco plástico, colado na porta de cada setor da CPPL III. Neles são escritos pedidos de atendimento de saúde, jurídico ou social, destinados aos profissionais da unidade prisional ou à familiares, mas, não raro, acabam no lixo. Chegar ao destino também não é garantia de que a demanda do preso será atendida, mas, mesmo assim, se escreve.

Antes da escrita há um trabalho: conseguir papel e caneta. Papéis são proibidos em todas as Casas de Privação de Liberdade do estado do Ceará. Segundo me relatou um agente penitenciário, a proibição se deve à possibilidade de uso no controle do comércio de drogas ilícitas dentro da prisão, entretanto, os presos usam de sua criatividade para conseguir este item. O Regimento Geral dos Estabelecimentos Prisionais do estado do Ceará apresenta um capítulo em que trata sobre a correspondência escrita entre presos e seus familiares, mas não se refere ao papel, ou mesmo aos itens permitidos e proibidos no malote, deixando a critério da administração de cada unidade prisional decidir.

Qualquer papel pode virar suporte para escrita: papel higiênico, tampas de marmita, bulas, verso de caixas de remédios, pedaços de páginas dos livros usados no Programa de Remissão de Pena pela Leitura. Há também quem consiga papéis novos, de cadernos pautados, limpos. Geralmente se valem do bom relacionamento com profissionais da unidade prisional que lhes dão os papéis que usam para rascunho. Caneta é outro item a ser conseguido. Sua entrada é permitida nas unidades prisionais e é comum encontrar quem esteja disposto a trocar por algum *projeto.* Este se caracteriza como uma categoria nativa bastante ampla que se refere a qualquer item que poderia ser um artigo de higiene, limpeza,

alimentício ou algo criado por algum dos presos como, por exemplo, a cachaça artesanal, conhecida como *Maria Louca.* A troca e circulação de itens é tida como um fenômeno corriqueiro dentro das unidades prisionais e relatados em alguns trabalhos como os de Boldrin (2017) e Barbosa (2013)

O trabalho de Boldrin (2017) me ajuda a entender de forma mais direta, e contemporânea, as formas pelas quais as trocas acontecem dentro das unidades prisionais. A instituição analisada pelo autor é a Penitenciária José Parada Neto (PJPN). A ênfase de Boldrin é nas trocas realizadas dentro da *galeria rosa*, pavilhão destinado às *monas, bichas e envolvidos*, conforme categorias nativas de seu campo. O autor percebeu como os fatores externos aos presos e presas interferem no acesso aos itens materiais que estes precisam para sobreviver dentro da unidade prisional. Pois diferente das cadeias comandadas pelo PCC, cujo o lema da igualdade não permite que haja diferenças substanciais entre os internos que se auto intitulam como *irmãos* na unidade por ele analisada, esta que se caracteriza como uma cadeia de *oposição* – termo que define que nessa cadeia não há grupos faccionados, há uma diferença material que caracteriza as relações entre os internos da PJPN.

As formas externas de provisão da PJPN se apresentam como as das demais unidades prisionais brasileiras, ou seja: através do trabalho oferecido pela administração e também através das visitas. Há também as formas de trabalhos consideradas como *corres*, que são serviços prestados de um interno para outro com o intuito de se ter acesso aos itens de qualquer espécie, contanto que sejam equivalentes entre si[33]. Entretanto, o fato de ser uma cadeia de *oposição* faz com que a desigualdade de acessos a itens se intensifique dentro da unidade prisional, pois nem todos tem pessoas na rua que possam ir visitá-los e há uma regularização por parte da administração que dita quem são os presos e presas que são passíveis de serem empregados ou não. Boldrin (Ibid.) aponta que,

> quem não conta com formas externas de provisão na prisão acaba por existir numa situação de miséria e julgado pelos os demais como um sujeito "sem conexões". É nesse sentido que a intensa economia de trocas que ocorre nos

[33] A respeito da equivalência entre produtos, Boldrin atesta que na unidade prisional em questão, a moeda interna se configura como maços de cigarros e assim se tornam o dinheiro da cadeia, ao passo que: Uma caixa de maços de cigarro, com 10 maços, por exemplo, é uma unidade de contagem e o valor depende da marca do cigarro. Carol e Elísio me esquematizaram a seguinte cotação: 1 maço de cigarros da marca Derby pode ser trocado por 5 peças (sabonetes, alimentos, shampoo e, a depender da marca dos objetos, o número pode se alterar). Já 1 caixinha de cigarros da marca Marlboro, de qualidade maior, mais caros e raros na prisão, é trocada por 7 peças. "A cada duas caixinhas de Marlboro eu tenho três maços de Derby" me diz Carol, "um programa [entre mona e ladrão] vale 3, 5 caixinhas de Marlboro". Além disso, os cigarros também pagam serviços prestados pelas *monas* e *envolvidos* que limpam e arrumam as celas dos ladrões que trabalham, lavam roupas e estendem ao sol. Uma mona pode selar um contrato fixo por mês com um ladrão para limpar a cela dele toda semana antes do dia de visitas. Carol termina sua fala dizendo "tudo é vendido, tudo é pago, conta a necessidade, a vontade". (BOLDRIN, 2017, p. 153).

> pavilhões existe exclusivamente com a materialidade do que não é dado, mas adquirido por atravessamentos que ultrapassam as provisões da instituição. (Ibid., p. 149)

Nesse sentido, as visitas se fazem como fundamentais na manutenção do preso que é também, *"simultaneamente manutenção da circulação de objetos"* (Ibid., p. 151) num ambiente onde se prevalecem as individualidades e marcadores de desigualdade.

Pude observar fenômenos semelhantes dentro da CPPL III, nas entrevistas que realizava com os internos desta unidade prisional, ainda antes da *crise penitenciária do estado do Ceará de 2016.* Lembro de uma entrevista que um preso me concedeu no dia 23 de dezembro de 2015. Negociei com o chefe de segurança da unidade que estava de plantão no dia o uso da quadra. Pedi uma mesa e duas cadeiras de plástico e fui atendida. Um agente penitenciário conduziu o preso até a mim. Pedi que ele ficasse sem algemas e de início houve recusa, argumentei que a conversa era demorada e que o agente ficaria no portão nos observando e então o profissional da unidade concordou.

Sozinhos naquele espaço, sentamos um de frente para o outro e começamos a entrevista. Me apresentei, perguntei seu nome e disse que utilizaria um nome fictício para ele em minha pesquisa, pedi que ele escolhesse um nome para si e ele optou por João. Me contou sobre sua infância, sobre seus pais, o trabalho como agricultor e a saudade da vida no interior do estado. Disse que nunca casou nem teve filhos, mas que gostava de estar perto de crianças, por isso tinha uma bicicleta infantil em casa, para as crianças da comunidade em que morava brincarem. Foi preso acusado de estupro de vulnerável e, por conta disso, não recebia visitas de familiares[34]. O que se aproxima do que Boldrin destaca como a situação dos presos que sofrem de escassez na vida do cárcere, pois além do desamparo emocional que é não receber visitas, presos desse tipo também vivem uma miséria material, uma vez que não recebem itens que podem entrar em circulação na unidade prisional, dificultando ainda mais suas vivências na unidade.

Na CPPL III, os presos que não recebem visitas contam apenas com os poucos itens de higiene e limpeza fornecidos pela unidade prisional. Já os presos que recebem visitas são, geralmente, presenteados com grandes *malotes* com comida, suco, refrigerante, sabão em pó, vassoura e demais materiais. Para os presos, cada um desses itens são um *projeto*. Dentre os *projetos* que podem ser adquiridos na unidade está a *tinta*, objeto presente nas falas dos

[34] O que é muito comum em todas as unidades prisionais brasileiras.

interlocutores e tido como primordial para fazer acontecer a escrita na unidade. Assim, relata um dos presos entrevistados:

> Faltava então a *tinta*, como chamam caneta aqui, então, como existe o meio de troca, eu trocava um *projeto*, ou seja, um pacote de biscoito ou ficha, ou uma *química* que representa o leite em pó. Então, uma caneta equivale a um *projeto*, eu ficava sem um destes *projetos* para adquirir uma *tinta*.

Entretanto, para que algum visitante possa levar caneta para um interno, é necessário seguir algumas especificações: a caneta deve ter corpo de acrílico transparente, sendo o mesmo descartado, permitido a entrada apenas da carga ou *tinta*, como nomeiam os presos à parte interna da caneta.

Conseguidos papel e caneta, os presos mobilizam suas capacidades de escrita na intenção de realizar a comunicação da vida intramuros e extramuros. Os escritos ligam o dentro e o fora da prisão no sentido de "viabilizá-la e fazê-la funcionar" (Godoi, 2015, p. 132). No caso do *catatau*, essa comunicação influencia o fluxo de coisas que entram e saem da unidade prisional, bem como possibilitam que os apenados consigam ter acesso a determinados serviços e ações mais burocráticas, como concessão ou proibição de visitas íntimas, retiradas de segundas vias de documentos oficiais, etc., conforme veremos a seguir.

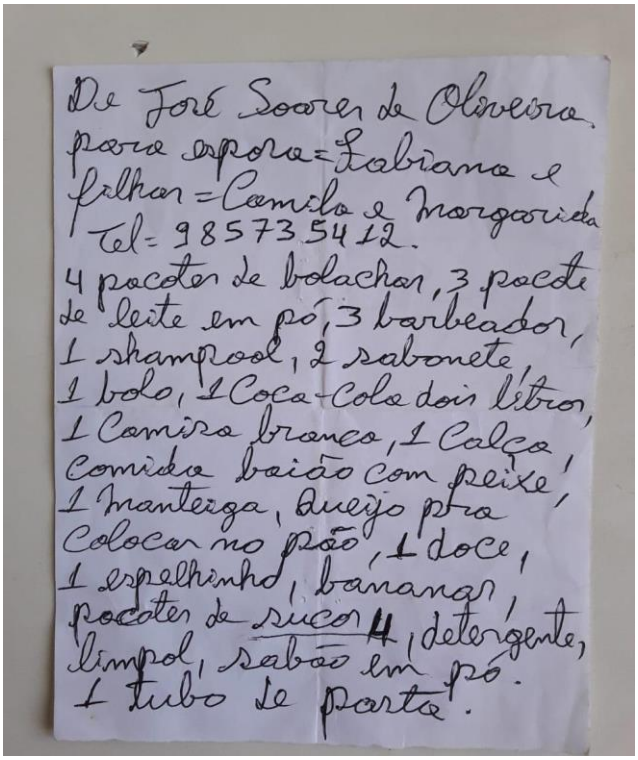

De José Soares de Oliveira.
para esposa=Fabiana e
filhas=Camila e Margarida
Tel=98573541 2.
4 pacotes de bolachas, 3 pacote
de leite em pó, 3 barbeador,
1 shamproal, 2 sabonete,
1 bolo, 1 Coca-Cola dois litros,
1 Camisa branco, 1 Calça,
comida baião com peixe,
1 manteiga, queijo pra
Colocar no pão, 1 doce,
1 espelhinho, bananas,
pacotes de suco 4, detergente,
limpol, sabão em pó.
1 tubo de pasta.

Figura 2: *Catatau* pedindo itens alimentícios, de limpeza e higiene

Os presos se articulam, procuram alternativas para a garantia de direitos básicos, acionam *catataus*, seus portadores e *visitas* para ter suas demandas atendidas. Segundo Godoi, esse processo pode ser analisado a partir da noção de vasos comunicantes. Estes podem ser pessoas (como *visitas* e advogados), podem ser coisas (*malotes*[35] e correspondências) e informações (cartas, *catataus*, fanzines, poesias).

> A correspondência postal, igualmente legalizada, é outro importante vaso comunicante que possibilita a criação e fortalecimento de vínculos entre dentro e fora da prisão. Trata-se de um vaso materializado num artefato, que serve tanto ao estabelecimento de laços afetivos, como à provocação do sistema de justiça e da administração penitenciária para o devido encaminhamento da execução penal. Pode bem funcionar desde que o preso disponha dos recursos necessários, que não são disponibilizados pela administração da unidade, e que, como muitos outros, dependem do provimento de familiares e amigos: o papel, a caneta, o envelope, o selo postal. (Ibid., p. 136)

Nesse sentido, poderíamos pensar as diferenças entre o *catatau* e a carta. Ambos são responsáveis por comunicar, mas enquanto a carta faz o movimento para fora dos muros das prisões, o *catatau* possibilita a comunicação entre os apenados e os demais funcionários da prisão. Os *catataus* viabilizam a comunicação dentro do presídio, movimentando e constituindo a vida aprisionada na medida em que, por meio deles, os apenados conseguem realizar atividades que se dependessem da burocracia da instituição, demoraria muito para serem desenvolvidas como, por exemplo, a requisição de uma consulta médica.

Entretanto, a existência e circulação desses bilhetes, que mesmo informais, desempenham posto importante no funcionamento da CPPL III, apresentam três pontos fundamentais a serem ressaltados: a) a contradição expressa pela própria existência desses pedaços de papéis, pois como foi descrito é proibida a entrada de papel na unidade prisional; b) o trânsito pelo qual os *catataus* passam até chegarem ao destino final; c) e o fenômeno de transformação desses bilhetes em documentos oficiais, como pude atestar durante o meu período de campo. Cada um desses elementos será esmiuçado a seguir.

[35] *Malote* é o conjunto de produtos que as *visitas* levam para atender as necessidades dos presos.

1.1. O Circuito dos *catataus* - escrita, circulação e transformação em documento

1.1.1. Da escrita

Escrever sobre os *catataus* não significa apenas realizar uma mera descrição desses bilhetes e de seus conteúdos, mas trata sim, do processo de narração das negociações inerentes aos mesmos. Negociar está nas origens dos *catataus* e os constitui durante todo o seu caminhar.

Como já foi descrito, a administração da CPPL III proíbe a entrada de papéis dentro da unidade prisional e isso faz com que o papel seja um elemento extremamente valorizado no cotidiano da prisão e que, para sua obtenção, devem ser feitas várias negociações. Os apenados costumam trocar *projetos* variados por pedaços de papeis. Toda e qualquer coisa que sirva para escrever na superfície é utilizada nesta troca. Assim, pedaços de papéis como o verso da caixa de remédios, tampas de marmitas, bulas e pedaços de folhas de livros são transformados em bilhetes que, em breve, serão enviados para os funcionários da prisão, geralmente as assistentes sociais.

Após conseguidos papel e a *tinta* (que, como mostrei anteriormente, é a caneta que circula dentro da prisão), os apenados começam a realizar a atividade da escrita. Esta é uma tarefa que envolve mais uma negociação entre os internos. Como muitos deles não são alfabetizados, há um segundo processo de negociação que envolve aqueles com a capacidade de escrita dentro da unidade prisional.

Percebi que um dos meus principais interlocutores fazia parte direta deste processo. Adão, como prefere ser chamado, é um preso reconhecido pelos demais de sua ala devido sua capacidade de escrita e erudição. Também por causa de sua imersão no mundo das letras, Adão foi escolhido prefeito de sua ala, o que quer dizer que ele é o responsável por negociar as demandas dos demais presos para com os funcionários da unidade prisional.

A figura de Adão em muitos momentos, também negocia as demandas dos apenados via *catataus*. Os presos trocam *projetos* para com Adão, com a finalidade de que ele escreva *catataus* e bilhetes de amor para suas companheiras, já que Adão[36] também escreve poesia.

[36] Importante destacar que, em muitos momentos, Adão ganhou tampas de marmitas dos internos. Nem sempre os papéis que ele conseguia eram fruto de negociações. Ademais, não me deterei mais aqui na figura de Adão. O capítulo 3 é dedicado a ela, devido à centralidade que ele tem para a dinâmica dos *catataus*, bem como para esta pesquisa.

Assim, os apenados conseguem ter em mãos os bilhetes escritos e iniciam, então, uma outra fase: a de fazer com que estes pedaços de papeis transformados em *catataus*, cheguem ao seu destino final.

1.1.2. Circulação

Uma vez escritos, os *catataus* passam de mão em mão, entre os presos, até saírem da cela original, passando por entre os agentes penitenciários, até chegarem nas mãos das "*doutoras*", como são chamadas as assistentes sociais, devido ao fato de que estas usam jaleco dentro da unidade prisional e este tipo de vestimenta ser característico dos médicos e enfermeiros, popularmente também chamado de doutores e doutoras.

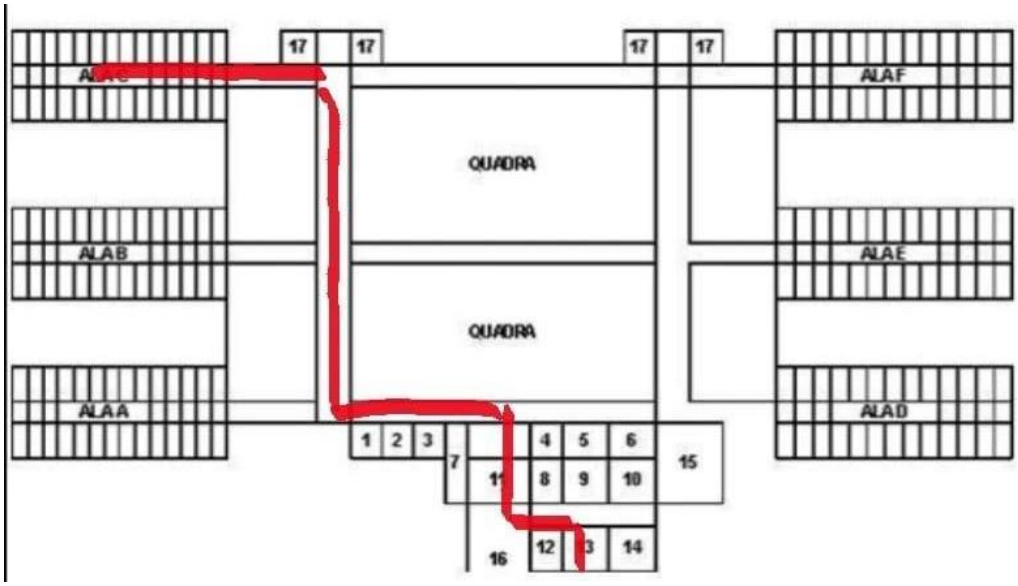


Figura 3: Exemplo de caminho que um *catatau* trilha da ala até o ambulatório.

O desenho acima nos mostra o trânsito pelo qual os *catataus* percorrem até chegarem no destino desejado. Para que o *catatau* consiga chegar ao local para o qual foi destinado, muitos fatores são levados em conta. A qualidade, o tipo de papel que é usado e a caligrafia do interno são alguns dos elementos mais importantes que fazem com que a demanda do apenado seja acolhida pelo funcionário da unidade prisional. Além do mais, o preso remetente depende dos outros presos para que seu *catatau* chegue no destino desejado, bem como depende também dos agentes penitenciários que, muitas vezes, são partes fundamentais na tarefa de fazer com que os *catataus* sejam entregues nas mãos do destinatário. Um exemplo disso é quando os internos escrevem nos *catataus* palavras com

grafia destoantes da norma culta – o que faz com que, algumas vezes, seus bilhetes não sejam atendidos, uma vez que nem as auxiliares, nem as "*doutoras*" ou qualquer outro destinatário, entendem a mensagem que o preso quer mandar.

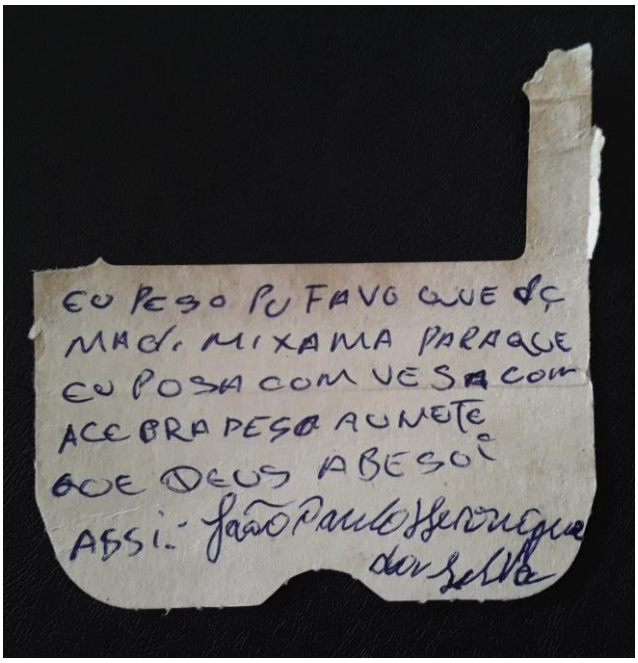


Figura 4: *Catatau* escrito no verso de embalagem de papelão.

Junto a isso, há a questão da qualidade do papel em si. Como papel é algo raro na prisão, os detentos utilizam diversos materiais que sirvam como transmissor da mensagem via escrita. Assim, pegam pedaços de caixa de remédio e até mesmo as tampas das marmitas de seus almoços e jantas para fazerem os bilhetes. Devido a isso, alguns *catataus* são enviados ainda com manchas de óleo, sujos de farofa proveniente dos pratos do dia no qual aquela tampa de marmita foi retirada. Isso faz com que os agentes penitenciários neguem ajuda aos presos por sentirem nojo dos bilhetes escritos pelos mesmos e assim se recusem a pegar o material sujo de restos de comida. Conversando com uma estagiária a respeito dos *catataus*, esta me relatou que sente nojo dos papéis sujos e que às vezes os joga logo no lixo por achar que "a *doutora* não vai nem tocar naquilo". Em outra conversa acerca dos caminhos que os *catataus* fazem, um agente penitenciário me contou que não pega *catatau* pra ninguém porque não é da responsabilidade dele.

Tendo em vista o que foi descrito acima, percebo que não são todos os *catataus* feitos pelos detentos que chegam nos seus destinos finais, sejam eles quais forem. Para que

seu percurso tenha sucesso, o catatau deve: a) ser escrito de forma legível; b) ser confeccionado em um pedaço de papel que seja visto pelas auxiliares e demais funcionários como “limpos”.

Entretanto, cabe ressaltar que nem todos os *catataus* que chegam nas mãos das “doutoras” ou de outros funcionários são, de fato, atendidos. Em alguns momentos, encontrei *catataus* diferentes contendo o mesmo pedido de um detento, o que significa que os funcionários já tinham conhecimento do pedido do preso em questão, mas que não haviam atendido o pedido do mesmo por algum motivo que não me foi comunicado, o que resultou numa reescrita do *catatau*, numa repetição do pedido.

1.1.3. Transformação em documentos oficiais

Percebi que é comum o ato de guardar os *catataus* que foram atendidos dentro da pasta dos presos remetentes. Isso serve como forma de garantir que a ação realizada pela *doutora* ou pelo funcionário foi pedida pelo preso, e que o *catatau* guardado serve como prova disto.

Um exemplo deste tipo foi o caso de um detento que, brigado com a companheira e anunciado o fim da relação e a separação de ambos, escreveu um *catatau* pedindo que a *doutora* retirasse o nome da ex-esposa dele da lista, pois já não eram mais casados. No dia da visita íntima, a ex-esposa não notificada pelo ex-cônjuge que não eram mais casados, foi proibida de entrar na unidade prisional. Quando a assistente social chegou para conversar com a mulher, ela mostrou o *catatau*, afirmando que foi mandado pelo ex-marido dela e que ela, assim, não poderia mais entrar na unidade prisional para vê-lo.

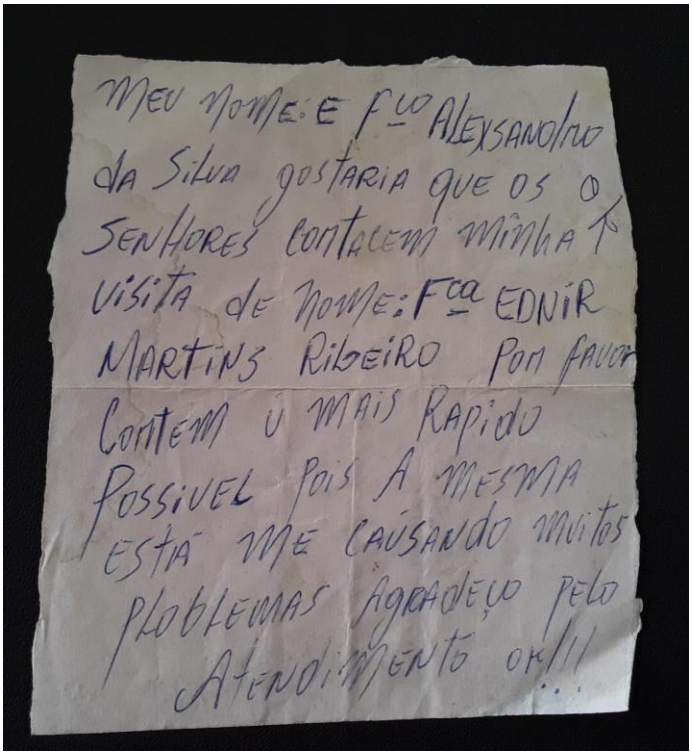


Figura 5: *Catatau* em que o preso pede para que "cortem a visita" da esposa.

Assim, no momento em que os *catataus* são indexados nas pastas dos presos, percebo que eles são transformados em documentos oficiais, na medida em que, através deles os funcionários podem legitimar suas ações como requeridas pelos presos. O *catatau*, então, deixa de ser um simples bilhete num pedaço de papel qualquer e adquire o *status* de um documento oficial, na medida em que integra a pasta do preso e serve como validação das ações dos funcionários da unidade prisional. Observamos, então, os *catataus* se transformando em mais um documento que auxilia na gestão dos aprisionados na unidade prisional, na medida em que os agentes penitenciários e as assistentes sociais se utilizam destes para operacionalizar a burocracia da instituição.

O trabalho de Sara Regina Munhoz (2017) "*Os governos* dos meninos: liberdade tutelada e medidas socioeducativas", fruto de sua pesquisa de mestrado na Universidade Federal de São Carlos, oferece uma contribuição importante para pensarmos a agência de técnicos e a operacionalização da burocracia nos contextos de aplicação de leis. No referido livro, a autora se debruça acerca da lida com os documentos por parte da equipe técnica da Obra Social Dom Bosco, cujo objetivo é apostar na ressocialização dos jovens infratores, fazendo com que os juízes responsáveis pelos indivíduos em questão vejam suas individualidades e adotem medidas menos duras possíveis para os mesmos. Sua etnografia consiste num exercício de compreender as estratégias que tais técnicos utilizam no

preenchimento dos formulários requeridos pela instituição, que num primeiro momento parecem ser impossíveis de produzirem individualidades, e não cair numa massificação de casos de forma a impedir que os juízes vissem nesses jovens apenas figuras infratoras que não possuem nenhuma possibilidade de se afastarem da criminalidade.

Nesse sentido, é importante ter em mente que as atitudes dos técnicos em relação aos documentos com os quais eles lidam cotidianamente na instituição, representam muito mais tentativas de executar uma política de ressocialização dos adolescentes infratores, promulgada constitucionalmente a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), do que apresentar brechas dessas leis, apostando no endurecimento das mesmas, uma vez que a ação desafiadora desses profissionais acontece nas atitudes mais comezinhas. Ademais, o trabalho de Munhoz (Ibid.) adentra no grupo de pesquisas antropológicas que foram realizadas a partir da análise de documentos, relevantes para o trabalho desenvolvido nesta dissertação, uma vez que também me aproximo de documentos, a exemplo dos *catataus*, quando presentes nas pastas dos presos.

Como venho descrevendo, os bilhetes dos aprisionados e aprisionadas da CPPL III, quando vistos como passíveis de serem atendidos pelos agentes penitenciários ou assistentes sociais e assim o são, sendo consequentemente indexados nas pastas dos presos, ganham *status* de documento oficial que comprova a ação por parte da administração como oriunda do pedido do apenado em questão. Assim, caso algo aconteça dentro da unidade ou o preso tenha obtido alguma ação por parte da administração através dos *catataus*, os agentes penitenciários recorrem aos bilhetes para demonstrar a convergência entre o pedido do aprisionado e o *catatau* do mesmo, a exemplo do caso já mencionado do preso que, brigado com a esposa, pediu que a assistente social retirasse o nome da mesma da lista de visita.

Portanto, analiso as etapas pelas quais os *catataus* vão passando, desde as negociações para se conseguir papel e *tinta*, a escrita das demandas, dos trajetos que estes percorrem até a sua chegada nas pastas dos presos como constituidores da biografia destes bilhetes. Pois na medida em que passam de mão em mão até chegar nas assistentes sociais ou outros funcionários, eles ganham corpo e outras biografias vão sendo construídas ao mesmo tempo nesse processo.

Igor Kopytoff (1990) em um trabalho intitulado “A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo”, chamou a atenção para os processos de trocas e para os caminhos pelos quais as mercadorias percorrem quando trocadas. Em vez de focar somente

nas trocas de mercadorias em si, como o fez toda uma literatura marxista e economicista da teoria da troca, Kopytoff busca focar nos processos que constituem estas trocas. Tentando compreender o que faz determinadas mercadorias serem trocadas e não outras, afirmando assim a produção de mercadorias como um processo cognitivo e cultural, ou seja, que elas são transformadas em um determinado tipo de coisa (Ibid., p.89).

Percebo assim, a biografia cultural (Ibid.) dos *catataus* como um elemento que muito nos ajuda a compreender a dinâmica das negociações entre os internos, e destes para com os funcionários da unidade prisional em questão, para conseguirem ter suas necessidades atendidas pela burocracia da instituição. Do mesmo modo, este entendimento do trajeto dos *catataus* também nos permite compreender o processo próprio de transformação deste em documento oficial num contexto em que o porte de papel é proibido.

O ganho de *status* de documento para um *catatau*, expressa de forma latente uma grande contradição da unidade prisional: não é permitida a entrada de papel no presídio, mas, mesmo assim, há uma grande circulação de bilhetes que buscam realizar a comunicação dos internos para com os funcionários da prisão. Nunca presenciei vistorias em buscas de papel, nem mesmo ouvi falar a respeito de algum interrogatório sobre como os papéis foram conseguidos.

1.2. Das demandas e estratégias para obter sucesso

Como foi mencionado acima, nos *catataus* se escrevem demandas. Os mais recorrentes são pedidos de atendimento médico, psicológico e jurídico nestes respectivos setores. Além destes, é comum pedir que as assistentes sociais auxiliem no contato com a família, com a segunda via de documentos, com as visitas sociais[37], dentre outros tipos de atendimento. Ter o seu pedido atendido depende da boa vontade do portador que observa vários fatores supracitados como tipo de papel em que o *catatau* foi escrito, legibilidade da letra, o modo como foi escrito e se há muitos erros ortográficos.

Os presos não alfabetizados procuram alguém que possa escrever e isso envolve a troca dessa habilidade por algum *projeto*. Aos que sabem escrever, são acionadas algumas estratégias na tentativa de chamar a atenção do leitor. Presos da *rua dos irmãos*, por exemplo,

[37] A visita social ocorre em dias agendados, com uma particularidade: não acontece dentro da CPPL, mas na sala do Serviço Social, na ala administrativa da unidade. Portanto, o interno é levado até lá onde pode acomodar-se no sofá e conversar com sua *visita*. Geralmente esse modelo de visita ocorre caso a visitante esteja grávida, seja idosa ou criança.

costumam escrever mensagens bíblicas ou religiosas, tais como, “Jesus te ama” e “Que a paz fique com todos”. Há quem tente utilizar palavras do jargão jurídico ou a escrita de modo rebuscado, é recorrente o uso das palavras “prezado”, “doutor advogado”, “excelentíssimo”, dentre outros termos técnicos.

Este tipo de escrita também se constitui como uma estratégia de distinção, uma vez que os presos que escrevem os *catataus* desta maneira buscam reconhecimento para com os agentes penitenciários, assistentes sociais e demais funcionários da unidade prisional. A outra face dessa diferenciação por meio da escrita se dá entre os próprios presos, pois escrever de forma jurídica ajuda a distinguir quem possui o domínio da linguagem entre os internos.

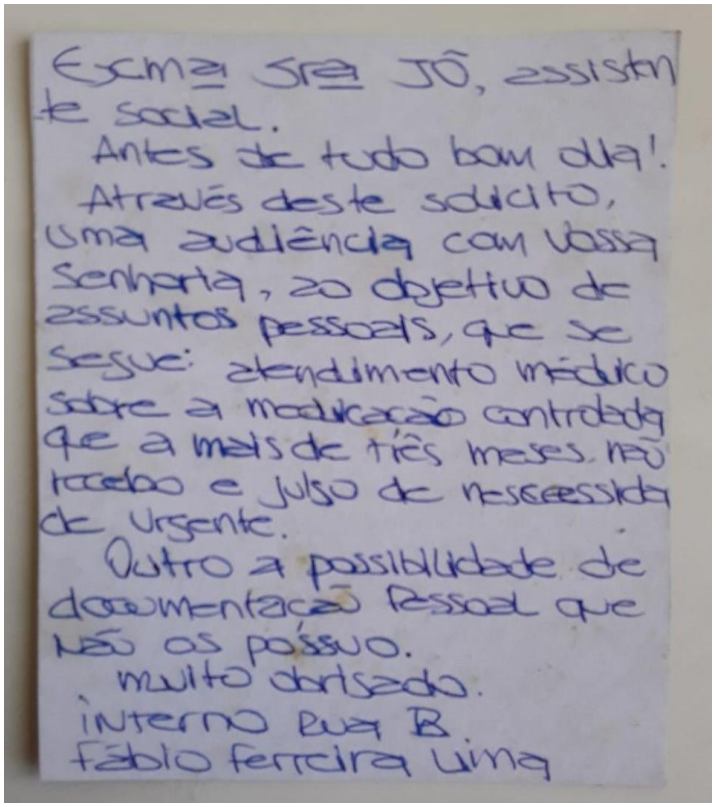


Figura 6: *Catatau* escrito por Adão para um outro preso chamado Fábio. Neste catatau, Adão usa a expressão “Exma.” abreviação para “Excelentíssima”.

Depois de escritos, os *catataus* vão para os bolsos de agentes penitenciários, assistentes sociais e estagiárias do Serviço Social. Sua guarda e transporte são responsabilidade de todos e de ninguém. Não há um fluxo burocrático que garanta que as

etapas serão percorridas até a solicitação ser atendida, não há garantia que o bilhete chegue ao destinatário. Entre as celas e as salas dos setores há um caminho que pode ser percorrido ou não, conforme já destacado no desenho do tópico anterior.

Ao longo da minha convivência dentro da CPPL III, em contato com essas falas, pude notar que há uma dispersão de responsabilidade e que o sucesso de um *catatau* está ligado, dentre outros fatores, ao bom relacionamento de quem o escreve com quem o carrega. Por isso o recurso de se escrever de forma jurídica é muito bem visto entre os internos. Além disso, quem carrega os *catataus* lê e decide se entrega ou descarta, julgando o que está escrito como relevante ou não, justo ou não. Destinatário ou lixo.

Dentre os *catataus* que compõem o acervo de que trata essa pesquisa, alguns me foram confiados por presos, outros foram dados por profissionais da unidade depois de atendidos e alguns foram desviados por mim de seu destino final, o lixo. Há também os *catataus* que são reconhecidos como documentos oficiais e anexados aos prontuários dos presos. Era comum encontrar *catataus* quase idênticos: a mesma letra realizando o mesmo pedido, o que pode indicar que a demanda do preso não foi atendida e que também os presos não alfabetizados recorrem às mesmas pessoas para escrever seus *catataus*, o que sustenta a perspectiva de diversas negociações feitas para a escrita de um bilhete.

Ademais, o fato de eu ter alguns *catataus* em mãos não quer dizer que eles foram atendidos pelos funcionários da unidade prisional, tampouco significa que foram ignorados. Tirando os *catataus* que foram indexados nas pastas dos presos, pouco posso garantir que os que estão comigo foram atendidos ou não.

1.3. Reconhecimento

Um *catatau* percorre um caminho tortuoso e incerto entre a cela em que foi escrito até o setor de destino. Quando este chega, é lido pelo profissional da unidade prisional e avaliado enquanto relevante ou não, identificando se essa requisição é legítima e encaminhando para a devida resolução. A partir daí, após a demanda ter sido resolvida/atendida, ocorre uma situação interessante: o bilhete, a que ninguém queria sequer tocar, é agora um dos itens da pasta do preso, onde são reunidos todos os documentos sobre o processo, juntamente com laudos, relatórios sobre comportamento, ficha médica e demais documentos formais e oficiais. O *catatau* até então visto com certa ojeriza, é alçado a documento.

É interessante notar que, se o papel é item proibido na prisão, o *catatau*, agora oficial, torna-se prova também de uma contravenção, de algo que não deveria estar ali, de um delito. Entretanto, até 2016, não havia notícias em meu campo sobre algum preso que tenho sofrido punição por portar papel. É uma contravenção na teoria, mas na prática o uso desses papéis é aceito. Através dessa escrita cotidiana e aparentemente inofensiva, os presos conseguem marcar uma posição de resistência em relação à proibição de papel.

Me chamou a atenção em campo o fato de que todas as pessoas que frequentam a unidade prisional sabem que há uma proibição de papel, entretanto, quem porta papel não sofre retaliação. Quando os presos furtavam os papéis que os profissionais da unidade usavam como rascunho, não ocorria nenhum tipo de sanção. Entretanto, durante a escrita da dissertação, tive o conhecimento de um acontecimento bastante peculiar e que é merecedor de ser descrito neste tópico.

Em reportagem do G1 referente ao dia 21 de janeiro de 2020 cuja manchete era "Advogado é preso suspeito de levar mensagem para facção criminosa após visitar presídio no Ceará[38]", tive o conhecimento de que, pela primeira vez algum indivíduo havia sofrido punição por portar bilhetes. Segundo a reportagem, o advogado em questão foi visto escrevendo anotações em bilhetes no momento em que ele estava no parlatório, lugar onde acontece o atendimento aos internos.

Diante de tudo que já foi escrito neste capítulo, não é difícil apontar os motivos do porquê, pela primeira vez em anos, uma pessoa sofreu sanção por portar *catataus*. Como já foi dito, dentro da unidade prisional, os *catataus* seguem uma espécie de circuito que se constitui por meio de muitas negociações. Da escrita até o destino final, o *catatau* passa por muitas mãos até chegar nos agentes penitenciários ou nas assistentes sociais. Assim, podem afirmar que o *catatau* integra um circuito que é fechado. Há um início, um meio e um fim. Este sendo composto por dois destinos: os funcionários da unidade prisional ou o lixo.

Penso que o caso aqui analisado deve ter ocorrido por conta de que o *catatau* em questão estava fora do circuito que deveria integrar. Como o seu destinatário estava localizado fora da prisão, o seu caráter inofensivo saiu de cena e o *catatau* que até então era visto como um simples bilhete, ganhou um tom de alto risco, uma vez que não tratava mais de requerimento de garantia de direitos básicos. A ameaça dos bilhetes portados pelo advogado dentro da CPPL III foi tamanha que o ato está sendo considerado um crime,

[38] Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/01/22/advogado-e-preso-suspeito-de-levar-mensagem-para-faccao-criminosa-apos-visitar-presidio-no-ceara.ghtml>. Acesso em janeiro de 2020.

fazendo com que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entrasse no caso para apurar os fatos e garantir a legalidade da prisão.

Neste capítulo apresentei o que são os *catataus*, como são produzidos, como circulam e como se transformam em documentos dentro da CPPL III. Descrevi como a escrita e o trânsito desses bilhetes fazem a unidade prisional "funcionar" (Godoi, 2015), bem como explicitei a contradição existente dentro de um presídio que proíbe a entrada de papel na sua unidade, mas que nada faz em relação a grande circulação de bilhetes dos internos, que buscam, através dos mesmos, a garantia de suas necessidades básicas.

Entretanto, nem toda escrita é tratada dessa forma. Se, quando percebemos e analisamos o fenômeno da existência dos *catataus* como uma estratégia que transita entre o legal e o ilegal perante a proibição da entrada de papel, mas principalmente, também como uma forma de fazer com que a burocracia da unidade prisional funcione mais rápido, encontramos outra forma de escrita que não é tratada do mesmo modo que os bilhetes, mas que também demonstram as diversas complexidades da CPPL III: o caso dos fanzines.

CAPÍTULO II
FANZINE

Quem faz um poema abre uma janela.
Respira, tu que estás numa cela abafada,
esse ar que entra por ela.
Por isso é que os poemas têm ritmo
- para que possas profundamente respirar.
Quem faz um poema salva um afogado.

(Mário Quintana)

No presente capítulo tratarei dos fanzines. Descrevo o que são, sua origem, como entraram nas prisões cearenses, como sua criação acontece e as possibilidades de circulação deste material, bem como me deterei a fazer algumas reflexões sobre o que os fanzines podem nos demonstrar acerca do cotidiano do contexto prisional, se configurando também como uma ferramenta de denúncia e de elaboração dos processos de sofrimento dos apenados da CPPL III. Enquanto o *catatau* é escrito por uma ou duas pessoas (a que dita e a que escreve), o fanzine se diferencia por ser uma criação coletiva. Sua escrita é facilitada pela mediação das profissionais que compõem o setor de serviço social da CPPL III. Ademais, *catatau* e fanzine diferem tanto no modo como são criados, no formato em que são apresentados e na maneira que circulam através das grades e muros da unidade prisional.

2.1 Origem dos fanzines

O termo fanzine é um neologismo formado pela junção das palavras *fanatic* e *magazine*, do inglês, que significa "revista do fã". É uma publicação independente e amadora, geralmente de pequena tiragem, impressa em fotocopiadora ou impressora. Sua edição pode ser realizada por indivíduos, grupos, associações ou fã-clubes de determinada arte, personagem, personalidade, *hobby* ou gênero de expressão artística para um público dirigido, podendo abordar um único tema ou vários. São escritos, ilustrados, diagramados, copiados, montados e distribuídos de modo independente e artesanal.

Os primeiros fanzines surgiram na década de 40 nos Estados Unidos e, ao longo dos anos, os temas recorrentes oscilaram entre ficção científica e bandas. Nos anos 70 os fanzines são apropriados pelo movimento *punk* britânico, que encontrou nessa produção uma

alternativa às mídias tradicionais. Não há compromisso com lucro ou periodicidade. As pessoas que produzem fanzines, em grupo ou individualmente, participam de todas as etapas do processo de criação, produção e distribuição do material e através destes afirmam sua existência e pertença a um grupo (Guerra, 2016). Com a difusão dos fanzines através do movimento *punk*, passou a ocorrer uma maior diversificação dos seus temas: música, cinema, literatura, comportamento.

Se faz importante ressaltar para este trabalho, o caráter de enunciação de experiências de indivíduos sobre muitos acontecimentos e fenômenos sociais que também podem ser encontradas nesse tipo de produção. Ou seja, os fanzines não são meramente utilizados como ferramenta de expressar o sentimento de coletividade e de pertença a um grupo, como a literatura correntemente vem tratando esta problemática (Muniz, 2010; Ferreira, 2012), mas também se apresentam como mecanismos de elaboração de discursos e de crítica social, manuseados para evocar determinados posicionamentos frente a contextos intrigantes e críticos (Das, 2007) para os sujeitos que os confeccionam.

No Brasil esse tipo de mídia surge na década de 60 com o primeiro fanzine, "Ficção", sendo produzido Edson Rontani em Piracicaba/SP. Em 1965, data em que o autor fundou o fanzine, Rontani era dono de uma das maiores coleções de revistas em quadrinhos do país. "Ficção" surge com o objetivo de ser um boletim com essa temática para os fãs dos quadrinhos brasileiros. A partir de então, começaram a surgir anúncios de troca e venda de fanzines. Rontani escrevia a coluna de jornal "Feira de Revistas", na qual anunciava compra, venda e troca de gibis e, posteriormente, de fanzines também. No início dos anos 80, os fanzines se expandem para outras regiões do país através de trocas e anúncios feitos em jornais (Magalhães, 2004).

Em Fortaleza, a cena fanzineira se destaca a partir dos anos 1990 até 2000, impulsionada por fanzineiros independentes que articulavam oficinas, encontros e trocas de fanzines. Em 2002 ocorria a primeira edição do "Zine-se", evento em Fortaleza destinado a venda, troca e distribuição de fanzines organizado por Fernanda Meireles. Já em 2010, Meireles foi também a idealizadora da Zineteca de Fortaleza, que atualmente fica sob sua guarda, mas que é itinerante. De bolso em bolso, os fanzines cruzaram muros e entraram nas prisões cearenses.

2.1.1 Criando na prisão

Os primeiros fanzines produzidos nas prisões do Ceará surgiram em 2002, no Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (IPF), situado em Aquiraz, cidade a 32 km de distância em relação à Fortaleza. As oficinas de fanzine eram mediadas pela assistente social Josefa Feitosa e nelas foram criadas as edições da "Hóspedes de Auri". Destaco que esse tipo de escrita foi inserido no presídio feminino por interesse da profissional em realizar uma atividade em grupo com as mulheres presas.

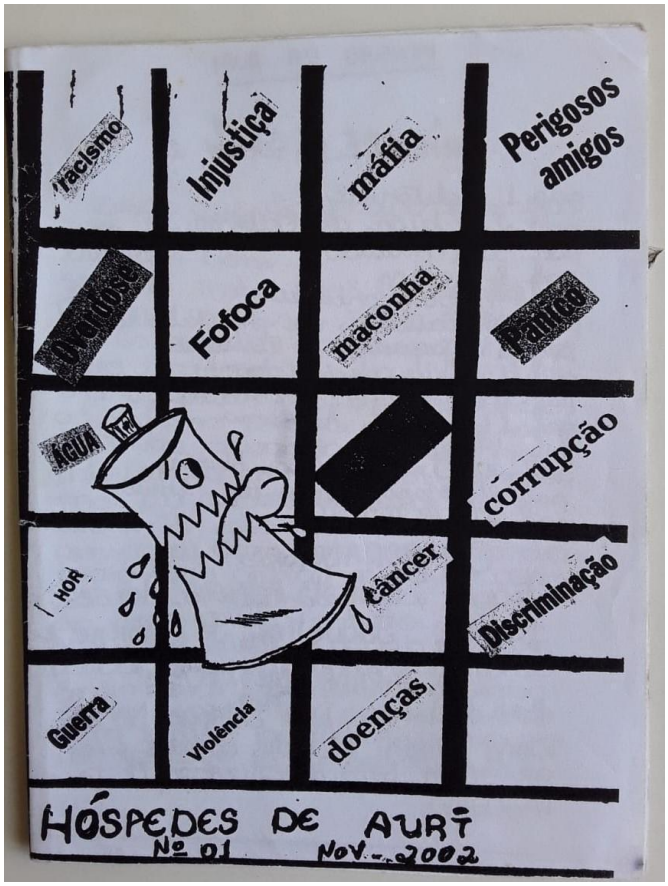


Figura 7*: Capa do primeiro número do fanzine "Hóspedes de Auri".*

No artigo "Fanzine na Prisão: A Revolução das Vozes" (2016) Josefa relata que "a motivação para escrever o fanzine partiu da revolta das internas devido à mudança do Instituto Penal Feminino que funcionava no centro da cidade para a região metropolitana de Fortaleza – Itaitinga" (p. 34). Assim, as atividades ocorriam do seguinte modo: primeiro era

realizada uma roda de conversa tratando de temas propostos pelas presas e, em seguida, havia um momento de produção de escrita, colagem e desenho acerca do que fora conversado.

Desse modo, havia edições que abordavam assuntos como sexualidade, visitas, filhos, dentre outros temas que as presas julgavam ter relevância. Após a confecção do fanzine, a assistente social da unidade prisional ficava responsável por fazer cópias que depois eram distribuídas entre as presas que haviam participado do processo criativo. A circulação se dava através das próprias internas que ficavam com parte da produção para enviar para a família, trocar ou vender, como bem escolhessem.

A primeira edição da ”Hóspedes de Auri” tratava de uma questão delicada para as presas: a transferência de prisões. Antes da fundação do IPF, as mulheres presas no estado do Ceará ficavam encarceradas no Instituto Bom Pastor, situado em Fortaleza, em um local alugado pelo governo do estado. Essa instituição fundada em 1925 e mantida pelas religiosas da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor era destinada, em sua função original, ao abrigo de mães solteiras e mulheres que desviavam dos padrões. Entretanto, com o tempo, tornou-se a prisão feminina do Ceará.

A transferência para o IPF, acontecida em 2000, foi permeada de dificuldades e inseguranças das mulheres, pois havia um medo permanente do abandono de seus familiares. Seus temores não eram descabidos: de acordo com o Censo Penitenciário do Ceará 2013/2014, “87,3% não são visitadas pelo (a) companheiro (a) ou pela mãe (69,0%), o mesmo ocorrendo com os outros parentes.” (LIMA, 2014, p. 98).

O fanzine “Hóspedes de Auri” foi relevante na administração das tensões existentes acerca desta transferência e a partir de então, foi percebido como estratégia de aproximação com as presas, uma vez que servia também como ferramenta de comunicação importante entre as apenadas, e destas para com a administração da unidade prisional.

Deste modo, até aqui podemos perceber a forma como a escrita recebe atenção no gerenciamento das prisões, mesmo quando a ocorrência da mesma é impossibilitada de muitas formas pelas unidades prisionais. Se o *catatau* é utilizado como dispositivo que dá a possibilidade de veicular as demandas dos presos, os fanzines configuram-se como o meio de comunicação que visa relatar o cotidiano dessas no contexto prisional, embora em alguns casos seja possível identificar em alguns fanzines suas demandas.

Os fanzines em prisões masculinas também surgiram a partir de oficinas mediadas pela assistente social Josefa Feitosa. Após a primeira experiência, esta passou a utilizar o

fanzine como ferramenta de trabalho, que logo foi incorporada ao cotidiano da CPPL III. Nesta unidade, a profissional precisou adequar seu modo de trabalho:

> Optei por trabalhar com grupos de no máximo 20 pessoas de uma mesma ala, os quais me repassavam através das nossas conversas informações sobre as dificuldades da vida prisional, bem como críticas e sugestões aos serviços oferecidos no âmbito da saúde, jurídico, educacional, dentre outros que passaram a ser alvo de nossas intervenções. (Acioly, 2016, p. 33)

A entrada para a realização dessa oficina não foi fácil. No início, precisou ocorrer uma negociação com o diretor e o chefe de segurança da unidade prisional para que autorizassem a entrada de papéis, canetas, grampeador, cola e tesoura - todos esses itens proibidos dentro da CPPL III. Além disso, consideravam perigoso que Josefa ficasse numa sala de aula com 20 presos e sem a presença de um agente penitenciário. A assistente social argumentou que já havia tido uma outra experiência com fanzines no Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa e, depois de certa resistência, foi liberada a entrada desses materiais para a atividade, obviamente, controlando a entrada e saída quanto à quantidade de canetas, tesouras, tubos de cola, pois nada deveria ficar de posse dos internos.

Do mesmo modo que o fanzine serve aos apenados e apenadas como forma de expressão e maneira de lidar com os traumas da prisão como por exemplo, o medo do abandono no caso da transferência da prisão feminina, ele também serve aos funcionários da unidade prisional como instrumento de ler/medir a prisão, como se fosse um termômetro que ajuda a administrar/identificar possíveis problemas ou dificuldades na lida com essas pessoas.

Há uma administração da insatisfação para que não haja grandes rebeliões nas unidades prisionais, tendo em mente que os fanzines são utilizados como ferramentas de expressão das apenadas e dos apenados. Possibilitando, então, a canalização de raiva e elaboração de diversos sentimentos e percepções que possam representar alguma ameaça ao contexto prisional.

2.2. Sobre o conteúdo dos fanzines

Antes de passarmos para os tópicos nos quais discuto os fanzines como dispositivos estratégicos, cabe demonstrar algumas produções que consegui ter acesso durante o período de campo e outras que me foram doadas pelos próprios interlocutores. Isto nos ajudará a ter

em mente, de forma mais esmiuçada, do que se trata e assim seguir com as reflexões acerca dos mesmos. Nas páginas que seguem, apresento a catalogação dos fanzines aos quais tive acesso.

2.2.1 Edições de fanzines produzidos nas prisões cearenses:

Na casa dos mil e seiscentos homens, em 2014:

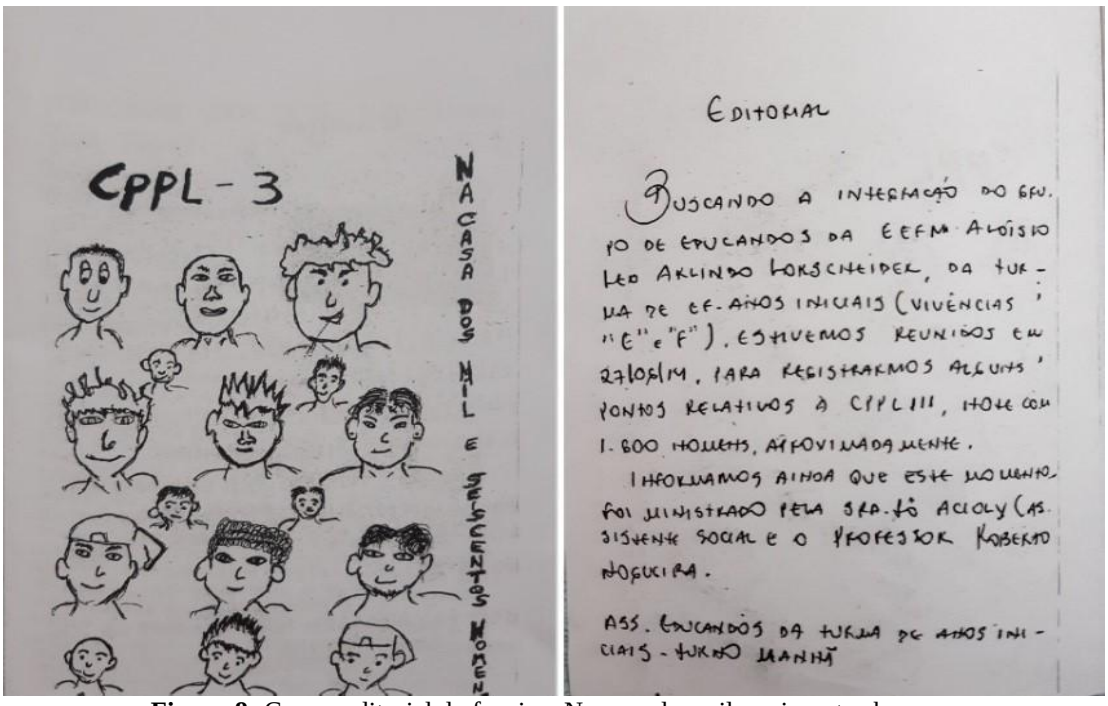


Figura 8: Capa e editorial do fanzine. Na casa dos mil e seiscentos homens

Este fanzine foi produzido pelas alas E e F da CPPL III, que frequentam a Escola de Ensino Fundamental e Médio Dom Aloísio Lorscheider. A produção foi mediada por uma assistente social e um professor. Neste fanzine os internos falam sobre como é viver nessa casa onde “não tem atendimento para todos”, mas “se pode buscar ao Senhor”.

“Só babado”, em abril de 2015:

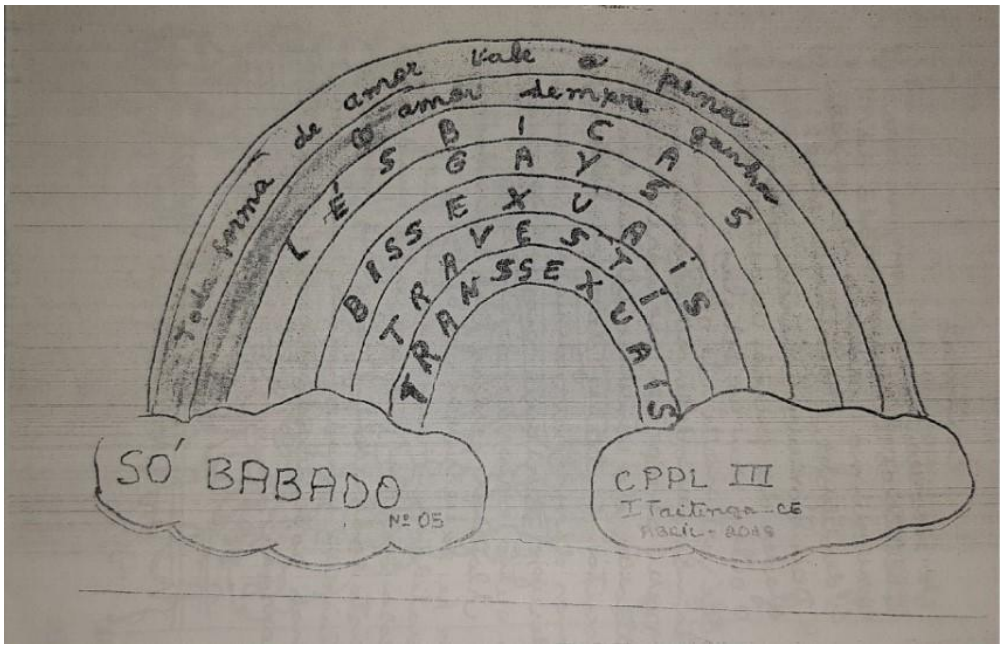
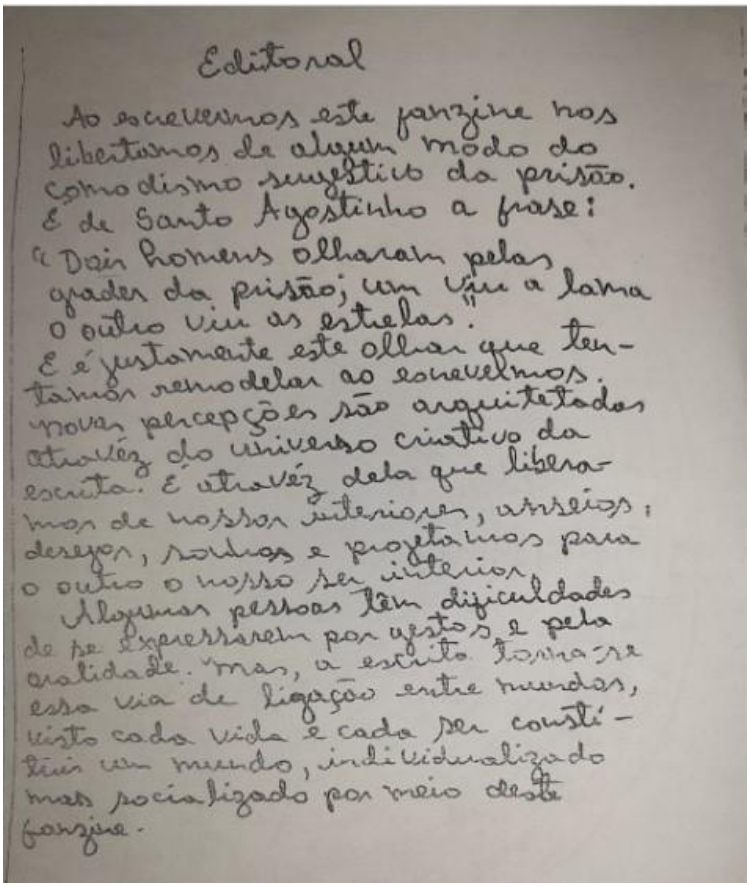


Figura 9: Capa do fanzine "Só babado", 5ª edição



Editoral

Ao escrevermos este fanzine nos liberitamos de alguem modo do comodismo sugestivo da prisão. É de Santo Agostinho a frase: "Dois homens olharam pelas grades da prisão; um viu a lama o outro viu as estrelas." E é justamente este olhar que tentamos remodelar ao escrevermos. Novas percepções são arquitetadas atravéz do universo criativo da escrita. É atravéz dela que liberamos de nossos interiores, anseios, desejos, sonhos e projetamos para o outro o nosso ser interior.

Algumas pessoas têm dificuldades de se expressarem por gestos e pela oralidade. Mas, a escrita torna-se essa via de ligação entre mundos, visto cada vida e cada ser constitui um mundo, individualizado mas socializado por meio deste fanzine.

Figura 10: Editorial do fanzine "Só babado", 5ª edição

As duas imagens acima correspondem, respectivamente, à capa e ao editorial da edição de abril de 2015 do fanzine “Só babado”. Escrito pelas pessoas presas na ala GBTT, a ala E, há um texto em que uma travesti recém chegada à unidade prisional reclama terem tentado cortar seu cabelo. “Engana-se quem pensa que na prisão só tem ovelha negra. Olha nós aqui, as ovelhinhas arco-íris”.

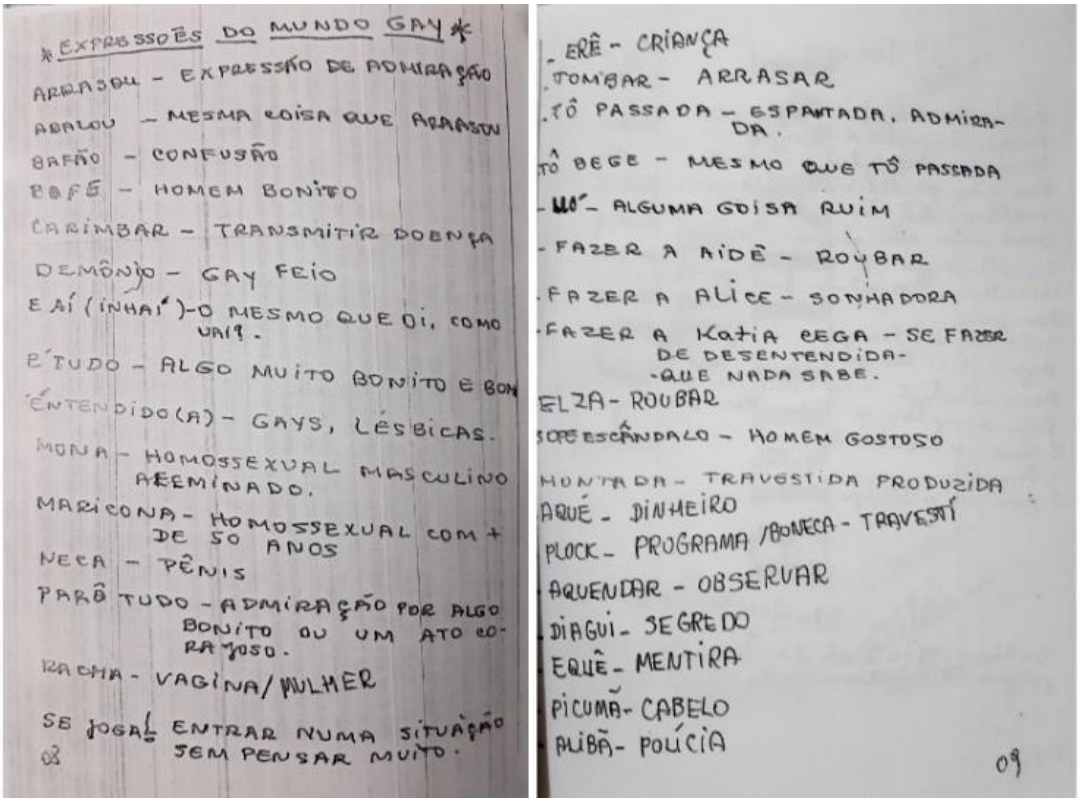


Figura 11: Glossário

Essa edição também traz um glossário com os termos usados pelas pessoas da ala E.

“Só babado”, em abril de 2015:

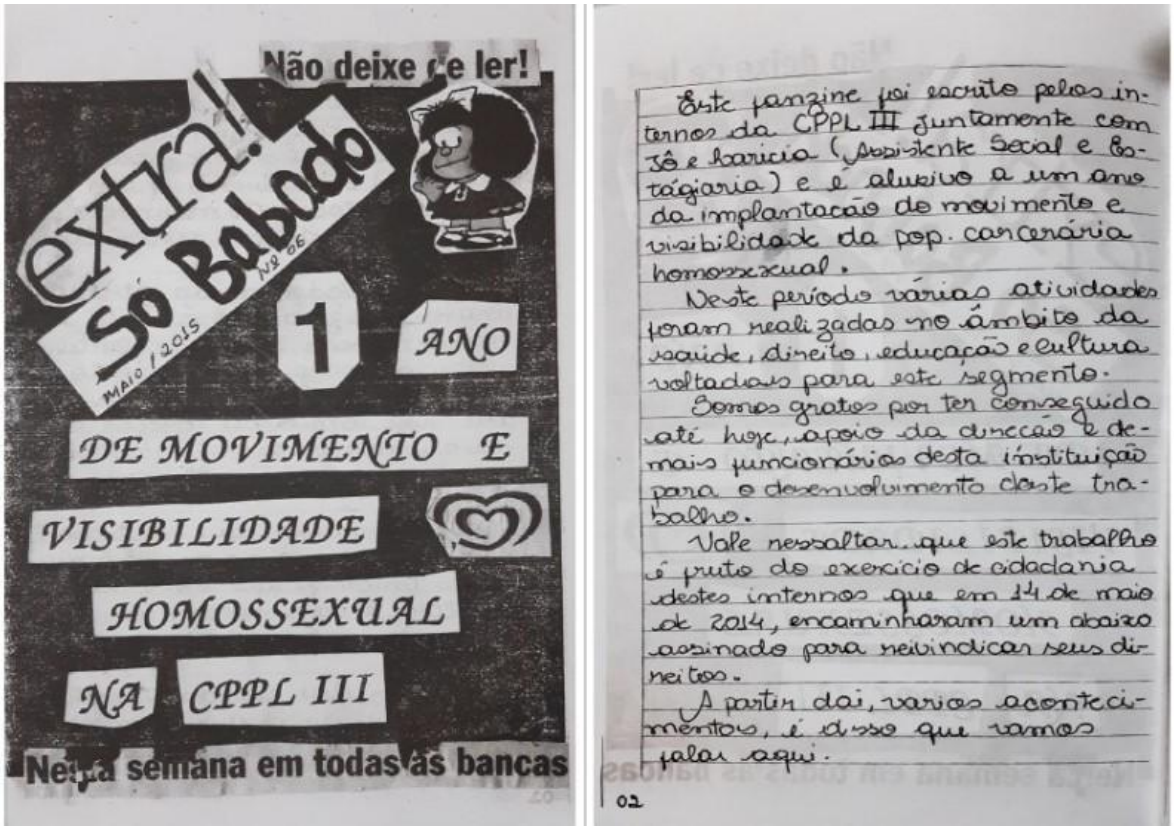


Figura 12: Capa e editorial do fanzine “Só babado”, 6ª edição

A edição acima do fanzine “Só babado” comemora um ano do “movimento e visibilidade da população carcerária homossexual”, rememorando o marco inicial da organização e celebrando as conquistas acontecidas nesse período, como o respeito ao nome social, além da permissão da entrada de maquiagens, creme de cabelo e roupas íntimas femininas.

“Só babado”, dezembro de 2015:

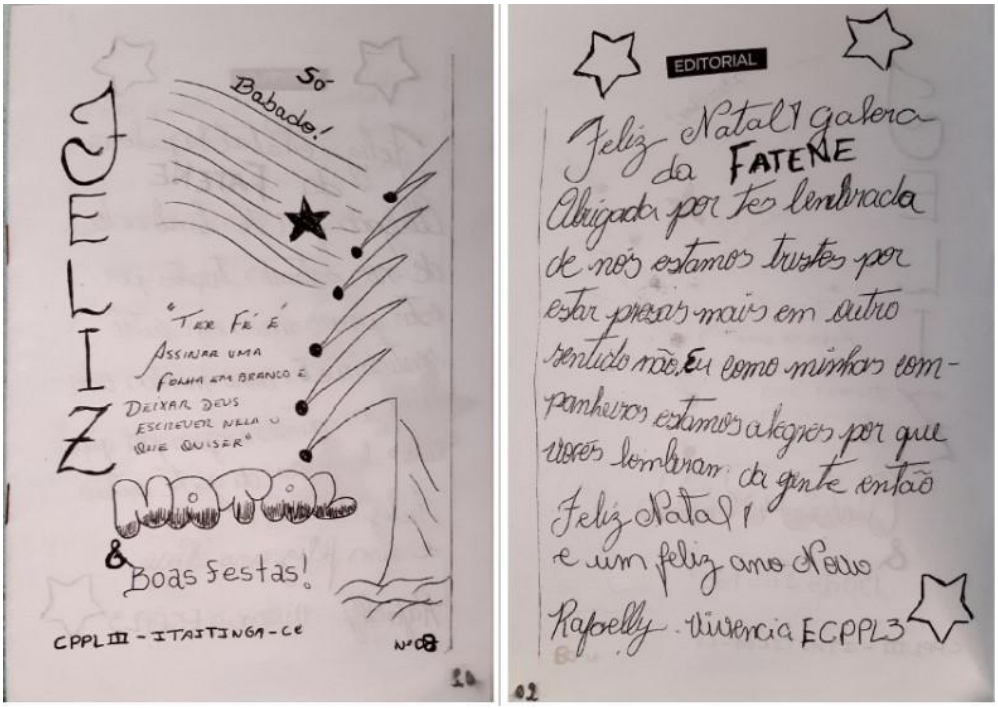


Figura 13: Capa e editorial do fanzine "Só babado", edição de natal

Nesta edição do "Só babado" as presas e presos do ala E agradecem a visita de estudantes da Faculdade de Tecnologia do Nordeste (FATENE), que levaram doações de itens de higiene.

"Só babado", junho de 2016:

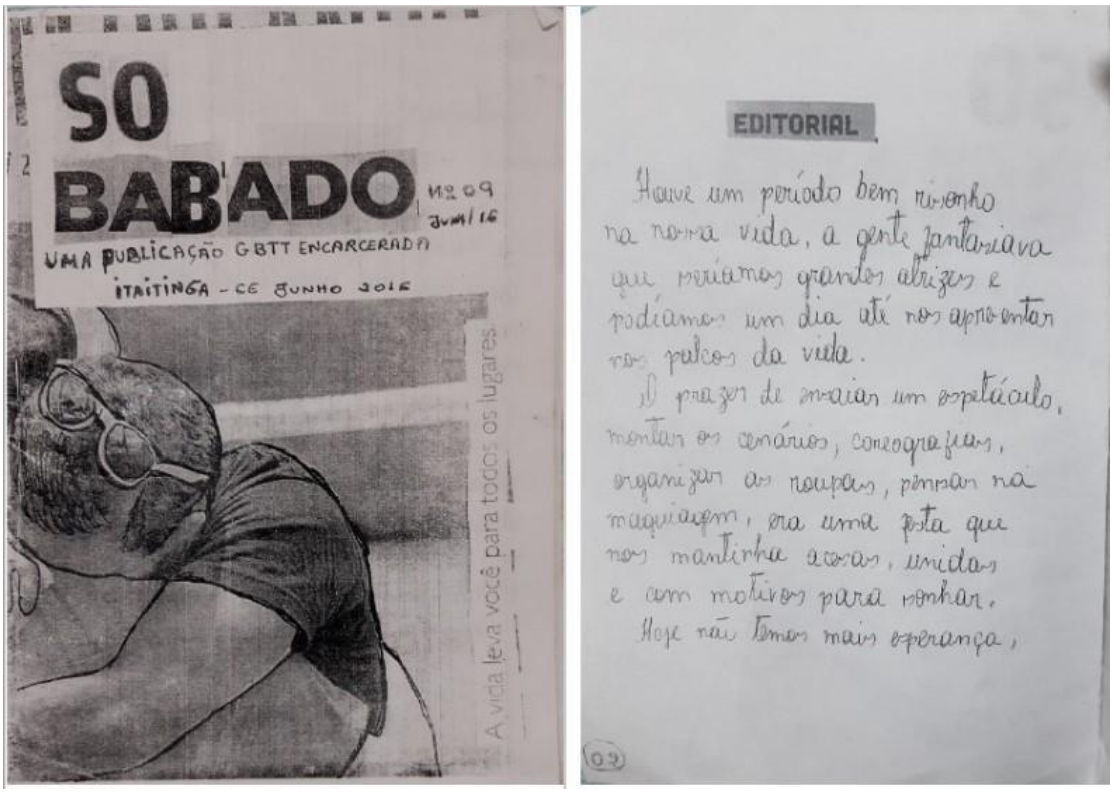


Figura 14: Capa e editorial do fanzine "Só babado", edição 9

A edição de junho de 2016 do fanzine "Só babado" foi produzida após uma série de rebeliões (que serão melhor relatadas no próximo tópico deste capítulo). Nesta edição do fanzine consta um detalhado relato sobre a perspectiva da ala E sobre as violências sofridas na rebelião.

"Só babado", setembro de 2016:

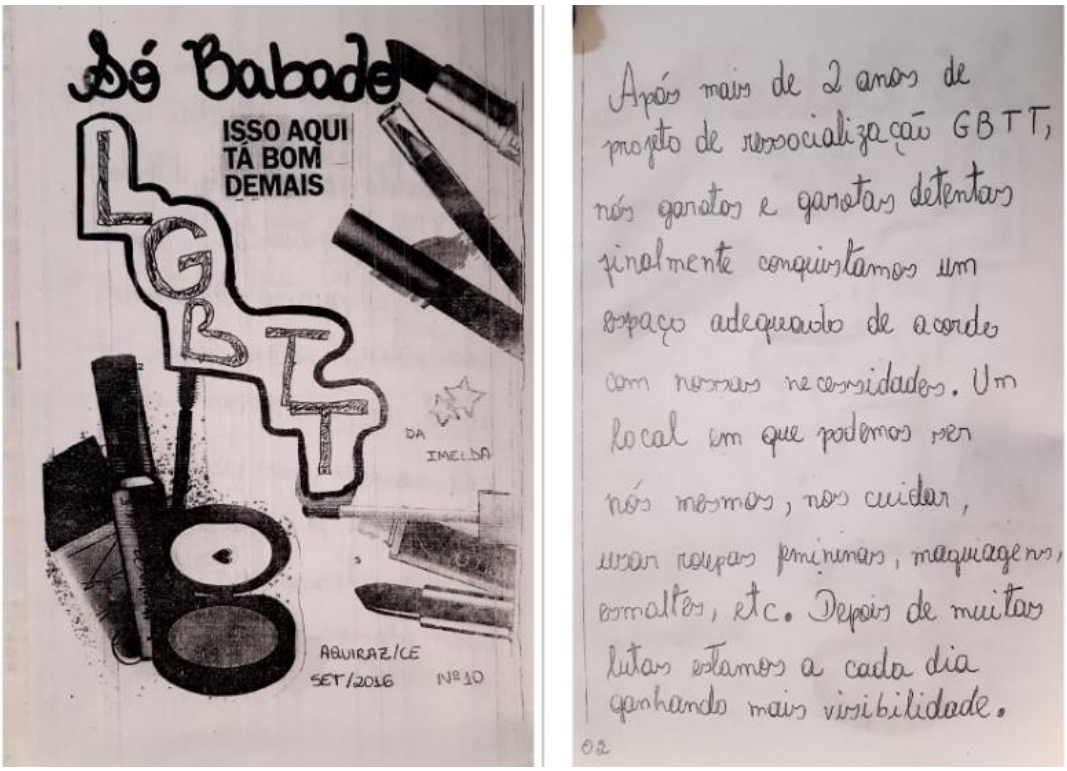


Figura 15: Capa e editorial da 10ª edição do fanzine "Só babado"

Esta edição do fanzine "Só babado" foi a última a que tive acesso. No mês da publicação, setembro de 2016, eu já não estava mais frequentando os presídios do estado. No décimo número, as presas e presos que formavam a ala E haviam sido transferidos para uma nova prisão, a Unidade Prisional Irmã Imelda Lima Pontes. No dia seguinte à transferência, eu estive nessa prisão. Originalmente criada para ser um presídio militar, a estrutura desta unidade prisional diferia bastante da CPPL III. No primeiro dia na ala nova, a prefeita da ala, Sandrinha, me mostrou sua cela: duas camas de alvenaria, banheiro e uma espécie de quintal – um espaço no final da cela sem coberta, onde pega sol e pode-se estender roupa. Ela disse que parecia uma casinha e eu assenti com a cabeça.

A felicidade em estar nesse novo espaço estava exposta neste fanzine, bem como a possibilidade de usar "roupas femininas, maquiagens, esmaltes". Neste fanzine está impressa a ideia de que essa nova moradia foi uma conquista atingida através de uma "visibilidade". Sobre as perspectivas das pessoas GBTT encarceradas em prisões masculinas no Ceará e sobre os usos e manuseios dentro da unidade prisional CPPL III, tratarei melhor no tópico que se segue.

2.3. Fanzines e seu uso estratégico

Como visto anteriormente, em maio de 2014 foi lançada a primeira edição do fanzine "Só babado", uma produção coletiva das travestis, transexuais, homossexuais e bissexuais da CPPL III. No primeiro número, intitulado "Mundo Gay", há uma espécie de coletânea de depoimentos escritos pelos presos e presas, além de recortes de revistas e desenhos. No editorial dessa publicação, um dos internos, a quem vou chamar de C., escreve:

> Observando a situação dos gays, bissexuais, travestis, transexuais do sistema penitenciário do Ceará observei alguns dilemas: Primeiro, o machismo dominante entre os internos torna a população carcerária LGBTT vítima de opressão. São os excluídos dentre os excluídos. Observei também a incapacidade do Estado de elaborar políticas públicas para os diferentes dentre os detentos. A assistência e a prevenção de DST's torna a situação ainda mais agravante. Há um sério desrespeito aos direitos humanos e violação do direito de liberdade de gênero quando travestis e transsexuais são submetidos a tratamento degradante e moralmente intolerável. Enfim, o sistema e a política estadual de detento LGBTT é um fracasso. (In: Só Babado – Mundo Gay, n°01, 2014, p 2).

Como se percebe na citação acima, desde o primeiro momento o fanzine "Só babado" tinha a característica de denúncia: machismo, homofobia, precária assistência à saúde, violação de direitos humanos, dentre outros temas que vão sendo apresentados pelos presos e presas ao longo dos textos. A escrita, apesar de ser mediada por uma profissional da Casa de Privação, conseguia refletir as vivências das pessoas ali encarceradas, mesmo quando isso significava criticar a administração da unidade.

Fernanda Felisberto (2018), na análise das 8.816 cartas enviadas à Ouvidoria do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) no ano de 2016, aponta para os modos pelos quais as escritas dos presos se configuram como uma "escrevivência", termo de Conceição Evaristo (2007) que trata a respeito da ligação que a escrita tem com a realidade de quem o escreve, "é indissociável da experiência vivida de cada pessoa*"* (Felisberto, 2018, p. 125). Do mesmo modo que, para a autora, tais cartas revelavam a rotina de silenciamento "aplicada exaustivamente na intenção de calar a voz do outro" (Op. cit, p. 136), os fanzines aqui retratados também buscam romper com essa ausência de atenção que acomete os/as presos/as GBTT's dentro do contexto prisional da CPPL III.

Deste modo, percebe-se também quanto ao texto, uma variação entre escritos mais informais que parecem imitar a fala, o tipo mais recorrente, e algumas escritas mais formais, destacando-se os textos de João. Interessante ressaltar para o modo pelo qual essa escrita é

tecida. A oralidade que é reproduzida nos textos, ou seja, o ato de escrever como se fala é marcante nos fanzines, bem como nos *catataus*, conforme vimos anteriormente. Tal fenômeno é marcado pela pouca alfabetização que os internos possuem, tendo em vista que parte deles não são sequer alfabetizados[39].

Crítico e reflexivo, o interno escreve a respeito de si e dos erros cometidos. Mostra um processo muito pessoal de arrependimento – culpa – aceitação que, ao mesmo tempo, parece ser compartilhado nos momentos de realização do fanzine visto que, ao longo do processo, os textos, desenhos e temas que integrarão a produção são escolhidos pelo grupo. Na sexta edição do "Só babado", João realiza uma reflexão e retrospectiva,

> É preciso ressignificar a nossa dor. O filósofo Jean Paul Sartre disse que o importante não é o erro. A tragédia em si, não significa nada, e o passado é mutável a partir da ressignificação que damos ao que de ruim nos aconteceu. O nosso último ano aqui dentro foi exatamente nessa tentativa de ressignificação da tragédia que nos trouxe aqui. Com apoio da assistente social e da direção da CPPL 3, demos início a reuniões da população LGBT encarcerada. As reuniões foram se realizando e as coisas acontecendo. Montamos espetáculos de dança e teatro; tivemos maior assistência à saúde, fizemos vários FANZINES. Enfim, ganhamos visibilidade. Afinal, quem não é visto não é lembrado. E, nesta visão do eu da dor da tragédia, existimos. (In: EXTRA Só Babado, n° 06, 2015, p 11)

O comentário de João me instiga a pensar que os fanzines também podem ser utilizados como mecanismos de elaboração dos traumas vividos pela comunidade GBTT da CPPL III. São, inclusive, um ato de testemunho (Das, 2011). Além de ser um dispositivo estratégico para fazer denúncias, as/os presas/os também os usam para narrar suas dores e sofrimentos cotidianos. "Escreviver" (Evaristo, 2017) nesses papéis suas trajetórias, angústias, anseios e desejos, é o que as/os ajuda a respirar. Suas vozes pulam por entre os escritos. A partir deles que a comunidade vai ganhando mais visibilidade.

Seligmann-Silva (2003) aponta para a possibilidade da literatura, da escrita e das artes num sentido mais amplo, de servirem como ferramentas auxiliadoras na difícil tarefa de narrar o inenarrável. No momento em que se compreende o caráter político do testemunho e assim também atesta-se a necessidade de um outro que possa ser escutado, a narração ganha

[39] No que se refere ao nível de escolaridade das pessoas privadas de liberdade no Brasil, o INFOPEN afirma, no "Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização", produzido em junho de 2017, que 51,3% destas possuem o Ensino Fundamental Incompleto, seguido de 14,9% com Ensino Médio 35 Incompleto e 13,1% com Ensino Fundamental Completo. O percentual de presos que possuem Ensino Superior Completo é de 0,5%.

sentido, força e se transforma em possibilidade de cura em relação aos acontecimentos críticos vividos (Das, 2007).

É nesse sentido que, a partir da circulação desses fanzines, principalmente entre os profissionais da Casa de Privação de Liberdade e da Secretaria de Justiça, começaram a ser adotadas algumas medidas para minimizar as violações de direitos a que eram submetidas, em maior grau, as travestis e transexuais reclusas. Uma das situações que foi estopim para essa mudança ocorreu em 2014 e é narrada ainda na primeira edição do fanzine *"*Só Babado*"*.

Uma das travestis, quando chegou à prisão, teve seus longos cabelos raspados e foi forçada a usar a farda, o que para ela era "roupa de homem", encontrando-se obrigada a performar um gênero com o qual não se identificava.

> Penso que dentro do sistema carcerário há muitas regras bobas e restrições sem sentido. Quando entrei nesse presídio cortaram meu cabelo, passei por um grande trauma psicológico em ter que se vestir como homem a força por uma questão de preconceito. Chorei muito mas Deus me consolou, estou perto de sair, vou me refazer e voltar a ser feliz. (In: Só Babado – Mundo Gay, n°01, 2014, p 2).

Após esse acontecimento e com a repercussão do relato escrito no fanzine, a obrigação do corte de cabelo foi revista no caso de travestis e transexuais, o que representou uma grande conquista e fortalecimento do grupo. A partir desse momento, as pessoas dessa ala passaram a ter um melhor relacionamento com a administração e identificaram o fanzine não só como instrumento de significação da vida, mas também como modo de luta, de resistência, de se fazer ouvir.

As travestis e transexuais encarceradas nas prisões do estado do Ceará buscam estratégias para manter algo de "feminino" que performavam fora da prisão. Essas estratégias também foram relatadas no trabalho já citado de Guilherme Boldrin (2017). Na PJPN as travestis contavam com o apoio das suas visitas para que pudessem ter acesso a determinados itens que davam materialidade às suas feminilidades. Exemplos coletados pelo autor são os cremes hidratantes que eram descritos na embalagem como neutros, mas que na verdade continham perfumes; as transformações de roupas masculinas em peças de roupas femininas como shorts e calcinhas. As travestis da *galeria rosa* contavam com o apoio de seus *maridos* da *rua* e, em alguns casos, contavam com a ajuda de suas sogras. Estas ações eram vistas como de "*interesse*" por parte das internas.

Na CPPL III as negociações para aquisição de itens ditos femininos pelas travestis e trans da ala GBTT se deu através dos fanzines. A mobilização para a entrada de cremes de cabelo, esmaltes e hidratantes, por exemplo, é apenas um dos aspectos de uma movimentação nesse sentido. Além disso, as demandas pela abolição do corte de cabelo obrigatório na entrada ao presídio, pela entrada de roupas íntimas femininas, o direito ao acesso a medicamentos específicos, a estar na mesma cela que seus companheiros amorosos, passaram a ser consideradas pela Secretaria de Justiça e Cidadania do Ceará.

Entendendo a resistência das travestis e transexuais como uma forma de fazer gênero (Butler, 2003), essa performatividade implica numa repetição dos atos, pois o gênero está sempre em construção. Essas reivindicações cotidianas aparecem e circulam através dos fanzines escritos na unidade prisional e pressionam os profissionais das unidades prisionais a pensarem em políticas públicas específicas para essas pessoas.

Isso fica evidente na edição "A vida leva você para todos os lugares", escrita um dia após o fim da rebelião de maio de 2016. Apesar da curta duração dessa rebelião, os danos foram muitos. Na ocasião ocorreu uma série de "acertos de contas" dentro da CPPL III e a ala GBTT foi a vítima preferencial quando a unidade prisional *virou*[40].

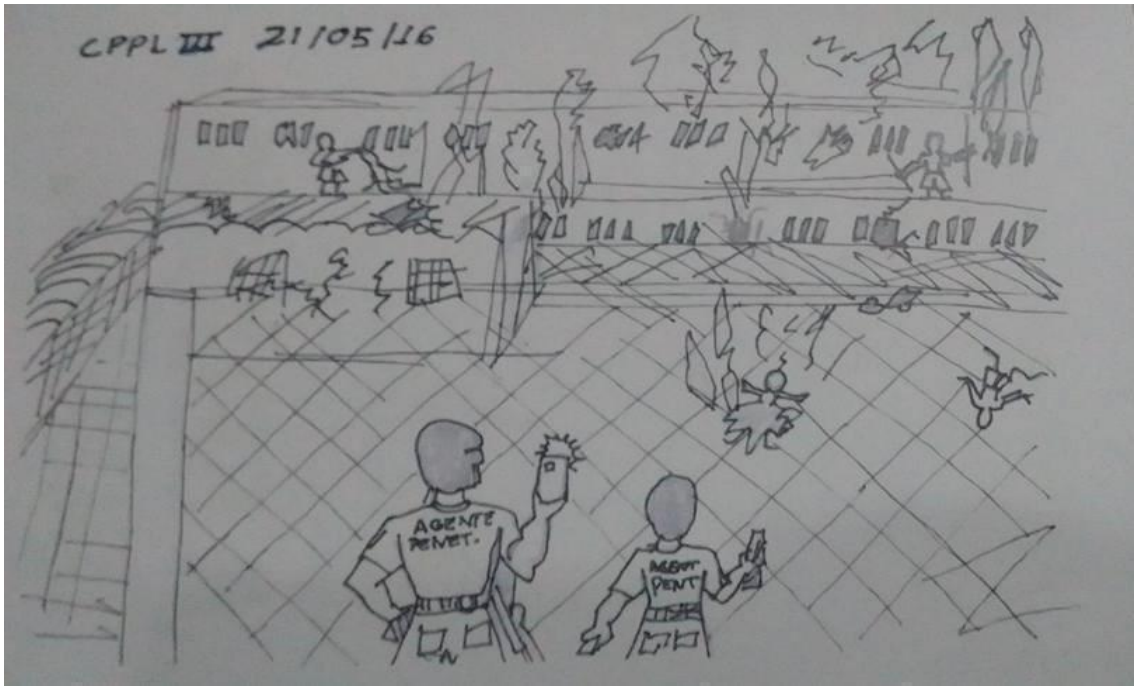


Figura 16: Foto de uma das páginas da nona edição do fanzine "Só babado" intitulada "A vida leva você para todos os lugares".

[40] Termo que indica que os internos da unidade prisional se rebelaram.

Um dos desenhos desta edição mostra uma cena acontecida na tarde do dia 21 de maio de 2016: agentes penitenciários fardados, usando *balaclava*[41], posicionados do lado externo da CPPL III filmando com seus celulares prisioneiros armados com paus, pedras, *cossocos*[42], barras de ferro, com seus rostos cobertos com panos, incendiando a cadeia e quebrando paredes que separavam as alas. Pessoas foram espancadas até a morte – uma delas degolada, técnicas de tortura foram utilizadas como o uso de asfixia mecânica utilizando saco plástico, além de executarem o que os internos chamam de *microondas*, que consiste em colocar a vítima entre colchões e atear fogo. Acerca deste episódio, faz-se necessário delimitar alguns pontos.

No mesmo dia escrevi em diário de campo:

> A assistente social foi a CPPL III hoje, mesmo não sendo seu dia de trabalho. A situação está tensa e ela afirmou que quer adiantar o máximo de atendimentos possíveis antes da greve dos agentes penitenciários que acontecerá na próxima quinta-feira. Perguntei qual era a expectativa dela e ela contou ter medo de ter que ir trabalhar quando os agentes penitenciários não estão presentes pois sente que a chance de ter rebelião nas unidades de Itaitinga é altíssima visto que todos os internos já sabem que não haverá nenhum agente para contê-los.

A apreensão que a profissional da unidade prisional sentia tinha razão de ser. Em 21 de maio de 2016 iniciou-se a greve dos agentes penitenciários cearenses. No dia determinado para o início da greve, os agentes penitenciários não entraram nas unidades prisionais. Devido à falta de pessoal, não foi possível autorizar as visitas aos apenados, pois não havia profissionais que pudessem realizar a vistoria. Esse fato foi a gota d'água para a *virada* da cadeia, visto que a falta de visitas impede que haja o contato com os familiares e também o abastecimento dos internos com comida, água potável, itens de higiene, materiais que geralmente são ofertados pelos entes queridos dos internos e não pelo Estado.

De unidade em unidade, todas as cadeias do estado foram tomadas pelos internos. Uma das primeiras ações dos internos que pertencem às alas A, B e C foi a de invadir as alas rivais para assassinar seus desafetos. Aproveitando a ausência dos agentes penitenciários e

[41] Balaclava é um tipo de touca que cobre cabeça e pescoço, deixando à vista somente os olhos (e às vezes boca). É utilizado para esconder o rosto dos agentes penitenciários enquanto executam os *procedimentos*.
[42] Cossoco é um tipo de arma artesanal feito com barra de ferro, cordas ou panos.

munidos de barras de ferro, cossocos, pedras e punhais, invadiram as alas D, E e F para linchar as quase 400 pessoas abrigadas no local. Paredes foram quebradas, grades das celas foram arrancadas e as ruas D, E e F foram incendiadas.

Durante as horas que se seguiram ao início da greve, segundo me foi informado por profissionais da unidade, 14 pessoas foram assassinadas, cerca de 200 pessoas fugiram, porém até hoje esse número não foi confirmado pela Secretaria de Justiça. Alguns familiares de internos ainda não sabem se os mesmos estão foragidos ou mortos. Uma ala inteira foi extinta – a *rua dos irmãos*, que abrigava os internos de religião protestante que cometeram crimes sexuais e *Maria da Penha.* As vítimas preferenciais eram homossexuais, travestis, estupradores e agressores de mulheres.

Além da rebelião acontecida simultaneamente em nove unidades prisionais do Ceará, ocorreram também nas ruas das cidades, eventos que colocaram as pessoas que não estavam presas em estado de alerta: ataques a delegacias, incêndio a coletivos, divulgação de mensagens em redes sociais que orientavam as pessoas a ficarem em suas casas. Em um dos áudios que circulavam, um homem diz que "quem tá dando toque de recolher hoje" são eles. "Quem vai se recolher é a PM, ninguém vai baixar a cabeça pra PM não, tá ligado, aqui quem manda é o PCC", ameaça.

As pessoas – na maioria mulheres – que costumavam visitar os presos, foram para a frente das unidades prisionais e entraram em confronto com a polícia, realizaram barricadas e fecharam a via que dá acesso ao complexo penitenciário, no caso, a BR-116. Nesse momento presenciei agressões, uso de *spray* de pimenta, além do fato de que os moradores das cidades onde localizam-se as unidades prisionais, nesse caso, Itaitinga, estarem completamente aterrorizados. Após 17 horas, a greve dos agentes penitenciários acabou, porém o estrago estava feito. Pessoas foram assassinadas, incontáveis fugas aconteceram e as unidades estavam depredadas de tal forma que não havia como os internos retornaram às suas respectivas ruas. Não havia água nem energia e assim ficou por mais sete dias.

A nona edição do fanzine “Só Babado” era, portanto, um pedido de socorro. Registrado o apelo do grupo, esse fanzine foi fotocopiado pela assistente social da unidade prisional, que o fez circular pelas mãos de outros profissionais do sistema penitenciário cearense e servidores da Secretaria de Justiça.

> Você que está lendo fique sabendo, nós GBTT encarcerados, *somos contra o desperdício da vida*. *Queremos viver, queremos amar, queremos ser pessoas capazes de conviver com os outros em um ambiente mais limpo, mais cheiroso, mais seguro e com mais dignidade. TIRE-NOS DAQUI.* Não

> fizemos desordem, não quebramos a cadeia, não incendiamos a enfermaria, não destruímos a escola, então porque estamos aqui ainda? (In: Só babado – A vida leva você para todos os lugares, nº 9, 2016, p. 13.)

Cerca de dois meses depois, em julho de 2016, foi inaugurada a Unidade Prisional Irmã Maria Imelda Lima Pontes. Para essa prisão foram transferidas as pessoas da ala E, além de idosos, deficientes físicos e os *Maria da Penha*[43].

Esta edição do fanzine *"*Só Babado*"* já carrega consigo um peso histórico, apesar de retratar um acontecimento crítico recente, pois esse é um dos únicos documentos produzidos *in loco* e a partir da perspectiva das pessoas privadas de liberdade que narram o processo de *virada* não só da CPPL III, mas também o processo que diz respeito ao fato de as prisões cearenses *virarem* uma só vez.

Pensando a partir dos escritos de Butler (2015) em "Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?", é perceptível a forma pela qual as condições de sustentabilidade e prosperidade das apenadas e dos apenados da ala GBTT não são asseguradas pela administração da unidade prisional, fazendo de suas vidas as mais vulneráveis a violações de direitos e tornadas muito mais precarizadas. A vida vivível não é a das internas e dos internos desta ala, por mais que as demais vidas presentes na unidade prisional também não sejam reconhecidas como vivíveis nos enquadramentos normativos construídos e legitimado pelo Estado-nação. Isto se torna plausível na medida em que ocorre a *virada* dos presídios: são elas as primeiras vítimas do acontecimento e cujas mortes não geram comoção, pois suas vidas não são passíveis de luto suficiente para a sociedade.

Destarte, acerca da questão dos enquadramentos, percebe-se que mesmo que estes delimitem a vida, ainda assim é possível que ocorram vazamentos possibilitando a circulação, por exemplo, das poesias de Guantánamo – caso analisado por Butler, e dos fanzines da CPPL III, que podem até não libertar alguém do cárcere, mas podem provocar horror ou indignação (Ibid., p. 26) e ajudam a pôr em questão os critérios utilizados pela sociedade para realizar a cisão entre as vidas que devem ser protegidas e enlutadas, das vidas que não devem ser resguardadas e, portanto, não são passíveis de luto e tampouco capazes de gerarem comoção social e mobilizarem a opinião pública.

O fanzine, assim, acaba sendo reconhecido entre os presos e presas não somente como instrumento de expressão, mas também de resistência e luta por direitos. Seu valor reside na

[43] Assim são conhecidos os presos que foram autuados na Lei nº 11.340/06, também chamada de Lei Maria da Penha.

circulação e nos afetos que sua leitura mobiliza e produz. Portanto, ao me debruçar sobre os fanzines produzidos pelos apenados e apenadas das unidades prisionais em questão, pude visualizar melhor o processo de *virada* dos presídios cearenses. Nesse sentido, estes escritos são uma forma privilegiada de analisar tal acontecimento, uma vez que a visão ali registrada, por mais parcial que possa ser, é a perspectiva das presas e dos presos acerca do ocorrido. A validação dos registros dos presos se torna relevante por nos oferecer um olhar para o acontecimento desde um outro lugar, o que enriquece e fortalece a compreensão do mesmo.

Neste capítulo busquei traçar uma discussão que desse conta das complexidades que compõem os fanzines. Partindo das suas origens e afunilando para os modos como eles vêm sendo utilizados pelos diversos grupos sociais, privilegiando os apenados e apenadas de três presídios numa perspectiva cronológica, a saber: o Instituto Penal Feminino Auri Costa Moura, a CPPL III e a Unidade Prisional Irmã Maria Imelda Lima Pontes.

Desta forma, pudemos visualizar e compreender os funcionamento dos fanzines como dispositivos estratégicos que: a) permitem aos apenados e às apenadas retratarem suas experiências no contexto prisional; b) ressignificam as trajetórias de suas vidas a partir da partilha de leituras e afetos que os fanzines possibilitam; c) reivindicam melhorias de condições de vida; d) denunciam as formas como são desrespeitadas e desrespeitados na unidade prisional; d) elaboram suas dores e sofrimentos vivenciados a partir de acontecimentos e eventos críticos; e) e se constituem como um meio de comunicação entre as internas e os internos para com a administração e demais funcionários da unidade prisional.

CAPÍTULO III
POESIA

> Por que as pessoas escrevem? Já me fiz tantas vezes esta pergunta que hoje posso respondê-la com a maior facilidade. Elas escrevem para criar um mundo no qual possam viver. Nunca consegui viver nos mundos que me foram oferecidos: o dos meus pais, o mundo da guerra, o da política. Tive de criar o meu, como se cria um determinado clima, um país, uma atmosfera onde eu pudesse respirar, dominar e me recriar a cada vez que a vida me destruísse.
>
> Anaïs Nin

Neste capítulo me dedico a analisar as poesias de Adão, poeta custodiado na CPPL III. Em um primeiro momento o apresento, descrevo o modo como ele consegue adquirir fama na prisão através da utilização de sua escrita. Em um segundo momento penso sobre o objeto criado por ele – seu livro, e a maneira que este livro presentifica a prisão.

O processo de escrita poética se dá em alguns autores de maneira intuitiva e, em outros, de maneira racional, pensada. Ferreira Gullar, escritor e poeta brasileiro, disse a respeito de sua inspiração para escrever: "Meus poemas nascem de um choque emocional qualquer". Para Adão, a prisão é a sua realidade e seu choque emocional, tal qual Lima Barreto e tantos outros escritores encarcerados pelo mundo. Escrever era uma necessidade básica, fosse para si ou para suprir a necessidade de outros e, assim, a cada tubo de tinta e tampa de marmita, nasceu o seu primeiro livro de poesia.

3.1. Um homem na estrada

Em 2015 conheci Adão[44]. Primeiro a letra, depois o homem. Em um dos dias em que estive na sala do setor de Serviço Social acompanhando o atendimento aos familiares dos internos, uma assistente social me mostrou uma tampa de papelão de uma marmita com um texto rabiscado em caneta. No papel ainda sujo com restos de comida, se lia:

> Excelentíssimo senhor diretor da CPPL III, bom dia! Caríssimo senhor:

[44] Adão não é um nome fictício. O preso me pediu que sempre usasse seu nome, pois queria ser reconhecido como poeta e escritor. Por diversas vezes, me interpelou acerca da possibilidade de publicação de seus escritos.

> peço-lhe um instante do seu preciosíssimo tempo para que se volte ao meu assunto, por favor. Desenvolvi um trabalho cultural, de literatura, me refiro a cem poemas. Este mesmo trabalho eu desejo mostrar a assistência social desta casa e assim recorro a sua intercessão por mim. Desde já, muito obrigada! No aguardo de sua compreensiva resposta, Adão de Sousa Silva, vivência B, cela 23.

Apesar da caligrafia difícil de compreender, mas com o uso de um linguajar mais rebuscado, próximo dos termos jurídicos, Adão passou a mensagem que precisava: queria ser notado como poeta pelo corpo administrativo da unidade prisional.

Conversei com a assistente social que estava de plantão no dia e falei da minha curiosidade naquele *catatau*. Ela, que não tinha conhecimento do caso, pediu que um agente penitenciário trouxesse o preso para a sala do setor. Sentei-me à mesa auxiliar, destinada às estagiárias da unidade prisional e esperei pela chegada dele.

Custou quarenta minutos até que o agente penitenciário batesse à porta que já estava aberta, pedindo autorização para entrar. À minha esquerda, algemado, de costas para mim e com a testa encostada na parede do corredor, estava Adão. Negro, aproximadamente 1,65 de altura, 75 kg e careca. Depois que a assistente social consentiu, ele entrou na sala e sentou-se no sofá que estava à minha frente. Ela se dirigiu a ele me apresentando, disse que eu estava interessada em conversar com ele para melhor conhecer seus escritos e sua história. Em seguida, me passou a palavra. Apresentei-me a Adão, expliquei a ele que era, na época, aluna da Universidade Federal do Ceará e que cursava graduação em Ciências Sociais, que estava ali realizando uma pesquisa com os presos e presas.

À medida que eu falava com ele, olhava-o sentado com as mãos para trás ainda algemadas, o rosto fitava seus pés, o queixo muito próximo ao peito, as costas se curvavam. Estava numa posição submissa, conforme os mecanismos de docilização dos corpos existentes nas prisões (Foucault, 1996). A assistente social me interrompeu dizendo: “Pode olhar para ela, Adão”. Só então com a permissão da profissional, ele levantou os olhos e, por alguns instantes, me olhou no rosto para logo em seguida olhar novamente para baixo. Dessa vez não fitou os pés e sim os papéis e a caneta em cima da mesa. Propus uma entrevista e ele prontamente aceitou. Nesse momento, o agente penitenciário que havia ficado todo o tempo ao lado direito de Adão nos diz que acabamos o tempo – dez minutos, e que o interno teria de voltar. Enquanto ele se levantava, combinamos que na semana seguinte iríamos tentar conversar com mais tempo. Nesse momento, Adão só conseguia olhar para as folhas de papel A4 que estavam anexadas à prancheta na qual eu escrevia.

3.2. Adão, o escriba

Adão é natural de Valença, Piauí. Filho de pais analfabetos, estudou até o quarto ano do ensino fundamental. Apesar do pouco contato com o ensino formal, aprendeu a ler e desenvolveu o hábito da escrita de poesias. Havia a possibilidade de estudar na escola de ensino fundamental que funciona na prisão, no entanto Adão trabalhava como faxineiro e *lavador de brechós*[45] da cela onde morava, conforme me explicou em uma das visitas:

> Um dos motivos também é que mais uma vez a necessidade me obriga entre escolher estudar ou trabalhar, pois faço faxina em algumas celas e lavo os *brechós* de alguns presos e com isso ganho quatrocentos reais por mês e contribuo para o sustento de meus filhos, ajudando minha esposa a enfrentar essa dificuldade.

Assassino confesso, Adão é percebido pelos outros presos como um homem pacato, calmo. No nosso breve contato inicial, ele demonstrou através de seu corpo, uma postura submissa. E nos contatos seguintes mesmo estando sem algemas e sem a presença de agentes penitenciários na sala, mantinha as mãos para trás, evitando olhar para o meu rosto, sempre fitando minhas mãos e os papéis e caneta que estas seguravam.

Ao longo do trabalho de campo que desenvolvi na CPPL III, tive contato com vários escritos de Adão. No começo ele me mostrou um livro de poesias artesanal, construído a partir das tampas de papelão das marmitas que alimentavam os internos e encadernado com fios feitos de sacolas plásticas. Após essa produção, Adão passou a ser reconhecido entre os presos como um homem que escrevia. Partiu dessa manufatura o seu reconhecimento como autor.

Ao me deparar com o livro pela primeira vez, senti de imediato, o cheiro forte de arroz e farofa. O engordurado do óleo e do resto de alimentos que outrora saciaram os apenados, deslizava por entre meus dedos, requerendo o uso de álcool em gel logo após o contato, devido às possibilidades de desenvolvimento de doenças ou infecções. A presença dos restos de comidas não estava somente na capa e contracapa, mas em todo o discorrer do livro.

Apesar do esforço de Adão em conservar o máximo possível o material que tinha em mãos e que construiu à base de muito suor e de negociações no contexto prisional, era

[45] *Brechós* é como se nomeiam as roupas, lençóis e toalhas dos internos nas prisões cearenses.

possível perceber muitas folhas manchadas, bem como a constante reescrita de algumas partes de vários poemas, pois a ação do tempo fazia com que a tinta se diluísse no papel com mais rapidez, provocando assim a possibilidade de apagamento de suas poesias.

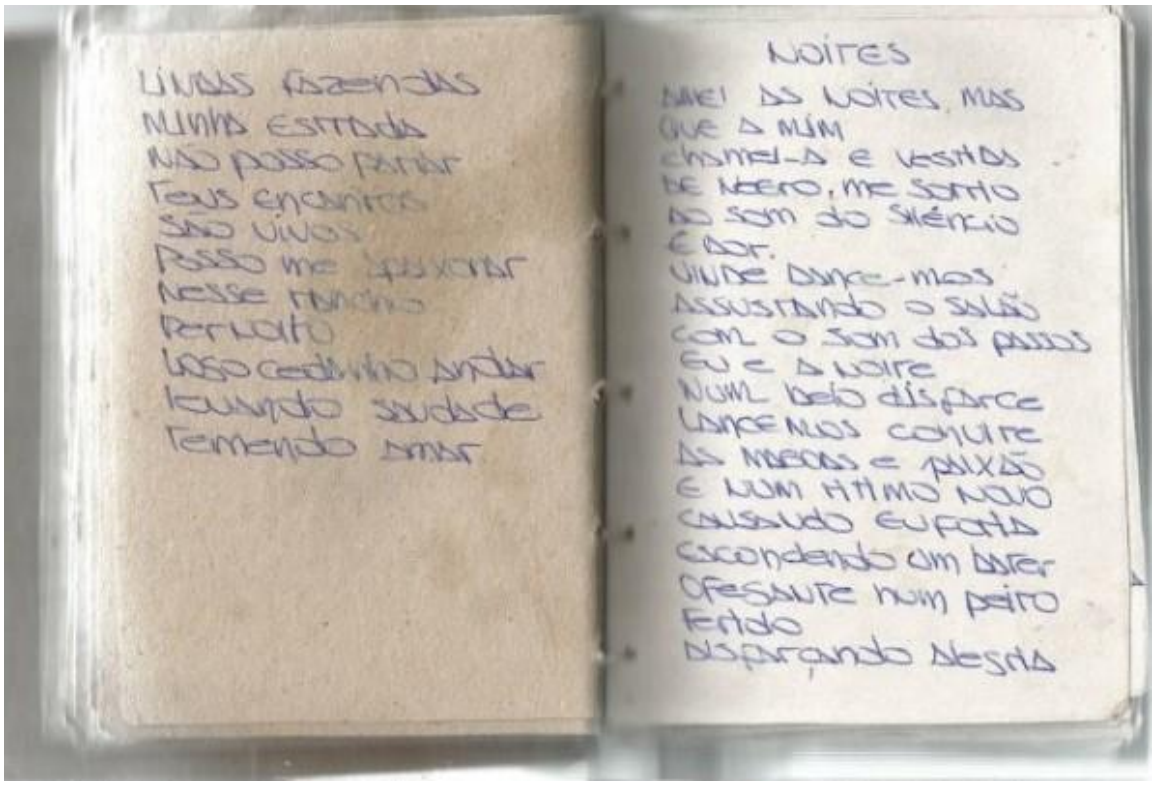


Figura 17: Páginas do livro de Adão. Na página esquerda é possível ver uma mancha de gordura.

Adão criou seu livro de poesias, mas, de certa forma, o livro de poesias também criou Adão. Percebo o livro artesanal de Adão como "coisa", "um emaranhado de fios vitais" (Ingold, 2012), ou seja, foi tampa de marmita, foi um saco plástico, foi uma caneta que antes era um *projeto* que veio através de permutas. Aciono o pensamento de Ingold para enfatizar como os materiais que fazem o livro se conectam aos escritos que vão nele, bem como demonstram a dinâmica de negociações presentes da unidade prisional para se conseguir *tinta* e papel.

Me aproximar da literatura antropológica que trata acerca dos objetos materiais ou das coisas me fez olhar para o livro escrito e organizado por Adão de uma outra forma. Ingold (Ibid.), ao fazer um balanço acerca do tema, chama a atenção para o modo pelo qual a Antropologia lidou com a questão dos materiais. Segundo ele, a disciplina deu uma maior atenção para as materialidades, focando nas formas dos/e nos objetos e não no que os constituíam. Nesse sentido, para Ingold, ao privilegiar uma análise que focasse nas atribuições físicas dessas materialidades, podemos ter em mente de forma mais concreta, a

compreensão de que tais atributos e objetos constituem vida por si e não necessitam obrigatoriamente de humanos para que assim sejam reconhecidos.

Ademais, entendo o livro como coisa em movimento devido à dinâmica de leituras realizada pelos outros presos e agora por mim. O livro não circulou pelos internos. O que houve foi, antes de sua organização de poesias e do seu acabamento manual, a circulação de algumas dessas poesias por entre os internos que tinham gosto de ler os escritos de Adão, ou então curiosidades acerca do que ele escrevia naqueles escassos pedaços de papel. Tais atitudes demonstravam o reconhecimento que Adão começava a ganhar dentro da sua ala por conta dos seguintes motivos: a) as produções de suas poesias tratavam predominantemente das saudades e dos amores; b) e devido às suas habilidades com a escrita e seu entendimento da linguagem jurídica utilizada pelos funcionários e administração da unidade e das demais autoridades que constituem o sistema prisional, o que lhe conferia maior atenção por parte destes profissionais.

O livro construído por Adão, tanto na sua forma material – em relação aos elementos que o constitui – quanto nos seus escritos, presentifica todas as complexidades que constituem os universos prisionais. Isso ocorre devido ao fato de que para a construção do mesmo, conforme percebemos pelo que já foi descrito até aqui, foram necessárias muitas negociações para a sua confecção, da *tinta* ao papel. Como vimos, o fenômeno da negociação abrange tanto àquelas que dizem respeito às trocas realizadas entre os internos, quanto às permutas destes para com os demais funcionários das unidades prisionais.

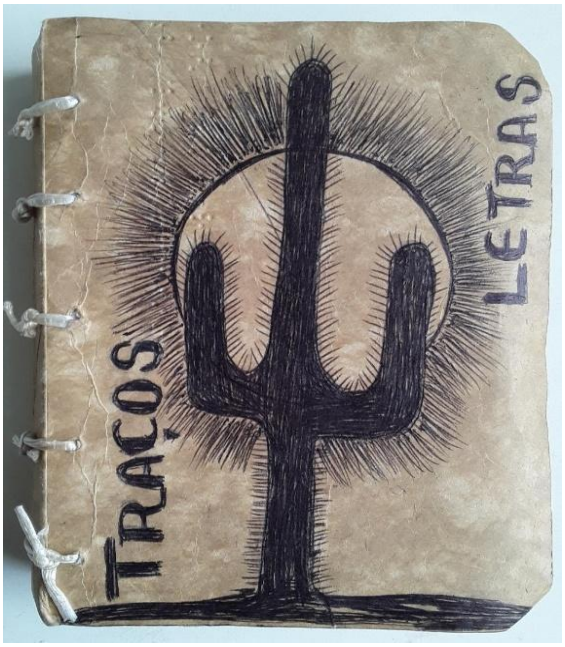


Figura 18: Livro criado por Adão após higienização.

***

À medida que eu acompanhava o trabalho das assistentes sociais da unidade prisional, começaram a surgir *catataus* com a letra de Adão. Esses bilhetes traziam demandas dos presos para os setores da administração da unidade prisional. Em uma das conversas que tive com ele, Adão me relatou que após a criação e repercussão de seu livro, os demais presos da *rua* em que vivia passaram a perguntar-lhe demandando a escrita de *catataus*, alguns por não saber escrever, outros por perceber que os pedidos de Adão eram mais eficazes.

Esse reconhecimento de Adão como pessoa que domina as letras acontecia, sobretudo pela maneira que este demonstrava através de sua escrita, o modo rebuscado de falar dos advogados e o uso que fazia dos termos técnicos do Direito. Adão conseguia chamar a atenção pelas palavras que empregava, o que fazia com que os profissionais da unidade prisional lessem com mais atenção os pedidos do preso. Sendo assim, a administração da unidade prisional reconhecia Adão e sua caligrafia. Ele sabia que ao utilizar palavras mais rebuscadas, as chances de ter seu pedido visto e atendido aumentavam. Ele compreendia que havia uma forma de escrever e de falar dentro daquele universo que poderia lhe auxiliar na distinção em relação aos demais.

Estabelecendo uma comparação com a unidade prisional analisada no trabalho de Boldrin (2017), por se tratar uma cadeia de *oposição*, os presos e presas se utilizavam de diversas táticas e estratégias para obterem acesso a determinados itens ou recursos, se

utilizando, inclusive, da *caguetagem* para serem bem vistos pela administração da prisão e assim, passavam a serem encarados de forma negativa pelos demais presos. No caso da CPPL III isso não se aplica. Nesta prisão a habilidade da escrita foi identificada e reconhecida como relevante para ter seus pedidos atendidos.

Em conversa com Adão, o interpelei em relação ao seu processo de escrita. Ele relatou que, para escrever um *catatau* ou uma poesia, recebia em troca um *projeto*. É também através dessas trocas que conseguia suporte para sua escrita: um ciclo de trocas que fazia a escrita possível. Com a proibição da entrada de papel e caneta nas prisões do Ceará, o tipo de papel aos quais Adão tinha acesso eram as tampas das marmitas que embalavam suas refeições.

> Faltava então a *tinta*, como chamam caneta aqui, então, como existe o meio de troca, eu trocava um *projeto*, ou seja, um pacote de biscoito ou ficha, ou uma *química* que representa o leite em pó. Então, uma caneta equivale a um *projeto*, eu ficava sem um destes *projetos* para adquirir uma *tinta*.

A relação de Adão com os demais internos não se pauta apenas nas trocas de *projetos*, mas também em respeito e reconhecimento dele como figura ligada às letras e aos estudos. Seus companheiros de cela em grande parte influenciaram seus temas e sua escrita. Isso posto, como pensar a autoria de Adão?

Sua escrita é produzida em condições de possibilidade muito particulares onde o acesso aos materiais é restrito e as normas de convivência são rígidas. O poeta não fala só de si, fala de experiências muitas vezes compartilhadas com seus pares. Uma escrita intersubjetiva que desperta o interesse e a curiosidade dos demais encarcerados. Os companheiros de cela foram seus primeiros leitores.

> Às vezes eles ficavam curiosos sobre o que eu escrevia, me perguntavam, e como se tratava de poesia, eles pediam que eu as recitasse para eles. Deles recebi elogios que me serviu de combustível para não parar e seguir adiante com a escrita.

Sempre questionado a respeito do que tanto escrevia agachado num canto da cela, Adão notou sua produção literária despertar interesse nos outros presos. Muitos queriam saber o que ele punha no papel além da vontade de aprender a ler e escrever para poder comunicar-se com a administração da unidade. Muitos deles passaram a guardar também os pedaços de papelão para dar suporte à produção de Adão e, em troca, ter suas demandas escritas em *catatau*. Ele passou então a ganhar certo destaque na ala em que vivia, se

destacando nas questões que envolviam comunicação com a administração da unidade e, em certa medida, na educação dos internos, visto que as pessoas de sua ala mesmo tendo interesse, não tinham acesso à escola da unidade prisional. Em uma de nossas entrevistas, ele relata:

> Quando vejo que tem uns que tem mais um interessezinho aí eu chego e explico, aí outros já traz "Faça aqui para minha namorada, faz uma para minha senhora! E com a letra bonita! Aí eu digo "Sim, e como é? Vocês estão há muito tempo?" Tem que me dizer alguma coisinha que é para se encaixar direitinho. Aí eu faço, eles fazem com a letra deles. Aí tem deles que não sabem, né. Aí eu achei engraçado foi que um chegou para mim e disse "rapaz, minha senhora desconfiou, disse que não fui eu não, que foi Seu Piauí! E é tudo sobre amor. Uns homens desses falando de amor...

Sua fama[46] é constituída a partir da produção de *catataus* e poesias. Entretanto, é importante notar que, como já foi dito em páginas anteriores, o caráter de negociação está indissociável à construção da fama de Adão dentro da sua ala. A figura de Adão é muito complexa pensando os diversos acontecimentos que constituem o contexto prisional e os sujeitos que o integram.

O escriba tinha consciência do papel que poderia exercer caso conseguisse obter reconhecimento com a sua escrita, pois pensando na ala em que estava, bem como nos modos próprios de se fazer fama nos presídios, Adão não tinha um longo histórico de crimes na sua ficha criminal que lhe dessem reconhecimento por essa via. A respeito disso, ele não gostava de falar muito sobre o motivo de estar ali. Precisou que se passasse cerca de 8 meses para que ele conseguisse falar sobre isso comigo. A construção de sua respeitabilidade neste contexto se dá exatamente pelo entendimento que ele teve de que a escrita lhe auxiliaria na construção de uma boa imagem sua, e evitaria ser *cuspido* pelos demais custodiados na sua ala.

A construção de Adão na prisão emaranha sua letra, seus *projetos*, sua *tinta*, suas palavras, seu prestígio e sua origem. Ele promove um movimento no espaço prisional tanto pela comunicação que proporciona, como pela circulação dos seus escritos. Seus bilhetes e poesias percorrem caminhos múltiplos como a sala do Serviço Social, a *pasta do preso*, a

[46] É interessante pensar em fama em um contexto de escassez e conflito perene como são as prisões brasileiras. Compreendo fama como uma influência potencial nas ações de um terceiro. Como um código icônico e reflexivo, a fama é uma forma virtual de influência através da qual o ator se conhece, sendo conhecido pelos outros. (MUNN, 1992).

casa das esposas dos seus companheiros de prisão e até mesmo o presente texto. Não se trata apenas do que se escreve, mas da circulação desse texto que é capaz de criar e manter afetos e relações.

3.2.1 “Seu Piauí, lê aí o que o senhor tá escrevendo”: Fama e escrita

Entre o primeiro encontro com Adão e o fim da pesquisa de campo, passaram-se doze meses. Nesse período, percebi o modo como o preso articulou, a partir da troca de seus escritos, uma fama que garantiu que ele realizasse a manutenção de sua vida material adquirindo bens de consumo como comida, *brechós*, itens de limpeza e higiene, além de alcançar a posição de *prefeito* de ala, posição responsável por fazer a ponte entre a administração da unidade prisional e os demais internos daquela *rua*.

A propósito do cargo de *prefeito* na prisão é possível identificar nas etnografias sobre prisões, a exemplos de Biondi (2018) e Boldrin (2017), que esta posição é amplamente mal vista e, muitas vezes, evitada pelos presos pois faz com que estes sejam identificados enquanto *cagueta* ou *X9*. Entretanto, na unidade prisional aqui tratada, percebo que tal lugar era principalmente visto como um lugar de negociação por parte da ala para com a administração prisional. Ou seja, os *prefeitos* das alas eram os responsáveis por levar até a administração da unidade as demandas do coletivo, como a reclamação da quantidade e qualidade da comida ofertada, o acesso à saúde, etc. Aqui, *prefeitos* ou *prefeitas* eram as pessoas escolhidas pelas suas respectivas alas para realizarem o diálogo com a administração.

Me recordo da *prefeita* da ala GBTT, que ficou responsável por entregar à assistente social da unidade prisional um abaixo-assinado com a reivindicação de que fosse extinta a medida de corte de cabelo obrigatório as presas recém-chegadas. Além do abaixo assinado, essa reivindicação também esteve presente em uma das edições do fanzine “Só babado”, conforme relatado no capítulo anterior.

Portanto, em relação à figura de Adão, o que ocorria era uma ambivalência, um jogo duplo em que o preso buscava um bom relacionamento tanto com os demais presos, bem como com a administração. Na época desta pesquisa, a CPPL III não era ainda uma cadeia do PCC, ou seja, a posição de *prefeito* não era imediatamente odiada. Além disso, uma das formas de ter suas demandas atendidas era a intervenção dos profissionais da unidade e alguém tinha de ser responsável por estas negociações, visto que era impossível negociar com todos os presos de uma ala.

Penso ser, no caso singular de Adão, a sua ascensão ao cargo de *prefeito*, uma consequência das suas habilidades tanto em relação à escrita como suas relações interpessoais no contexto ao qual estava inserido, pois ser *prefeito* não era o seu propósito. Ele me relatava que seu objetivo, conforme expresso no primeiro bilhete que chegou à administração prisional, era a de ser percebido como poeta. Pelas poesias e bilhetes de Adão, o espaço que ele circula deixa de se limitar ao presídio, se expandindo para além do cárcere. Além disso, a dimensão subjetiva está ligada à memória. Adão deseja o reconhecimento, quer ser lembrado e, de certa forma, a escrita lhe proporcionou isso.

Cabe destacar alguns outros elementos que julgo ser importantes para pensarmos a figura de Adão. O mesmo pode ser caracterizado enquanto um homem negro, entendendo "negro" enquanto fenótipo, ou seja, marcado pela pele preta e traços negróides. Apesar das possíveis diferenças de entendimento que podem surgir entre as minhas percepções e as de Adão, este também se considera como uma pessoa negra. Algo que ele próprio demarcou em algumas de nossas conversas. Não somente negro, mas também nordestino e pobre. Esses eram os três nomes evocados por ele. É perceptível, conforme veremos a seguir, as formas como esses marcadores vão se fazendo presente nas suas escritas, especialmente os dois últimos.

Portanto, para os fins que se seguem, se faz necessário pensar a relação de Adão com a escrita a partir desses marcadores que o mesmo carrega, a respeito das formas que tomam na sua escrita e de como eles próprios podem estar vinculados com a sua atitude de escrever. Penso que isto seja relevante para compreender sua escrita.

A respeito da escrita de pessoas negras, alinho-me ao pensamento de Conceição Evaristo (2007), já citada neste trabalho que, ao empreender o conceito de "escrevivências", do qual compreende que "escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua auto-inscrição no interior do mundo" (Ibid., p. 21), a autora define sua narrativa como "falar através dos orifícios da máscara". Ela se refere à imagem da escrava Anastácia que, ao se rebelar, foi obrigada a usar uma máscara cobrindo a boca.

Acerca dos usos e sentidos desta máscara, Grada Kilomba (2019), artista e psicanalista negra, relata que durante a sua infância muito se ouvia falar a respeito desta peça no qual seus mais velhos falavam. Assim, atesta:

> Tal máscara foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos. Ela era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito negro, instalado entre a língua e a maxilar e fixado por detrás da cabeça por

> duas cordas, uma em torno do queixo e da outra em torno do nariz e da testa. Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanas/os escravizadas/os comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar de silenciamento e de tortura. (Ibid., p. 33)

Para a autora, esta peça se configura como uma representação do colonialismo na medida em que simboliza políticas de silenciamento e dominação sobre a população negra enclausurada nos estereótipos e projeções criadas pelas pessoas brancas, sendo a personificação de seus aspectos reprimidos, o que compreende como "Outridade" (Ibid., p.38).

Retomando o raciocínio proposto por Evaristo, muitas são as possibilidades de se romper com essa estrutura de silenciamento a qual é imposta para com a população negra. Segundo a mesma,

> Aquela imagem de escrava Anastácia (aponta pra ela), eu tenho dito muito que a gente sabe falar pelos orifícios da máscara e às vezes a gente fala com tanta potência que a máscara é estilhaçada. E eu acho que o estilhaçamento é o símbolo nosso, porque a nossa fala força a máscara. (EVARISTO, 2017, Entrevista para a Carta Capital)

Nesse sentido, podemos atestar que Adão encontrou em sua escrita o orifício da máscara por onde fala, pois inserido num contexto prisional que realiza diversas interdições para os indivíduos custodiados, encontramos na sua poesia e no movimento de circulação das mesmas entre os internos, uma atitude de resiliência. Escrever, para Adão também é uma forma de se manter vivo, de respirar em meio aos odores próprios da prisão.

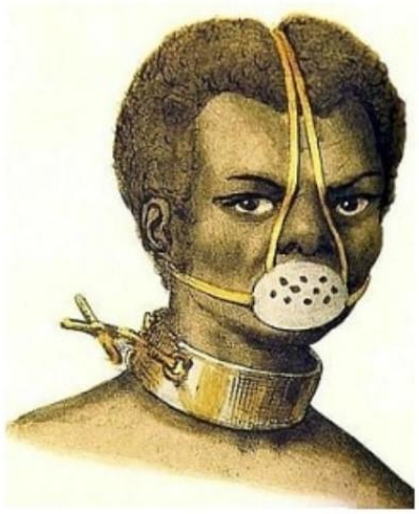


Figura 19: Registro de Anastácia. Anastácia, mulher negra escravizada, oriunda do Congo que foi castigada à mordaça por lutar contra um homem branco que a violentou sexualmente.

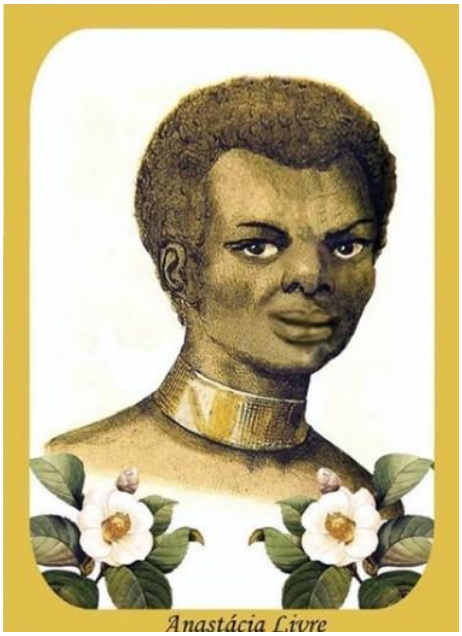


Figura 20: Monumento à voz de Anastácia, de Yhuri Cruz. Anastácia livre é uma releitura da iconografia colonial de Anastácia escravizada.

Adão compreendeu a escrita como forma de distinção. Estrategicamente, passou a escrever *catataus* com destino à assistente social da prisão para que pudessem saber da existência de seu livro artesanal. Apesar de, em certa medida, ser reconhecido pelas pessoas da unidade prisional por seu bom comportamento, o interno também almejava a identificação por parte de seus pares – os demais companheiros de *rua*, como um poeta. Passou então a jogar com a escrita para melhor posicionar-se no campo em que estava. Alcançou o reconhecimento dos seus pares e pretendia conquistar os olhares da administração da unidade

prisional, o que de fato conseguiu. Entendeu que a materialidade da letra influenciava na legitimidade do pedido e que sua habilidade com a escrita que poderia ser considerada insuficiente em outro contexto, ali, dentro da CPPL III, era determinante para obter efetivamente uma outra vida dentro da unidade prisional, uma vez que a escrita lhe possibilita criar o seu próprio mundo, mergulhar nos seus escritos e adentrar num universo de negociações que permeiam a realidade prisional na qual está inserido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o censo penitenciário cearense de 2014, 10% dos presos são analfabetos e 52% não concluíram o ensino fundamental. Nesse contexto que, além de tudo, limita o acesso a papel, caneta, lápis e demais suportes para escrita, como imaginar que de dentro de uma unidade prisional na região metropolitana de Fortaleza, surjam expressões escritas tão significantes? A existência dessa escrita, por si só, já é um grande feito.

Escrever ou, como vimos, "escreviver" (Evaristo, 2007) no contexto prisional representa uma atitude que agrega resistência, resiliência e sobrevivência. Se constitui como uma tentativa de driblar as interdições impostas pela estrutura racista (Almeida, 2019) que se reproduz desde os períodos de escravização, constituindo-se na própria razão de existir dos sistemas prisionais (Alexander, 2017).

Poucos são os trabalhos que, ao se debruçar sobre o fenômeno das prisões, deram atenção à presença da escrita das pessoas custodiadas nestas instituições. Destaco aqui a publicação de "Vozes do Cárcere: ecos da resistência política" organizado por Thula Pires e Felipe Freitas, no ano de 2018, cujo o foco se dá na análise das cartas das e dos apenados enviadas à Ouvidoria do DEPEN no ano de 2016.

Nesta dissertação busquei etnografar o modo como essa escrita ocorre, na tentativa de compreender suas multiplicidades e complexidades. Perguntas como "o que essa escrita tem a dizer sobre a prisão?" e "o que significa estar preso para essas pessoas?" serviram-me como ponto de partida que me orientavam nesta empreitada. No decorrer da pesquisa fui me deparando com a presença massiva e com a centralidade que a escrita se apresentava no cotidiano da CPPL III. Penso que esta dissertação está muito aquém de representar o encerramento de reflexões que o material recolhido pode suscitar, bem como as próprias dinâmicas de escrita dentro do contexto prisional. Assim, me propus a realizar alguns apontamentos possíveis acerca de toda esta dinâmica.

Nesse sentido, demonstrei as diversas possibilidades de escrita existentes que consegui identificar dentro da referida unidade prisional. A escrita entendida aqui neste trabalho, e como acontece lá na CPPL III, não é una, mas múltipla. Consegue servir como uma ferramenta que busca viabilizar a comunicação das pessoas custodiadas para com os funcionários e a administração da prisão, como foi visto no capítulo 1 no caso dos *catataus*, que auxiliam no gerenciamento da prisão, "fazendo-a funcionar" (Godoi, 2015).

Além do mais, a existência desses bilhetes que circulam por entre as alas, por entre as mãos negras dos internos, expressam a complexa trama de negociações e trocas que são realizadas para que se consiga os pedaços oriundos dos mais diversos materiais, a exemplo das caixas de remédios que são rasgados para esse fim, das tampas de marmitas, inclusive dos pedaços de papeis em branco existentes no livros de exercício e leitura do Programa de Remição Penal.

Não só como expressar demandas por garantia de direitos básicos dos custodiados na unidade prisional, a escrita desses sujeitos consegue também ser utilizada como um dispositivo estratégico, ou seja, um instrumento de veiculação de denúncias das violações de direitos que o ocorrem dentro da unidade, permitindo que os internos elaborem os traumas gerados pelos eventos críticos que vivenciaram naquele lugar, como podemos ver no capítulo 2 a respeito das produções de fanzines, chamando atenção aqui para as edições do *"Só Babado"* produzidos pela comunidade GBTT da ala E. Aqui a escrita é compreendida e usada como meio de sobrevivência, como uma possibilidade de ter suas dores e angústias escutadas por outrem, e como esperança de dias melhores e garantia de melhores possibilidades de vida.

É nesta linha de raciocínio que se pode perceber a escrita como expressão de afetos e circulação dos mesmos, possibilitando a resiliência dos presos frente a um contexto prisional cheio de interdições e de violações, no qual os desumanizam constantemente (Pires; Freitas 2018) como foi discutido no capítulo 3, que buscou tratar a respeito da trajetória e dos feitos de Adão, interno da ala B, que encontrou na escrita um modo de se (re)fazer humano e ganhar reconhecimento enquanto poeta pelos demais internos e pela administração penal.

Por ora como já foi mencionado, esta parte do texto que o encerra mais abre questões do que as fecha. Escrevo aqui as coisas que me inquietam e que ainda não refleti. Percebo, então, na medida que eu fui me debruçando na materialidade do acervo trabalhado, como os materiais se comunicam como, por exemplo, a eloquência do Adão na poesia transborda para o *catatau*. A busca dos papéis (papel higiênico, tampa de marmita, bula de remédio, folha arrancada de livro do programa de remissão de pena pela leitura) explicita a trama de negociações que constituem o contexto prisional que o presentifica, e assim possibilita a sua operacionalização. Esta ocorre mediante os processos que são mobilizados juntamente com o trânsito dos *catataus* por entre as celas da CPPL III. Sua transformação em documentos legais, quando estes são incluídos nas pastas dos respectivos presos remetentes, demarca a fronteira entre o legal e o ilegal e das diversas possibilidades existentes entre um extremo e outro.

Com isso, interessante pensar o lugar da escrita dentro do universo prisional na medida em que ela não se faz presente somente na escrita dos bilhetes descritos acima. A existência dos fanzines põe em xeque outras formas de se fazer funcionar a unidade prisional e é uma outra ferramenta de denúncia do sistema prisional somente pela sua existência sem si, mas também se configura como um meio de sobrevivência e resistência ao cotidiano da prisão.

As edições do fanzine "Só Babado" não só nos permite acesso desde dentro da crise penitenciária de 2016 – processo que representou a *virada* de todos os presídios do estado do Ceará, bem como demonstra a utilização da escrita para se fazer existir. Exemplo disso são os usos que a ala GBTT fez dos fanzines para conseguir visibilidade, mudança de unidade prisional, e a obtenção do uso do nome social.

A saga de Adão aqui descrita, nos impele a falar não só de sobrevivência, mas também de legitimidades e mecanismos reconhecidos dentro da unidade prisional. Vimos como a materialidade da letra influencia na validade e legitimidade do pedido. O tipo de escrita e a forma que se escreve são fatores importantes para fazer com que, no mínimo, seu bilhete chegue nas mãos da assistente social. Assim, quanto mais o registro contiver uma letra legível e quanto mais próximo possível da norma culta e algumas vezes até técnica, mais possibilidade ele tem de chegar ao seu destino final – o que não garante, mesmo assim, que irá ser atendido.

Sendo assim, tais recursos também expressam uma vontade de ser reconhecido como autor, como ocorre com o Adão. Os esforços deste em criar um livro de poesias que falam dos mais diversos tópicos representa uma forma de se afastar da realidade prisional, bem como ser visto pelas autoridades prisionais como diferente dos outros internos e ele busca ser reconhecido por isso. Ademais, vimos como Adão se utiliza das suas habilidades de escrita para se distinguir dos demais presos, bem como as usa para conseguir mais material para a confecção de suas poesias.

O livro de Adão foi higienizado e digitalizado e está sob minha guarda. Os *catataus* não passaram por higienização visto a fragilidade dos papéis e também estão sob meus cuidados. Os fanzines estão catalogados e digitalizados, alocados em um serviço de armazenamento remoto de documentos.

As poesias de Adão não constam nesta dissertação porque apesar de seu livro ter sido confiado a mim, ele não me concedeu por escrito a permissão de publicar suas poesias. Em nossas conversas ele sempre se identificava como poeta, então é importante respeitar seus

direitos autorais. Caso ele venha a reivindicar o livro e possa vir a publicar, poderá fazê-lo integralmente, uma vez que está mantido seu conteúdo seguro e bem cuidado.

Atualmente os materiais que compõem o acervo desta pesquisa estão aparentemente inertes, mas podem vir a se movimentar novamente. Ademais, este trabalho também se constitui numa tentativa de se fazer acontecer uma etnografia com/de arquivos, dando-lhes a devida centralidade, encarando-os como interlocutores desta pesquisa. Daí o fato de não serem passíveis de serem tratados de forma secundária ou estática, pois dizem muito da realidade prisional e, o mais significativo: se movimentam e se transformam na medida em que essa etnografia enfrenta os mesmos processos.

Dito isso, espero que meu arquivo não seja o destino final de tais documentos, mesmo estes sendo datados. Entretanto, suas existências persistem para além destas páginas e continuam a fazer parte do universo prisional. Assim, anseio que seus movimentos e transformações continuem a interpelar não só os sujeitos integrantes desta realidade, mas todos aqueles que entrarem em contato com ela.

REFERÊNCIAS

ACHUGAR, H. *La voz del otro:* testimonio, subalternidad y verdad narrativa. Lima, Pittsburg: Latinoamericana Editores, 1992.

ACIOLY, J. F.; ACCIOLY, M. I. F. Fanzine na Prisão: A Revolução das Vozes. In: GONÇALVES, J. E. L. (Org.) *Mulheres Guerreiras* - A caminho da liberdade. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2016. p. 33 – 38.

ADORNO, Sérgio. A gestão urbana do medo e da insegurança: violência, crime e justiça penal na sociedade brasileira contemporânea. São Paulo, 1996.

AGAMBEN, G. *O que resta de Auschwitz:* o arquivo e o testemunho (Homo Sacer III**).** São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

ALEXANDER, Michelle. *A nova segregação*: racismo e encarceramento em massa. São Paulo: Boitempo, p. 62-63, 2017.

ALVES, M. E. R. Cotidiano disciplinar no presídio feminino do Ceará: recupera ou pune? In: *Educação e debate*. Fortaleza, 2000, v. 1, n. 29, p. 156 – 163.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

AQUINO, J. P. D.; BARREIRA, C. *Pirangueiro, um personagem estigmatizado:* marcador de diferenças no universo criminal. In: Congresso Brasileiro de Sociologia. 2013. Anais SBS. Salvador: UFBA, 2013. Disponível em: <http://www.sbs2013.sinteseeventos.com.br>. Acesso em outubro de 18.

_____; HIRATA, D. Inserções etnográficas ao universo do crime: algumas considerações sobre pesquisas realizadas no Brasil entre 2000 e 2017. In: *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 2018, n. 84, p. 107 - 147.

ARTAUD, Antonin. *Antonin Artaud: selected writings*. Univ of California Press, 1988.

BARBOSA, A. " Grade de ferro? Corrente de ouro!": circulação e relações no meio prisional. In: *Tempo Social*, 2013, v. 25, n. 1, p. 107 - 129.

_____. Prender e Dar Fuga. In: *Biopolítica, Sistema Penitenciário e Tráfico de Drogas no Rio de Janeiro.* Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional: Ed. UFRJ, 2005.

BARRETO, Lima. *O cemitério dos vivos.* Editora Brasiliense, 1956.

_____. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. Editora Companhia das Letras, 2010.

BARTHES, R. *O prazer do texto.* Edições 70, 1980.

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política*, 1994, v. 5.

BETTO, F. *Cartas da prisão.* Editora Companhia das Letras, 2018.

BIONDI, Karina. *Junto e misturado:* uma etnografia do PCC. Editora Terceiro Nome, 2010.

_____. Revista de @ntropologia da UFSCar. In: *Revista de@ ntropologia da UFSCar*, 2017, v. 9, p. 1.

_____. Tecendo as tramas do significado: as facções prisionais enquanto organizações fundantes de padrões sociais. In: *Antropologia e Direitos Humanos*, 2006, v. 4, p. 303 - 350.

BOECHAT, M.; KASTRUP, V. A experiência com a Literatura numa instituição prisional. In: *Psicologia em Revista*, 2009, v. 15, n. 3, p. 22 - 40.

BOLDRIN, G. R. *Desejo e separação monas, gays e envolvidos num presídio em São Paulo.* 2017.

BORGES, J. *Encarceramento em massa.* Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BOSI, A. A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere. In: *Estudos Avançados*, 1995, v. 9, n. 23, p. 309 - 322.

_____. *Literatura e resistência.* Companhia das Letras, 2002.

_____. O cemitério dos vivos. Testemunho e ficção. In: *Literatura e Sociedade*, 2007, n. 10, p. 13 - 25.

BRITO, M. A. de. *O caldo na panela de pressão:* um olhar etnográfico para o presídio de mulheres de Florianópolis. Dissertação de Mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Florianópolis. 2007

BUMACHAR, B. *Nem dentro, nem fora:* uma etnografia das tramas maternas entre estrangeiras presas em São Paulo. Texto de qualificação. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 2014.

BUTLER, J. *Problemas de gênero:* feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Quadros de guerra:* Quando a vida é passível de luto**?** 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015

CANDIDO, A. et al. O direito à literatura. In: *Vários escritos*, 1995, v. 3, p. 235 - 263.

CANTALICE NETO, A. C. de. O subalterno e o discurso como resistência: uma dupla subalternidade, pobre e preso. In: *Anuário de Literatura*, 2015, v. 20, n. 1.

CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHARTIER, R. *A história cultural entre práticas e representações.* Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988

CHIES, L. A. B. *A questão penitenciária.* Tempo soc., São Paulo, 2013, v. 25, n. 1, p. 15 - 36.

CLIFFORD, J. *A experiência etnográfica*: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

COELHO, Edmundo Campos; COELHO, Magda Prates. *A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade.* Editora Record, 2005.

CUNHA, M. The ethnography of prisons and penal confinement. In: *Annual Review of Anthropology*, 2014, v. 43.

DALCASTAGNÈ, R. A auto-representação de grupos marginalizados: tensões e estratégias na narrativa contemporânea. In: *Letras de hoje,* 2007, v. 42, n. 4.

_____. Violência, marginalidade e espaço na narrativa brasileira contemporânea. In: *Diálogos latinoamericanos,* 2005, n. 11, p. 72 - 82.

_____. Nas tripas do cão: a escrita como espaço de resistência. In: *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, 2007, n. 29, p. 55 - 66.

DAS, V. *Life and words:* violence and the descent into the ordinary. Berkeley: University of California Press, 2007.

_____. "O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade". In: *Cadernos Pagu,* 2011, n. 37, p. 9 – 41.

DAVIS, A. *Are prisons obsolete?.* Seven Stories Press, 2011.

DIAS, A. M. A estratégia da revolta: literatura marginal e construção da identidade. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, 2006, n. 27.

DOSTOIÉVSKI, Fiodor. *Recordação da casa dos mortos*. Tradução de José Geraldo Vieira. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

DUNN, C. D. Personal Narratives and Self-Transformation in Postindustrial Societies. In: *Annual Review of Anthropology,* 2017, v. 46.

DU RAP, A. ; ZENI, B. *Sobrevivente André du Rap*: (do massacre do Carandiru). Labortexto Editorial, 2002.

DURAS, M. *Écrire.* Editions Gallimard, 2013.

EVARISTO, C. *Ponciá Vicêncio*. Host Publications, Inc., 2007.

FELISBERTO, Fernanda ; PIRES, Thula Rafaela de Oliveira ; XAVIER, Lúcia ; BOITEUX, Luciana ; FREITAS, Felipe ; WERNECK, Jurema ; FLAUZINA, Ana Luiza ; CARRASCOSA, Denise . Palavras encarceradas: As escrevivências em espaço prisional. In: Thula Pires; Felipe Freitas. (Org.). *Vozes do Cárcere*: Ecos da política. 1ed.Rio de Janeiro: Kitabu Editora, 2018

FERREIRA, J. G. A utilização do fanzine no processo de comunicação participativa. In: *Intercom–Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação,* 2012.

FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: *O que é um autor,* 2003, v. 3, p. 97 - 128.

_____. O que é um autor?. In: _____. *Ditos e escritos III:* Estética: literatura e pintura, música e cinema. Tradução de Inês Barbosa. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

_____. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão.* Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. *Vigiar e punir:* história da violência nas prisões. Vozes, 1996.

GAGNEBIN, J. M. *Memória, história, testemunho.* Lembrar escrever esquecer. São Paulo: Editora 34, 2006. p. 49 - 57.

GARLAND, David (Ed.). *Mass imprisonment: Social causes and consequences*. Sage, 2001.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas***.** Rio de Janeiro: LTC, 1989

_____. Uma Descrição Densa: Por Uma Teoria Interpretativa da cultura. In: *A Interpretação das culturas.* Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

GELL, Alfred. A rede de Vogel: armadilhas como obras de arte e obras de arte como armadilhas. *Arte e Ensaios,* v. 8, n. 8, p. 174-191, 2001.

GENET, J. *Diário De Um Ladrão.* Tradução Jacqueline Laurence. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1968.

_____; FERNANDES, Aníbal. *Nossa senhora das flores.* 1986.

GINZBURG, J. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. In: SALGUEIRO, wilberth (Org.). *O testemunho na literatura:* representações de genocídios, ditaduras e outras violências. Vitória: Edufes, 2011. p. 19 - 29.

_____. Notas sobre elementos de Teoria Narrativa. In: *Esse rio sem Fim*. Ensaios sobre a literatura e suas fronteiras. Pelotas, UFPEL, 2000, p. 113 - 136.

GODOI, R. Vasos comunicantes, fluxos penitenciários: entre dentro e fora das prisões de São Paulo. In: *Vivência:* Revista De Antropologia, 2015, v. 1, n. 46.

GOES, Eda Maria. *A recusa das grades*: rebeliões nos presídios paulistas: 1982-1986. IBCCRIM, 2009.

GUERRA, P.; QUINTELA, P. Culturas de resistência e média alternativos: os fanzines punk portugueses. In: *Sociologia, Problemas e Práticas,* 2016, n. 80, p. 69 - 94.

HOSSNE, A. Autores na prisão, presidiários autores: anotações preliminares à análise de Memórias de um sobrevivente. In: *Literatura e sociedade,* 2005, n. 8, p. 126 - 139.

HULL, M. *Government of paper:* The materiality of bureaucracy in urban Pakistan. Univ of California Press, 2012.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes antropológicos*, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012.

JOCENIR. *Diário de um detento.* São Paulo, Labortexto Editorial, 2001.

JOZINO, J. *Cobras e lagartos:* a vida íntima e perversa nas prisões brasileiras: quem manda e quem obedece no partido do crime. Editora Objetiva, 2004.

KILOMBA, Grada. *Memórias de Plantação*: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro:

Editora Cobogó. 2019.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun (Org.). *A vida social das coisas:* as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal

Fluminense, 2010. p. 89-123.

LAGO, N. *Mulheres na prisão:* entre famílias, batalhas e a vida normal. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

LAUERMANN, J.; GUAZINA, F. Para além dos muros institucionais: problematizando os discursos dos egressos do sistema prisional. In: *Barbarói,* 2013, n. 38, p. 178 - 197.

LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos vivos*: análise sociológica de uma prisão de mulheres. Achiamé, 1983.

LEVI-STRAUSS, C. Lição de escrita. In: *Tristes Trópicos,* 1986, p. 290 - 301.

LEVI, P. *É isto um homem?* Rocco., 1988.

LIMA, J. S. F. de. *Mulher Fiel:* As famílias das mulheres dos presos relacionados ao Primeiro Comando da Capital. 2013. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) - Universidade Federal de São Carlos.

MAGALHÃES, H**.** *A nova onda dos fanzines.* João Pessoa: Marca de Fantasia, 2004.

MANSO, B. P. Um debate sobre PCC: Entrevista com Camila Nunes Dias, Gabriel de Santis Feltran, Adalton Marques e Karina Biondi. In: *Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar*, São Carlos, 2009, v. 1, n. 2, p. 154 - 175.

MANDAGARÁ MARTINS, A. O corpo e a voz da prisão: testemunho e experiência na literatura de cárcere. In: *Acta Scientiarum. Language and Culture,* 2013, v. 35, n. 3.

MARQUES, A. *Crime, proceder, convívio-seguro:* um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. Dissertação de Mestrado: USP, 2009.

_____. "Liderança","proceder" e "igualdade": uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. *Etnográfica.* Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, 2010, v. 14, n. 2, p. 311 - 335.

MC'S, Racionais. Diário de um detento. Mano Brown/Jocenir, In: *Sobrevivendo no inferno*, São Paulo, Cosa Nostra/Zambia, 1997, v. 1.

MELO, F. A. L. Quando o" dentro" se mistura ao" fora". Etnografia de Diego pelo" mundo da prisão". In: *Revista LEVS*, 2011, v. 7, n. 7.

MENDES, I. *A Pequena Prisão.* Rio de Janeiro: N-1 edições, 2017.

MENDES, L. A. *Memórias de um sobrevivente.* São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

MILLER, D. *Trecos, troços e coisas: estudos* antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013.

MUNHOZ, S.R. *O governo dos meninos: liberdade tutelada e medidas socioeducativas.* São Carlos: Editora UFSCar, 2017.

MUNIZ, Cellina Rodrigues; GALVÃO, Demetrios Gomes; MOREAS, Everton. *Fanzines: autoria, subjetividade e invenção de si*. Edições UFC, 2010.

MUNN, N. D. *The fame of Gawa:* A symbolic study of value transformation in a Massim (Papua New Guinea) society. Duke University Press, 1992.

NASCIMENTO, E. P. do. *É tudo nosso!* Produção cultural na periferia paulistana. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo

NAVARO-YASHIN, Y. Make-believe papers, legal forms and the counterfeit: affective interactions between documents and people in Britain and Cyprus. In: *Anthropological Theory***.** 2007, p. 79 - 98.

NETO, R. de M. *Correspondências do cárcere: um estudo sobre a linguagem de prisioneiros,* 2009.

NIN, A. *Em busca de um homem sensível.* Brasília: Ed. Brasiliense, 1981.

PADOVANI, N. *Sobre casos e casamentos:* Afetos e "amores" através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. 2015. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PALMEIRA, M. R. S. S. *Cada história, uma sentença:* narrativas contemporâneas do cárcere brasileiro. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

_____. " Neste mundo fora do mundo": estigma e literatura nas escritas prisionais recentes. *ITINERÁRIOS* – Revista de Literatura, 2011, n. 32.

PARZIANELLO, S. B.; AMOSSY, R. (Org.). Imagens de Si no Discurso: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2011. In: *Pensamento Plural*, 2015, n. 15, p. 165 - 168.

PEÇANHA, E. *Vozes marginais na literatura.* Rio de janeiro, Ed. Aeroplano, 2009.

PEIXOTO, A. F. de S. *Retratos da prisão na literatura:* um olhar sobre testemunhos. 2014. Tese de Doutorado

PEIXOTO, F. A. Literatura e imaginación etnográfica. In: *Tropelias:* Revista de teoría de la literatura y literatura comparada, 2016, n. 25, p. 49 - 59.

_____. O olho do etnógrafo. In: *Sociologia & Antropologia*, 2011, v. 1, n. 2, p. 195 - 215.

PIRES, T.; FREITAS, F. *Vozes do cárcere:* ecos da resistência política. Rio de Janeiro: Kitabu, 2018.

POLLAK, M. Memória e identidade social. In: *Revista Estudos Históricos*, 1992, v. 5, n. 10, p. 200 - 215.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Revista Estudos Históricos*, 1989, v. 2, n. 3, p. 3 – 15.

RAMOS, G. *Memórias do Cárcere.* Prefácio de Nelson Werneck Sodré, ilustrações de Percy Deane, 31º ed., v. 1, São Paulo, Record, 1994.

RIBEIRO, M. A. S. Letras do cárcere: reinvenção da memória em relatos de/sobre detentos. In: *Aletria:* Revista de Estudos de Literatura, v. 23, n. 1, p. 161 - 172.

_____. Subversões do lírico no contexto prisional feminino de Sergipe. In: *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, 2016, n. 49, p. 203 - 216.

ROBBINS, J. Where in the world are values? Exemplarity, Morality and Social Process. In: *Sociologias*, 2015, Porto Alegre, v. 17, n. 39, p. 164 – 196. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222015000200164&lng=en&nrm=iso>. Acesso em fevereiro de 2019.

RONTANI, E. *Jornal do Rádio*. nº 01 a 21. Piracicaba: março de 1961 a abril de 1962.

SÁ, L; ACCIOLY, M. I. F.; REIS, L B. Das guerras à pacificação nas dinâmicas criminais e lutas faccionais armadas nas favelas à beira-mar em Fortaleza. In: *Reunião Brasileira de Antropologia*, 2016, João Pessoa. ISBN: 978-85-87942-42-5.

_____; AGUIAR, Deiziane. Relatos de si em situação de condenação punitiva: a trajetória de adão. In: *Linguagem em foco*, 2016, v. 7, p. 35 – 46.

SALGUEIRO, W. Poesia de testemunho (com doses de humor): Alex Polari, Glauco Mattoso, Leila Míccolis e Jocenir. In: *Signótica*, 2013, v. 25, n. 1, p. 35 - 50.

SANTOS, E. F. dos et al. *Das margens, escritos negros:* relações entre literatura periférica e identidade negra. 2015.

SANTOS, J. R. dos. *Quando eu voltei, tive uma surpresa*: cartas para Nelson. Rocco, 2000.

SARTRE, J. P. *Saint Genet:* Ator e Mártir. Tradução Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2002.

SCAPINI, C. Z, et al. *Hoje é dia de visita:* o testemunho carcerário brasileiro do início do século XXI. 2015. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria.

SCOTT, J. C. Exploração normal, resistência normal. In: *Revista brasileira de ciência política*, 2011, n. 5, p. 217 - 243.

_____. *Los dominados y el arte de la resistência*. Mexico, DF: Ediciones Era, 2000

SCHNEIDER, J; SCHNEIDER, P. The anthropology of crime and criminalization. In: *Annual review of Anthropology*, 2008, v. 37, p. 351 - 373.

SCHWARCZ, L. M.. *Lima Barreto-Triste visionário.* Editora Companhia das Letras, 2017.

SEDLMAYER, S. O pensamento crítico de Giorgio Agamben e sua contribuição para os estudos literários. In: *FronteiraZ:* Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária, 2011, n. 7, p. 128 - 137.

SELIGMANN-SILVA, M. (Org.) *História, memória, literatura:* o Testemunho na Era das Catástrofes. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

_____. Narrar o trauma – a questão do testemunho de catástrofes históricas. In: *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, 2003, v.15, n. 2, p. x /y.

_____. Novos escritos dos cárceres: uma análise de caso. Luiz Alberto Mendes, Memórias de um Sobrevivente. In: *Estudos de literatura brasileira contemporânea,* 2006, Brasília, n. 27, p. 35 - 58.

_____. *O local da diferença: ensaios sobre a memória, arte, literatura e tradução.* São Paulo: Editora 34, 2005.

_____. Violência, encarceramento, (in)justiça: memórias de histórias reais das prisões paulistas. In: *Revista Letras,* 2003, São Paulo: UNESP, p. 29 - 47.

SIBILIA, P. *O show do eu:* a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

SILVA, L. L. da. *A literatura fora do lugar:* a constituição de poetas e escritores nos saraus das periferias de São Paulo. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SILVA, M. A. M. da et al. *A descoberta do insólito*: literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000). 2011.

SILVA, P. A. et al. *O mundo como catástrofe e representação:* testemunho, trauma e violência na literatura do sobrevivente. 2006.

SILVESTRE, Giane. *Dias de visita: relações sociais e econômicas tecidas do lado de fora das penitenciárias em Itirapina-sp*. 2011.

STRATHERN, M. *O efeito etnográfico e outros ensaios.* São Paulo: Cosac Naify. 2014.

TAETS, A. R. F. *Abrindo e fechando celas:* narrativas, experiências e identidades de agentes de segurança penitenciária femininas. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

THOMPSON, Augusto. *A questão penitenciária*. Petrópolis. 1976.

WALTY, I. L. C. Cordeiro imolado (um estudo da violência nas cartas da prisão de frei Beto). In: *Cadernos de Linguística e Teoria da Literatura*, 1981, v. 3, n. 6, p. 87 - 97.

WAGNER, R. *A invenção da cultura.* São Paulo: Cosac & Naify, 2010

ZAMBONI, M. Travestis e Transexuais Privadas de Liberdade: a (des)construção de um Sujeito de Direitos. In: *Revista Euroamericana de Antropologia (REA),* 2016, n. 2.

ANEXOS

Primeiro diário de campo:

Fortaleza, 24 de junho de 2015

Cinco horas da manhã. Desperto e não consigo voltar a dormir, tinha mais tempo, mas pensei no dia e nas expectativas. Me pus de pé, tomei banho, procurei roupa e calçado adequados (confortáveis e discretos) e arrumei a bolsa (identidade, caderno, caneta, maquiagem, biscoito). O café cheirou às seis. Acordei meu filho, recomendei que providenciasse o almoço pois eu estaria fora, a trabalho. Encontrei Josefa, minha mãe, às 7:30 nos pilotis do condomínio em que mora. Ela me encontra toda sorridente, cheia de sacolas e me diz:

"Eita, bichinha'! Hoje tu vai ver porquê que eu gosto de cadeia."

Hoje é um dia atípico na prisão pois é festa junina. Entramos no carro e ela me fala de suas preocupações com a apresentação artística que haverá hoje na Casa de Privação Provisória de Liberdade III. Diz que não conseguiu um paletó emprestado para o noivo da quadrilha usar, que espera que tenham feito a limpeza da quadra, que eles estejam dispostos a ir para a festa.... Me relata o trabalho que deu para organizar o evento, que contou com a ajuda da psicóloga e de profissionais do Núcleo de Saúde.

"Tu vai ver como tu vai gostar."

Chegando ao complexo de presídios, minha mãe apresenta seu crachá na guarita, deseja um bom dia aos agentes penitenciários que estão no portão e segue. Não há nenhum tipo de pedido por identificação minha, fiquei pensando no quanto era fácil entrar na prisão. Vai me mostrando, ao longo do caminho, as outras Casas de Privação até chegarmos à Casa III. Somos recebidas por outras profissionais que parecem empolgadas com a festa, perguntam pelas roupas e pela maquiagem. Jô me apresenta como sua filha, diz que eu vou ajudar no setor por um tempo. É comum na seção de Serviço Social a presença de estagiárias, e, de início, é assim que os demais profissionais me percebem.

Entramos no pavilhão administrativo e nos dirigimos ao corredor à esquerda da recepção, a sala do Serviço Social é a primeira, também ao lado esquerdo, de frente para a sala do diretor. Percebo que em sua porta há uma espécie de saco plástico colado com a

inscrição "*CATATAU*[47] SERVIÇO SOCIAL" e dentro desse saco, muitos pequenos papéis de todos os tipos. Guardamos as bolsas e ela me convida para um café.

Passo para um refeitório à direita da recepção, pedimos um café, que tomamos de pé encostadas no balcão, e voltamos à sala para dar início ao dia. Em posse do saco plástico, Jô decodifica *catatau* por *catatau*, agrupando os que têm demandas parecidas. Aperta os olhos e franze a testa enquanto os lê. Vão surgindo três pilhas de pequenos papéis rabiscados: "defensor público", "dentista" e os "*sem visita*[48]*"*. Dentre esses recados, Jô recebe um abaixo-assinado encaminhado pela ala D, porém sem reivindicação explícita, o que indica que ela vai ter de chamar alguém da ala para explicar o que precisam. Ela me explica que a maioria dos *catataus* que recebe vêm das alas D, E e F. São pouquíssimos os da ala C e menos ainda da A e da B[49].

No setor administrativo não há diferença alguma com outras repartições públicas: vozes conversando do lado de fora da sala, Jô ao computador verificando e-mails e começando a consultar os prontuários dos internos que enviaram algum pedido. Estamos sozinhas na sala, mas, geralmente, tem a companhia de uma estagiária que a auxilia. Há sempre alguém de outro setor entrando para perguntar dos detalhes da apresentação, conferir o figurino, mostrar o que trouxe para ajudar, dar notícias de como está "o clima lá dentro". Chega também a sua sala uma comissão da Coordenadoria das Políticas Públicas para LGBT[50] do Governo do Estado do Ceará que conta com os coordenadores dos municípios de Maracanaú, Maranguape e Fortaleza. São seis pessoas, que somadas a nós que já estávamos na sala, lotam o espaço.

Jô os recebe com simpatia, cumprimenta a todos e explica como serão as atividades do período da manhã. Ela também oferece uma gaveta e seu armário para guardar celulares e bolsas, e recolhe tudo que vai precisar para a apresentação. Ficamos sabendo que o maquiador não foi arrumar as internas e eu ofereço dois batons. Reunimos todo o material, guardo o meu celular e sigo com outras quatro mulheres que lá trabalham. Antes de cruzar o

---

[47] *Catatau* é uma espécie de bilhete, que é o foco da discussão do segundo capítulo dessa dissertação..

[48] Preso que não recebe nenhuma assistência familiar, portanto, não tem itens de higiene, limpeza ou de alimentação.

[49] Os funcionários da unidade costumavam dizer que essas alas "se resolviam sozinhas". O que eu escutava dos presos era que os profissionais da unidade não costumavam passar por lá, ademais, saídas tinham de ser autorizadas pelo *prefeito* da ala, uma espécie de representante, pois havia sempre a suspeita de que quem saísse poderia ser um x-9 ou, como falam, um *cabueta*.

[50] Apesar de ser considerada uma unidade penitenciária masculina, a CPPL III também custodiava mulheres trans. Há uma ala destinada a travestis, transexuais, bissexuais e homossexuais. Desse modo, era recorrente o contato da administração da penitenciária com a Coordenadoria das Políticas Públicas para LGBT do Governo do Estado do Ceará.

portão passamos na sala do diretor, pois Jô queria pedir a autorização da entrada de uma câmera fotográfica. Pedido aceito, nos dirigimos até o *Body Scan*[51].

Caminho até o aparelho de raio x, entrego as roupas que estão na sacola que levo para ser vistoriada, confiro os bolsos e passo pelo aparelho que me vê por inteiro. Sigo por um corredor à esquerda, outro à direita, grades e arames farpados sobrepostos. Passamos por um portão e então chegamos a uma ante sala, o *quadrante*, onde estão cinco agentes penitenciários.

Entro na quadra lotada, enfeitada com bandeirinhas de São João e vou com as profissionais da unidade entregar as roupas que vinha trazendo numa sacola de papel. Da sala na administração até a quadra contei três minutos, todo o processo para entrar é muito rápido e, quando percebi, estava entre os presos e presas ajudando a distribuir as roupas juninas.

[51] "O *body scan* é um equipamento de inspeção corporal que funciona por meio da emissão de baixas doses de raios-X. Essa tecnologia permite observar o que a pessoa revistada carrega consigo tanto fora do corpo — dentro das roupas ou por baixo delas — quanto dentro dele." Fonte: https://blog.vmisecurity.com/body-scan/